

sínteses da cultura portuguesa

A ARQUITECTURA

José Manuel Fernandes

1.

INTRODUÇÃO

CONCEITOS E OBJECTIVOS, CONTEÚDOS E MÉTODOS

O ensaio que aqui se apresenta pretende abarcar a evolução da produção arquitectónica e urbanística de Portugal, um pequeno país do extremo ocidental da Europa, com uma longa história e uma também longa tradição de estabilidade na demarcação da sua área geográfica nacional.

Deseja-se definir um quadro de síntese de uma «cultura construída de raiz portuguesa» ao correr de um «tempo longo», com as suas naturais virtualidades e limitações.

Algumas questões prévias terão de ser levantadas quer quanto à natureza e objecto do estudo quer quanto a métodos seguidos e conteúdos apresentados.

Primeira questão: deve abordar-se a «arquitectura portuguesa» ou apenas a arquitectura «em Portugal»? Optaremos aqui pela primeira expressão, já que entendemos como suficientemente provada (como se desenvolverá no capítulo seguinte) a existência de uma produção original representativa da cultura portuguesa, alicerçada no tempo e no aperfeiçoamento dos seus valores próprios. Essa produção, note-se, é tanto mais compreensível no nosso entender, quanto mais se estender a sua abordagem à arquitectura realizada fora do território da Península Ibérica, nas áreas influenciadas ou colonizadas pela diáspora ultramarina.

Assim, a leitura da «arquitectura portuguesa» implicará a referência sistemática e desenvolvida à sua situação histórica em territórios não europeus mas que ontem como hoje continuam ligados ou articulados com a «metrópole» (caso das ilhas: Madeira e Açores, e Macau), bem como referências mais resumidas a outras áreas até há poucos anos com ela relacionadas (Goa, Damão, Diu e alguma África), sem descurar os aspectos da arquitectura nas antigas grandes áreas «coloniais» (Marrocos, Brasil, Médio Oriente, Índia/Ceilão e Extremo Oriente) — e aqui não caberá explicitar o tipo de ocupação «colonial» portuguesa, que é um caso único no conjunto dos países europeus, quer pela antiguidade e

persistência de tal ocupação, quer pelo sentido de «multiplicidade dos poderes» e de miscigenação social que a acompanhou.

Como reflexão final, podemos afirmar que a compreensão aprofundada da produção arquitectónica nacional e da sua evolução passam necessariamente por uma abordagem global, europeia e transatlântica a um tempo.

Segunda questão: qual o entendimento do conceito de «arquitectura»? A nossa interpretação não definirá fronteiras estanques entre os aspectos arquitectónicos e os urbanísticos, já que, indissociáveis, eles se complementam e interpenetram historicamente (embora se deseje aqui incidir com preponderância na vertente da arquitectura).

Tão-pouco se fará barreira entre os aspectos da cultura construída de expressão erudita e a de expressão popular, já que a distinção entre ambas não é legítima em muitos casos da história da arquitectura portuguesa, que tende a evoluir, em cada fase estilística, articulando os dois conceitos e modos de construir.

Finalmente, procurar-se-á sempre que possível um equilíbrio entre a análise dos programas «monumentais» (patentes sobretudo nas arquitecturas religiosa, militar, civil) e os programas ditos «correntes» (sobretudo ligados à habitação), o que é justificável pelo interesse e a importância que a abordagem destes últimos aspectos vem assumindo — e também pela contribuição que a análise dos programas de habitação dá à compreensão dos sítios e dos conjuntos construídos — situando-se entre o extenso tema da cidade e o isolado objecto arquitectónico.

Uma terceira definição da abordagem prende-se com o entendimento da história que aqui se faz. Ele é em primeiro lugar ABERTO a uma visão actual, numa época que podemos apelidar de «Pós-Nova História», em que se conta necessariamente com a utilidade da leitura «cronológica» como com a importância da visão «serial»; ou seja, aplicando conceitos, com a operacionalidade do tema «estilo» em conjugação com o factor «tipologia»; ou em termos sistematizadores, com o papel da «conjuntura» como com o da «estrutura» na compreensão dos «acontecimento e factos».

É também MÚLTIPLO, ou seja, aceita a multiplicidade de aproximações, pelo que recorre ao sentido pluridisciplinar, ou melhor dizendo, interdisciplinar, com o concurso das várias áreas de conhecimento mais necessárias: da geografia (relacionando contexto geo-morfológico e climático com os processos de implantação urbana e construída, ou os materiais disponíveis no meio natural com as formas edificadas daí resultantes); da arquitectura (levantando e desenhando os objectos em estudo,

na sua reconstituição tridimensional, ou fazendo a representação visual e global do espaço urbano); da antropologia (compreendendo os valores do colectivo para além da cronologia — ou os elementos urbano-arquitectónicos que permanecem imutáveis no tempo — com base sobretudo na interpretação «estruturalista» que é afinal a complementar «busca das invariantes entre diferenças superficiais», no dizer de Lévi-Strauss).

Sem deixar de utilizar outras ciências auxiliares da história, imprescindíveis à coerência e ao sentido global deste estudo, como a arqueologia (que identifica os elementos materiais concretos existentes), a estética (que procede à interpretação de cada objecto como «obra de arte»), ou à bibliografia (pano de fundo e base de leitura documental, que aqui se distribui de um modo orientado por cada temática de capítulo) — há que acentuar a orientação fundamentalmente «antropológica» desta nossa interpretação «histórica», pois vemos estes dois campos do saber como básicos e complementares para o correcto conhecimento da evolução da arquitectura portuguesa.

Como resultado material da sedimentação num tempo presente dos saberes e produções dos sucessivos tempos históricos, o património arquitectónico e urbano de raiz portuguesa pode deste modo ser objecto de leituras diferenciadas, com pontos de vista distintos, e de aproximações múltiplas, que se pretende sejam enriquecedoras de um conhecimento.

É com esta base que se organiza a sequência de capítulos da obra: depois de uma primeira indicação dos pontos de partida, métodos e conceitos (que aqui é feita), o segundo capítulo aborda a um nível sistematizador e conceptual o que podem ser as «Constantes e Características da Arquitectura Portuguesa», partindo dos autores que sobre a questão se debruçaram, do enquadramento geo-cultural na Península Ibérica e da relação com o ultramar estabelecida ao longo de séculos. Neste quadro se confirma a persistência de certos valores caracterizadores e dos factores de identificação.

O terceiro capítulo foi entendido como um quadro de referência, básico, sistemático, e rigorosamente cronológico, pois resume e enuncia o desenvolvimento no tempo da arquitectura portuguesa, em três grandes grupos: «Dos Primórdios ao Final da Idade Média», «Depois de 1500 até 1780» e «Do Neoclássico aos Fins do Século xx». Alternando referências ao contexto peninsular com o desenvolvimento ultramarino, orienta-se muito claramente para o âmbito do objecto arquitectural.

O quarto capítulo assume-se como uma selecção, mais aprofundada e pormenorizada, sobre as «Grandes Obras e Grandes Autores», que foram mais marcantes e significativos no panorama da arquitectura nacional — e aqui convencionou-se uma aproximação estritamente peninsular, onde o relevo é posto na «obra em si» e no percurso do seu autor (embora se tenham incluído algumas excepções, de autores «sem obra» e obras «sem autor»). Optou-se por desenvolver leituras das peças escolhidas como «obras de arte» ou como «temas fulcrais» no desenvolvimento da arquitectura portuguesa.

O quinto capítulo, «Arquitectura Popular — Uma Visão Regional e Tradicional do Espaço Português», como quase uma antítese do anterior, deve ser entendido mais como uma chamada de atenção para a importância do contributo vernáculo e «anónimo» no caso muito concreto da produção de raiz portuguesa e das suas dependências e elaborações a partir do território, da geografia, do «transporte» pela diáspora...

Já o capítulo sexto, «A Casa em Portugal — Uma Leitura Evolutiva das Tipologias de Habitação», pretende aplicar-se numa investigação concreta do tema do espaço de habitar, área cada vez mais fulcral para uma compreensão da apropriação do espaço em termos colectivos e enquanto forma de cultura. A aproximação segue o esquema cronológico corrente, na enumeração e caracterização dos sucessivos modelos utilizados.

Concluindo a obra, o capítulo sétimo faz uma leitura também ordenada no tempo do *Urbanismo de Raiz Portuguesa*, com um grau de resumo idêntico ao do capítulo terceiro (sobre a arquitectura), referindo sucessivamente a génese de «Um Modo Característico de Espaço Urbano», o apogeu da «Cidade Portuguesa na Expansão» e a modernizante «Transformação de Um Modelo». Entendido como complementar dos anteriores, este capítulo realça a dimensão e o valor da «cidade como arquitectura», aspecto muito próprio do espaço português, que quase sempre vale mais como conjunto, do que pelas suas peças isoladas...

Como nota final, há que referir que as imagens foram seleccionadas com a intenção de «acrescentar» valores e de reforçar a significação e o «espírito» de cada capítulo, e não apenas como simples ilustração complementar.

JOSÉ MANUEL FERNANDES
Arquitecto

2.

CONSTANTES E CARACTERÍSTICAS DA ARQUITECTURA PORTUGUESA

Sobre as possíveis características e originalidade de uma «Arte Portuguesa» se têm pronunciado investigadores e autores vários. Sendo assunto com dimensão de subjectividade à partida, não se conseguiu ainda uma aproximação de síntese, uma teoria unificadora dos eventuais valores a destacar desse «carácter nosso»; antes se têm procurado indícios ou seguido pistas em vários momentos cruciais da nossa história — e, resistindo mais ou menos à ratoeira da generalização conceptual, deles se vem tentando inferir um sentido, adivinhar uma tendência, um espírito, em suma, uma cultura.

As razões desta pesquisa têm naturalmente raízes profundas numa constante necessidade de identificação «nacional» (fruto de uma insegurança antiga e colectiva?) que, na arte e na arquitectura como noutros domínios, busca um «espaço» e um «tempo» que se possam reconhecer como culturalmente nossos. Pontos «quentes» desta procura tem havido inúmeros, sobretudo desde os últimos 100 anos, traduzidos em polémicas, livros e artigos, movimentos panfletários e obras feitas: desde a «Casa Portuguesa» aos «Painéis de São Vicente», ou à «Exposição sobre Raul Lino».

Há que inserir e compreender esta procura de constantes na arquitectura portuguesa num necessário agrupamento de autores e na seriação das suas conclusões e pressupostos; e há que enquadrar as afirmações sobre o tema no contexto mais geral da arquitectura ibérica, nos contrastes entre o mundo das formas «meridional» e «nórdico», e o «ocidental» e «oriental», pois todos têm reflexos no caso português.

O Contexto Ibérico: Analogias com Espanha

Chueca Goitia conseguiu sintetizar para a arquitectura espanhola (castelhana?) aquilo a que chamou de «invariantes castizos»; embora se tenha

de reconhecer a existência de alguns contrastes nítidos entre esta produção e a de raiz portuguesa, tal como sucede para os dois urbanismos respectivos, há um «fundo comum», ibérico e meridional, que não podemos (nem devemos) anular ou esquecer.

Por isso faz sentido enumerar aqui os valores constantes enunciados por Goitia (que de resto prefere o termo «invariante», retirado da teoria dos grupos da matemática, à palavra «constante», porque reconhece à primeira «por un lado la amplitud, más que matemática, metafísica, del concepto de invariante, y por outro, su flexibilidad, su validez condicionada a determinadas situaciones, entornos, transformaciones, etc. Una constante, en cambio, es algo fijo, algo immutable que no responde a ninguna situación ni llamada especial»).

Assim, Goitia refere como temas recorrentes da arquitectura espanhola o «espacio compartimentado» (que recorda as «composições celulares» de que fala George Kubler a propósito da «arquitectura chã» portuguesa) — ou seja, a constituição de uma estrutura global por vários espaços autónomos entre si e justapostos; refere «una particular sensibilidad para crear estas composiciones trabadas y asimétricas de directriz quebrada» ou, dito de outro modo, o gosto por criar os espaços sem uma sequência ou continuidade claras; refere também — tradução em elevação do ponto anterior — «una expresión volumétrica externa de gran simplicidad (...) que, utilizando un término cristalográfico, llamaríamos 'arquitectura mágica'» (ou seja, com expressão exterior em volumetria densa e «amassada»).

Goitia fala ainda de outras invariantes: para a decoração, que considera «absolutamente planista» e «suspendida» (onde vê raízes e influências muçulmanas e orientais); refere-se ainda «a la sinceridad y a la verdad de los volúmenes» herdados da arquitectura mediterrânea e islâmica; fala inclusive de noções imanentes de proporcionalidade, ao apontar o «valor del cuadrado como invariante en la proporción arquitectónica española; lo que llamamos cuadralidad de nuestra arquitectura» (e aqui recordamos de imediato a afirmação de Lúcio Costa sobre a estaticidade e «atarracamento» próprias da arquitectura portuguesa, característica a que chama de «carrure», e que poderíamos traduzir grosseiramente por «quadraturez»)... Goitia sintetiza finalmente os valores invocados, seriando as expressões «planitud, horizontalidad, cubicidad». Todos os temas referidos, de um modo ou de outro, terão alguma relação, mais ou menos directa, com o «carácter» da arquitectura portuguesa, como veremos nas reflexões sobre o assunto feitas pelos autores nacionais.

Alguns Temas Constantes

Para Manuel Rio-Carvalho, são importantes os aspectos patentemente INTEGRADORES e TRADICIONALISTAS da nossa arquitectura: «Embora a evolução da arte portuguesa se processe por uma série de movimentos artísticos importados, julgo que a sua tonalidade específica é proveniente de uma operação mental pela qual se procura que as grandes correntes possam ser integradas num contexto anterior, já conhecido e dominado (...) o querer conservar e querer inovar, e o querer conciliar estas tendências está na base da grande originalidade da arte portuguesa: originalidade não de uma criação *ab initio*, mas conseguida através de uma alquimia intelectual (...) o processo pelo qual uma estrutura, que traduz todo um sistema de relações, é rarefeita até se tornar numa forma, revela a preocupação de tornar possível a integração da modernidade na tradição, e do desconhecido no conhecido, dando-lhe um sentido novo, que não o original».

Rio-Carvalho pensa estas observações tendo como pano de fundo a Arte Nova; mas também José-Augusto França acentua o carácter tradicionalista — a que chama de CONSERVADOR — da nossa arquitectura, num contexto temporalmente mais amplo: «Num país que tinha fundido o gótico no manuelino, e o século XVI e o Maneirismo no Barroco, com mais razão o estilo europeu dos anos 20 (do século XVIII) trinta anos mais tarde fazia ainda figura de moderno... Tendo a característica fundamental da arquitectura portuguesa sido sempre o seu estilo conservador (...)». E, confirmando a ideia de uma tendência integradora das correntes artísticas europeias na nossa arquitectura, podemos referir Pais da Silva, que faz ressaltar a capacidade ADAPTATIVA desta, a propósito do gótico, em que «os figurinos importados foram rapidamente repensados com originalidade e com tal força que a sua adaptação conferiu à arquitectura gótica portuguesa situação muito particular».

O carácter tradicionalista e integrador também é referido por outra autora, Maria João Madeira Rodrigues, no contexto da cidade como «objecto de arte», estabelecendo deste modo a ligação destes aspectos comuns à arquitectura e ao urbanismo: «Por um lado (as populações de Lisboa) integram-se na nova ordem industrial e são os seus próprios agentes e motores; por outro, ainda próximos da sua implantação rural, e pelas próprias contingências do processo urbano lisboeta, na periferia da cidade, mantêm uma herança arcaica de usos e costumes que os faz reviver um sistema antigo» (...)

Sobre o carácter BARROQUIZANTE da arquitectura portuguesa já as opiniões são mais contraditórias, dado que se tende a opor à ideia de SIMPLICIDADE formal e espacial aquele conceito. Para Rio-Carvalho, é de salientar que «este arsenal decorativo vai servir para decorar fachadas de edifícios e superfícies de peças (...) numa concentração plástica, contrastando violentamente com o fundo, característica ‘barroquista’ muito nossa, no devir artístico português». É aqui interessante que a referência ao papel da decoração, que funciona como uma espécie de mediador entre a estrutura (o espaço) e a forma (a superfície): na pobreza (ou sobriedade) da produção artística portuguesa, a fachada assumiria assim importância vital como «sinal» do conjunto do edifício, como se a superfície desejasse tornar-se espaço e estrutura tridimensional...

Mas já Pais da Silva reflecte precisamente sobre o carácter antibarroquista da produção lusa: «Portugal foi em vários períodos da sua história suporte físico de uma arquitectura de notável personalidade no contexto europeu, dotada de características específicas (...) (com) formas submetidas a rigorosa composição geométrica e profundamente antibarroquista, e por isso mesmo bem nacional». Noutro texto, falando do período tardo-medieval, o mesmo autor refere: «são igualmente a singeleza de formas e a limpidez estrutural que melhor podem caracterizar as nossas igrejas góticas desde o século XIII, e os próprios edifícios manuelinos».

Pensamos porém que entre as duas leituras destes autores não há verdadeiramente contradição: Rio-Carvalho fala do uso da decoração, a qual é «barroquista»; mas ela é entendida (já que «contrastante») implicitamente sobre um fundo simples e liso, ou seja, sobre uma estrutura «límpida», afinal aquela que Pais da Silva reconhece como «antibarroquista». Ou como sintetiza Raul Lino: «une autre caractéristique de notre manière de sentir est la tendance que nous avons de tout concevoir en surface (...) par notre mépris du rôle des volumes et par le peu d’intérêt que nous portions au clair-obscur». E não há melhor «estilo» exemplificativo do anteriormente dito do que o manuelino, «barroco atlântico» (como já foi chamado) pela decoração, mas de uma rara clareza e elementaridade ao nível estrutural — como processo e agente que foi da decomposição («desconstrução») do organismo gótico, em volumes e formas simples...

Uma terceira vertente — além do «sentido integrador» e do gosto pela «limpidez estrutural» — tem de referir-se necessariamente mais aos conteúdos dos modelos materiais em causa, que historicamente vêm emergindo na nossa cultura.

Com efeito, há na arquitectura portuguesa uma longa tradição de «oposições» entre «visões do mundo» traduzidas em conceitos e modelos, e que geraram como que uma relação «dialéctica» criativa. Num âmbito geral, José Mattoso, falando da Idade Média, desenvolveu os aspectos diferenciadores dos valores culturais do Sul («moçárabe, concelhio e urbano») e do Norte do País («cristão, senhorial e rural»), respectivamente ligados ou a influências do Mediterrâneo e do mundo latino e muçulmano, ou a temas do Norte e centro da Europa, onde valores anglo-saxónicos e germânicos são marcantes.

Ao longo da história podemos vê-los traduzidos na ocupação do espaço, assim como na produção arquitectónica (a sul e a norte, servindo de divisão o Tejo ou o Douro): Romanos e Celtas; Visigodos e Suevos; Moçárabes e reinos cristãos; áreas do Gótico e do Românico; pátios-arcadas e santuários-escadórios; obras de Mardel e obras de Nasoni; a arquitectura «de Lisboa» e a «do Porto»...

Orlando Ribeiro soube traduzir essa oposição numa visão geo-morfológica e territorial muito clara, falando de uma «civilização do Barro» meridional, plástica moldável, contra uma «civilização do Granito» nórdica, rude e «dura»; e de um «Portugal Mediterrâneo» *versus* um «Portugal Atlântico». Trata-se, no fundo, daquilo que Agustina Bessa-Luís ironizou na oposição que encontra entre o espírito do «Califado» e a «Liga Hanseática»; ou, no dizer de Raul Lino, o que representa a contradição entre uma sensibilidade serena, luminosa e equilibrada do «Frontão» e a expressão telúrica, dinâmica e tensa da «Suástica»...

Esta BIPOLARIDADE de valores parece desde sempre ter recortado um entendimento e uma sensibilidade colectivas — reflectindo afinal a realidade de um país periférico, dividido a meio caminho entre o «Sul» e o «Norte» — facto que ao longo dos séculos marca os conteúdos da arquitectura como os da própria cidade, e terá sido também transposto para outros mundos «além-mar», no processo da diáspora.

Bipolaridade essa que é aliás reforçada pela existência de outras oposições claramente detectáveis: vê-se de novo no contraste do território entre um «Interior» agreste e ibérico, centrípeto e hispânico (de Trás-os-Montes à Serra Algarvia), e um «Litoral» convidativo, abrigado e soalheiro, com sentido «centrífugo», encorajador da ideia de «viagem», de saída — como se vê na interpretação material dos modelos, patente no contraste entre o peso do «sentir vernáculo», de uma tendência vulgarizadora e simplificante das formas e espaços, contra uma sua leitura erudita e mais elitista.

É precisamente como agentes AGREGADORES, de compensação e de reequilíbrio estruturante, que o papel do que poderíamos chamar «estilos nacionais» pode ser entendido. De facto, anuladores por largo tempo das diferenças territoriais, foram sucessivamente o «Manuelino» (contra a ambivalência dos Românico-Gótico anteriores); o «Chão» (contra as oposições geradas dentro do classicismo, desde o Renascimento ao Barroco); e o «Pombalino» (anunciador e vanguarda de uma proto-modernidade no «Século das Luzes», e prolongado nos programas civis até ao fim do século XIX, como atenuador das vagas sucessivas de «Rocailles», de «neoclassicismos» e até dos «neos» do Romantismo...)

Algumas Conclusões

Podemos concluir com algumas observações sintéticas, resultantes das asserções anteriores:

— A situação social e cultural do País representa um caso particular, logo «original» no contexto europeu, pelo seu carácter «marginal» ou «periférico» em relação aos principais centros europeus difusores dos movimentos de «vanguarda» cultural, tendendo a estabilizar e a fixar-se longamente nos modelos tradicionais, anteriormente elaborados — daí (em conjunto com Espanha) a força de uma contratendência reactiva, com vontade integradora, já que só ela pode transformar e superar a fatal pendente conservadora.

— É grande o peso da influência dos modelos importados na evolução dos processos artísticos em Portugal — se comparado com os processos análogos de muitos outros países europeus, legitimando até uma leitura de continuidade «influencialista»; como resultado, em grande parte da sua história, a arquitectura portuguesa tem sido marcada por uma alternância entre fases de «importação de modelos» e da sua «elaboração nacional».

— Assim, a frequente importação de modelos daqueles centros culturais não corresponde à sua aplicação directa (a não ser numa primeira fase, como «introdução de novidade») na arquitectura nacional; antes são, embora aceites com certa atitude ecléctica (ou mesmo aleatória), transformados de algum modo (repensados, adaptados) e finalmente integrados — diríamos «tradicionalizados» — recebendo um sentido novo, em que o «já conhecido» tem grande importância.

— Neste processo de absorção tem assinalável relevo a aplicação da «estrutura espacial elementar», da «forma simples e clara» e do «tratamento decorativo em superfície»; este último valor mantém uma relação dialéctica com os restantes — espécie de resposta decorativa ao desejo de uma complexidade arquitectural que os recursos limitados tornam quase sempre impossível de realizar na prática.

— É marcante a expressão territorialmente diversificada e contraditória dos tipos de arquitectura e de urbanismo — sobretudo se considerarmos a pequenez do espaço português na Península — onde os contrastes de entendimento das formas e dos espaços, e mesmo as oposições geradas pelas distintas influências têm um papel catalisador e dialéctico. A alternância temporal entre os «ciclos de oposições», marcados pela acentuada «bipolaridade», e os períodos de «síntese» e de «agregação» das linguagens e modelos tem resolvido no concreto essa contradição.

— Finalmente, é de realçar o carácter «aberto» e o sentido e o gosto da arquitectura portuguesa em ser «transmissora» dos modelos assim elaborados, quer no processo de colonização interna quer (e sobretudo) no da diáspora ultramarina, na qual sempre foi visível um autêntico «gosto inato por construir», por gerar uma base material colectiva. É aqui onde quanto a nós há que procurar muito do «sentido essencial» da nossa arquitectura (aspecto que alguns quiseram ver como um destino «messiânico», guiado por valores «esotéricos»). Note-se que Portugal é um país quase «sem território», pelo que uma necessidade de afirmação nacional através da «saída» além-mar foi, para mais, fenómeno desde cedo significativo na elaboração da sua cultura.

Terminemos com a intuição especulativa de Fernando Pessoa: «Um país vale profundamente na sua civilização pelo grau com que, nacionalizando-os, aprofunda e dá novo sentido aos elementos gerais comuns a todos os países da civilização a que pertence».

A Arquitectura e o Urbanismo portugueses parecem ter procurado esse SENTIDO NOVO — sobretudo na sua fase mais impressiva, entre os séculos XV e XVIII — numa «visão simples das formas», traduzindo-a na «leveza do ser» e aplicando-a numa «capacidade difusora» sem paralelo noutras culturas...

ARQUITECTURA PORTUGUESA:
UMA CRONOLOGIA

**Dos Primórdios
ao Final da Idade Média**

Da Pré-História à Alta Idade Média

A questão prévia que se pode colocar, numa aproximação cronológica à arquitectura portuguesa, prende-se com o aparecimento do objecto de estudo: desde quando se pode falar da existência de construções com dimensão ou valor arquitectónico no actual território do País?

Para Jorge de Alarcão, parece «abusivo falar de uma arquitectura a propósito das antas, dólmenes, *tholoi* ou menires». Mesmo a arte celta da Idade do Ferro, com as suas «pedras formosas», estará ainda tacteando um sentido artístico de concepção do espaço habitável e da forma construída.

Sem entrar no aprofundamento da questão — pois entendemos o processo do surgimento da arquitectura como uma muito lenta «invenção» do espaço humanizado, gradualmente caldeada e aperfeiçoada —, há que referir aqui o papel importantíssimo desempenhado pela religião (a «figuração do divino») como geradora das primeiras obras arquitectónicas. E, com efeito, a quase totalidade de vestígios materiais existentes deste período, até à romanização, prende-se com a arte funerária, o culto do sagrado, as sepulturas.

A sua análise é essencial, no tempo «muito longo» da pré-história, em relação ao qual pouco de exacto se sabe, documentado como está por vestígios escassos, dificilmente datáveis e mal conhecidos, que muitas vezes só permitem uma cronologia incerta.

Uma evolução assinalável processa-se, desde as grutas com pinturas do Escoural (perto do Montemor-o-Novo, no Alentejo), datáveis entre 13000 e 25000 a. C., em pleno Paleolítico Superior, passando pelas pinturas rupestres do Mesolítico (8000-3000 a. C.), em Muge e no vale

do Sado, até ao Neolítico com os primeiros agricultores e as suas «pedras polidas» e obras cerâmicas (até 3000 a. C.).

A Cultura Megalítica (4000-2000 a. C.), «primeira cultura pré-histórica que teve cunho original no território português» (J. A. Ferreira de Almeida), vai desenvolver-se desde o Neolítico, e persistir até às Idades do Cobre e do Bronze. Irradiando notavelmente no Alto Alentejo, os seus construtores executarão impressionantes túmulos colectivos, as «antas» ou «dólmenes», câmaras funerárias formadas por lajes ao alto (os «esteios») sobre que assentam lajes horizontais, recobertas com terra ou pedras (a «mamoá»).

Esta «arquitectura megalítica», cujos exemplares mais antigos datam do quarto milénio a. C. (das primeiras culturas do Sudoeste peninsular, 3750 a 2500 a. C.), apresenta vestígios um pouco por todo o território (em Monchique, Algarve; Barbacena, Elvas; Vila Nova do Paiva, Beira), com destaque para os da área alentejana (a anta da Folha da Amendoeira, em Odivelas, Beja; a do Olival da Pêga, em Reguengos).

Coexistindo com o megalitismo, surge uma poderosa e localizada «Cultura do Vale do Tejo» patente em túmulos escavados na rocha (as chamadas «grutas artificiais»), com uma fase inicial (3500-3000 a. C.) e de amadurecimento (3000-2500 a. C.).

São exemplos ainda existentes as grutas de Carenque, ou de Tojal de Vila Chã, na Amadora (com corredor e clarabóia), em formas que misturam plasticamente artifício e matéria natural — como as de Monte Abraão, em Queluz-Sintra, e as da Quinta do Anjo, em Palmela.

Outro artefacto da mesma época, o *tholos* (monumento funerário de falsa cúpula, com câmara e corredor cobertos pela arredondada «mamoá») surge na mesma fase (exemplos são os *tholoi* de São Martinho, em Sintra; da Tituaria, em Mafra; já tardio é o de Tassos, em Ourique, do período de 2750-2000 a. C.).

Entre 2500 e 1500 a. C., no período final do Calcolítico (ou Eneolítico), quando surgem os primeiros povoados fortificados e os inícios da metalurgia, vai assistir-se à afirmação de outra cultura com forte implantação peninsular, a do Vaso Campaniforme, que tira o nome do tipo de cerâmica produzida (fase de gestação, de 2250 a 2000 a. C.; fase de apogeu, de 2000 a 1700 a. C.).

São nesta fase comuns os sepulcros do corredor (na área do estuário do Tejo (Montes Claros, Lisboa; Alapraia, Cascais; Montelavar, Sintra).

Com a Idade do Bronze (1800-800 a. C.) e os decorrentes aperfeiçoamentos das técnicas metalúrgicas, podem referir-se as instalações de sepulturas individuais (Atalaia, Ourique), e o «monumento» (Roca do

Casal do Meio, sepulcro de grandes dimensões, em Calhariz, Sesimbra, datável do século X ou IX a. C.). São de assinalar a Cultura Argálica oriunda da Espanha Meridional (1700-1000 a. C.), e a influência dos Tartessos na fase tardia desta idade (1000-700 a. C.).

A Idade do Ferro (de 800 ao século I a. C.) assiste a uma primeira e interessante diferenciação da ocupação entre norte e sul do território: o desenvolver da chamada Cultura Castreja (relacionada com a imigração celta da cultura centro-europeia de Hallstatt para a Península), sobretudo a norte, contrasta com as fixações de Fenícios e Gregos e com as migrações dos Túrdulos para sul e para a fachada atlântica, dentro da tradição mediterrânea (séculos V e III a. C.; fundação de Ossónoba, actual Faro, Algarve).

Os castros celtas, povoados proto-urbanos de casas redondas, mostram alguma sofisticação decorativa (com os baixos-relevos das «pedras formosas» e os balneários) — embora sendo agrupamentos de construções muito elementares, ao que se julga cobertas com colmo (Sabroso, Briteiros).

A romanização corresponde também à primeira urbanização do território — e ao primeiro surgimento de uma arquitectura complexa, especializada e de colonização sistemática.

Área periférica na Península e no Império, a parte da Lusitânia correspondente ao actual território português (excluindo Mérida, a capital, que foi mais tarde englobada em Espanha) apresentará ainda assim algumas estruturas e equipamentos notáveis, de que subsistem vestígios consistentes. Serão dos exemplos mais marcantes: um teatro (Lisboa, reconstruído em 57 d. C.); umas termas monumentalmente encastradas na encosta (Conímbriga, época de Trajano); uma barragem e aqueduto (entre Belas e Amadora, sendo aquela do século III d. C.); templos (no «forum» de Évora, do fim do século I d. C.; em Miróbriga, perto de Santiago do Cacém; em Faro, no antigo «forum» do Largo da Sé; em Santana do Campo, Vidigueira, sobre o qual se fez uma igreja); criptopórticos (sob os «forum» de Aeminium e de Mértola, entendidos como plataformas a meia encosta, em tipologia que parece ter-se desenvolvido especialmente na Lusitânia); espaços públicos («forum» sobrepostos, de Augusto e dos Flávios em Conímbriga, e anfiteatros em Conímbriga — flaviano — e de Bobadela, em Oliveira do Hospital, sendo este o único escavado); e conjuntos ribeirinhos e industriais de cetárias para a salga do peixe (Tróia; Setúbal, na Praça do Bocage; e na Ribeira de Lisboa, hoje no interior da quinhentista Casa dos Bicos).

De referir ainda outras termas de menos importância na Lusitânia e na Gallaecia, a norte (em Miróbriga e São Pedro do Sul; em Freixo, Marco de Canaveses; em Braga, na Colina dos Maximinos, ou Alto da Cidade, dos séculos I a III d. C.; junto às muralhas de Conímbriga, augustanas). Em Lisboa, a série de galerias chamadas «termas», do século I d. C., parecem ter correspondido antes a um criptopórtico ou reservatório de água, hoje sob a Baixa Pombalina.

Assinalam-se ainda balneários (em Tróia; em Mértola, junto ao «forum»), fortificações (o «castellum», a torre do rio e as muralhas dos arredores, estas do século IV d. C., em Mértola; portas e muralhas em Évora, Beja e Conímbriga), e inúmeros espaços de «forum» mal conhecidos (o de Sellium-Tomar, junto à Igreja de St.^a Maria do Olival; o de Beja; a base da torre de menagem em Idanha-a-Nova, «podium» provindo do templo principal do «forum»). A persistência do «forum» na estrutura urbana, como largos ou praças medievais, parece ter sido outro contributo urbanístico romano com carácter sistemático. Este urbanismo parece aliás ter procurado uma síntese com o modelo local de aglomerado castrejo, abandonando em alguns casos a sua habitual implantação nas áreas planas, como se vê em Conímbriga.

Outro grupo importante de vestígios é o das habitações, quer urbanas (as requintadas «Casa de Cantaber» e «Casa dos Repuxos», do século III, em Conímbriga; a mais humilde construção, de dois pisos, descoberta sob a Câmara Municipal de Mértola, do século I d. C.; as da área residencial de Tróia; a «Casa do Poço», em Braga, quer no contexto rural (as «villas»).

Em Portugal há vestígios notáveis destas últimas, com destaque para a de Milreu (arredores de Faro), opulento conjunto do século IV, com templo, depois cristianizado com uma ábside. Da mesma época e tipologia, há as «villas» de São Cucufate (Vidigueira) e de Marim (Olhão).

A cristianização deixou de resto marcas «tipológicas» frequentes nestas construções, talvez pela necessidade da sua implantação inicial de forma discreta nas áreas isoladas ou rurais: encontrou-se um templo adaptado a basílica na «villa» de São Miguel de Odrinhas (Sintra), vestígios basilicais em Tomar, e os de uma capela paleocristã em Tróia.

É de fazer uma última referência a obras romanas de função incerta ou menos corrente, como são o «templo» (ou mausoléu?) de Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo), a enigmática torre de Centum Celas (Belmonte), ou o santuário de Panóias (Vila Real) ao que parece dedicado à divindade Serápis.

Nos seis séculos da chamada Alta Idade Média (do século V ao XI) podem referir-se sucessivamente a arte tardo-romana ou paleocristã (séculos V-VI), a arte dos Visigodos (séculos VII-VIII) e a dos Muçulmanos, Asturianos e Moçárabes (séculos VIII a XI). É um período confuso, também mal conhecido em termos dos seus vestígios materiais.

O território português de novo se encontrará dividido entre uma ocupação sueva a norte (reino de 411 a 585, com mais estabilidade acima do rio Vouga), e uma persistência cristã e romana tardia no Sul; a unificação visigótica far-se-á no século VI, durando até à invasão árabe do século VIII.

Na fase inicial deste período há uma continuidade do culto cristão no espaço doméstico, que se fixa em locais periféricos em relação aos decadentes centros urbanos, característica visível por exemplo nos vestígios da basílica paleocristã de Mértola (séculos V-VII?), fora da povoação antiga. A presença da ocupação visigótica a sul, ligada ao reino de Toledo, descobre-se nos elementos dispersos (como capitéis de colunas, dos séculos VI-VII, também na área de Mértola). Embora já referidas, as basílicas paleocristãs atribuíveis ao século VI (Odrinhas, Sintra; Dume e Tróia) articulam-se com esta fase de cronologia incerta.

A notável «basílica de ábsides opostas», construída junto à «villa» em Torre de Palma, Monforte (igualmente do século VI), com vasta sala e piscinas baptismas em cruz, relaciona-se tipologicamente com outras do Sul de Espanha, em Málaga e Mérida. Também assinalável é a «catedral visigótica» da antiga e decadente Egitânia romana (Idanha-a-Velha), povoado que apresenta muralhas com porta ladeada por duas torres circulares, tema militar corrente até ao século XI.

Virgílio Correia fala de um «grupo visigótico» de produções artísticas (séculos VII-VIII), influenciado pela arquitectura hispano-romana, com mistura de elementos bizantinos «trabalhados» pelo gosto germânico. As pequenas igrejas-mausoléus que atribui a esta época são porém mais recentemente datadas por C. A. Ferreira de Almeida como já francamente moçárabes (séculos IX ou X), o que dá uma ideia da incerteza informativa sobre esta época.

Pequenos espaços celulares interligados, com medidas totais oscilando entre os 10 x 13 metros, estes pequenos e cuidados templos remetem para uma visão cruciforme e simbólica do espaço sagrado (que quase se pode aproximar dos celulares túmulos escavados da Idade do Bronze, pela sua composição e forma). Em muitos casos profundamente alterados, podem apesar de tudo referir-se estes templos em conjunto, mais pelas afinidades tipológicas do que pela certeza cronológica:

— O de Vera Cruz de Marmelar, nos arredores de Portel (com o arco de janela decorado em concheado). O tema dos arcos preenchidos com concheados e desenhos com animais pressupõe uma influência cristã oriental, via Bizâncio (conforme testemunham as pedras decoradas do desaparecido Convento de São Félix, em Chelas, Lisboa).

— O de São Miguel da Mota (Alandroal), já demolido, estudado por Virgílio Correia.

— A Igreja de São Gião, na Nazaré, de início integrada num mosteiro (atribuída ao séc. VII), que será segundo C. A. Ferreira de Almeida já do século X, pela sua organização muito «fechada», contrariamente à espacialidade «aberta» visigótica).

— São Frutuoso de Montélios, em Braga (antes atribuída aos anos 656-665, ou já do século IX-X, para C. A. F. Almeida), é o «edifício mais bizantino da Península». De planta cruciforme, não se sabe (apesar dos restauros prolongados) se era mausoléu depente de igreja ou objecto isolado. É habitualmente comparado com o mausoléu de Gala Placídia, em Ravena, apresentando em planta centrada três braços fechados de forma circular e, em elevação, os característicos arcos ultrapassados.

— São Pedro de Balsemão, nos arredores de Lamego, já francamente moçárabe, do século X.

Todas estas obras têm uma delicadeza e um cuidado de pormenor, exprimindo-se numa escala intimista e de recolhimento — e são, além disso, o testemunho quase único de um período que permanece obscuro em muitas outras áreas arquitectónicas.

Virgílio Correia divide a expressão artística no território português, entre os séculos VIII e XI, num «grupo moçárabe ou cristão submetido» (de influência visigótica dominante, mas muçulmana em elementos secundários) e num «grupo asturiense ou cristão independente», a que poderíamos chamar «da reconquista» (caracterizado pela produção pobre e pela decadência dos modelos visigóticos).

Se São Pedro de Balsemão é representativo do primeiro grupo, já a capela da Senhora da Rocha, perto de Armação de Pêra, santuário de planta interna hexagonal, mais recente, apresenta relações com uma «imagem» provinda do espaço moçárabe, vincada pela sensibilidade mediterrânea...

Desta época há vestígios soltos (pedras decoradas reaproveitadas na Igreja de S. Torquato, em Guimarães, com frisos alternados de 'suásticas' e 'rosetas sexifólias', e os costumeiros concheados sobre arco; e a recentemente descoberta porta do Convento da Costa, a Guimarães,

atribuída ao século x). Mas o edifício mais certamente datado e arquitecturalmente representativo é o da igreja de Lourosa da Serra, em Oliveira do Hospital, de 912, que embora de traça muito alterada, com 3 naves separadas por arcos de «ferradura», é marca indelével da tradição visigótica na arquitectura moçárabe.

Pouco explicada, é porém um facto a fraca herança de materiais arquitectónicos deixada pelos Muçulmanos no nosso território. Vestígios militares são incertos (e a «Cerca Moura» de Lisboa terá também bases anteriores a eles), podendo referir-se os castelos de Santa Maria da Feira e de Silves, sendo as muralhas desta cidade as mais importantes da dominação «árabe», com torre datada de 1227 (e um curioso «poço-cisterna» do século xii, junto à muralha, na porta de Almedina). Há ainda que apontar os vestígios existentes nos castelos de Pombal, Soure, Montemor-o-Velho, bem com a antiga «Porta da Traição» de Coimbra, já desaparecida, e a porta principal da cerca almóada em Elvas (do século xii). É em Mértola, junto ao velho e já referido «forum-alcáçova», assente sobre o criptopórtico (e que funcionou como cisterna na época islâmica), que encontramos o mais interessante monumento da época: a mesquita, transformada em igreja na época manuelina, e que ainda apresenta o «mirhab» encastrado na parede. Fora provavelmente objecto de reconstrução nos finais do século xii.

Do Românico: Geografia, Tipologias, Materiais

Pode falar-se da formação de uma arquitectura românica no território português desde o último quartel do sé. x dos dois séculos seguintes, traduz uma fortíssima implantação na área a norte, sobretudo em Entre Douro e Minho. Aí baseou-se sobretudo na construção de arquitectura religiosa, monacal e paroquial, que então acompanha e refaz um enraizado povoamento disperso, no lento desenrolar da Reconquista.

Esta arquitectura é em contrapartida bem menos significativa nas áreas do centro e do interior (Beiras, Trás-os-Montes), encontrando-se a sul apenas quatro igrejas com elementos românicos: em Torres Vedras (Santa Maria do Castelo), Lisboa e Évora (as sés),

e Monsaraz (Santa Catarina, arruinada). Há que não esquecer porém o dinamismo e o papel fulcral desempenhado pelos focos de irradiação dos modelos arquitectónicos, os quais, se se podem referir a Tuy, Braga ou Porto, núcleos nortenhos, também contam com o original foco de Coimbra, onde se edifica o mais notável templo deste estilo em todo o País — no que será talvez mais um exemplo do contraste cultural entre valores moçárabes do centro e do Sul e as persistências nortenhas fruto das invasões bárbaras cristianizadas.

Depois de uma fase de apogeu ao longo dos sécs. XII e XIII, pode ainda referir-se um «Românico de Resistência» (C. A. Ferreira de Almeida) pelo séc. XIV, sobretudo a norte, quando os modelos góticos já se desenvolvem a sul.

Desde o início foi marcante a influência francesa na arquitectura religiosa — provavelmente relacionada com as Cruzadas e certamente com as ordens religiosas em curso de implantação — influência traduzida no papel desempenhado por ordens como as de Cister e de Cluny.

Assim, os mosteiros tiveram papel fundamental na colonização do território mais ou menos «desertificado» pela guerra prolongada. Frequentemente isolados (como o de Vilarinho, Santo Tirso), construídos no meio de terras de pastorícia, e depois nas áreas com melhores aptidões agrícolas, foram de início sobretudo fundações beneditinas e cistercienses — cujas igrejas vieram muitas vezes a servir depois como paroquiais dos novos povoados, mostrando o peso da instituição monacal na ocupação e organização do espaço. São exemplos pertencentes às ordens referidas: o mosteiro beneditino de Ermelo (Arcos de Valdevez, perto da serra do Soajo, do início do séc. XII), ou de São João de Tarouca, obra cisterciense do mesmo século.

As localizações dos mosteiros obedeciam também em muitos casos à tradição eremítica, dos «sítios sagrados» de notável paisagística (caso de São Pedro das Águias, Tabuaço; ou de Pitões das Júnias, Montalegre); era igualmente importante a fixação junto aos castelos (São Miguel do Castelo, Guimarães).

Seguindo a leitura de C. A. Ferreira de Almeida, de norte a sul do território podemos considerar as seguintes «áreas românicas», com carácter diferenciado:

— Um «Românico do Alto Minho», de influência tudense (de Tuy, na Galiza), de que se podem destacar as igrejas beneditinas de Ganfei e de Sanfins de Friestas (ambas na área de Valença), dos séc. XII - início

do XIII; a igreja paroquial de Paderne e a capela de Nossa Senhora da Orada (ambas na zona de Melgaço), de meados do séc. XIII.

— A área de «Ribeira Lima», com a igreja do mosteiro beneditino de São Cláudio da Nogueira, da transição dos sécs. XII-XIII; a igreja de Bravães (Ponte da Barca), do séc. XIII (primeira metade); ou a Capela de São João Baptista da Comenda de Távora (Arcos de Valdevez), de sabor tardio e local.

— A «Bacia do Cávado», de que se podem referir a igreja de Abade de Neiva (Barcelos); a Matriz da Colegiada de Barcelos, obra do séc. XIII; a igreja beneditina de Vilar de Frades (Barcelos), de início do séc. XIII; e a igreja de Manhente, datada de 1117 (Barcelos).

— A área do rio Ave, exemplificada com a igreja matriz de São Pedro de Rates (Póvoa do Varzim), obra notável da segunda metade do séc. XII anunciando o Gótico, e com a Sé de Braga, edificada entre 1185-1210.

— A zona de Guimarães, com destaque para São Miguel do Castelo (1239) ou Santa Cristina de Serzedelo (de meados do séc. XIII - início do XIV).

— A zona de «Ribavizela», com o mosteiro beneditino de Santa Maria do Pombeiro (sécs. XIII-IV) e a notável igreja do mosteiro da freguesia de Roriz (Santo Tirso), de 1228.

— A área do Porto, com destaque para a Sé (muito alterada), o Mosteiro de Águas Santas (Maia), e a famosa igreja de Leça do Bailio (Matosinhos, já de inícios do séc. XIV em transição para o Gótico).

— A «bacia do rio Sousa», com a igreja de Paço de Sousa, edificada ao longo do séc. XIII (inspiradora de obras do Baixo Tâmega e de Roriz); o Mosteiro de Cete (Paredes) de inícios do séc. XIV; e a igreja de São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira), com restos da frontal «igreja cemiterial», de meados do séc. XIII (na fachada).

— No Baixo Tâmega, São Miguel da Ega (Entre-os-Rios, Penafiel, do séc. XIV) e a igreja de Boelhe (Penafiel), de fins do séc. XIII.

— Em terras de Amarante e de Basto, o importante e original Mosteiro de São Salvador de Travanca (Amarante), com torre anexa dos sécs. XIII-IV e a igreja de Veade, em Celorico de Basto, do séc. XIII.

Fora destes núcleos minhotos e durienses, há bastante menos densidade de produções, podendo referir-se uma área transmontana (matriz de Chaves, com portal e torre, e a igreja de Algozinho, em Mogadouro, ambas do séc. XIII; além da original cabeceira do Mosteiro de Castro de Avelãs, nos arredores de Bragança, incompleto, também do séc. XIII, que se pode considerar obra «estrangeirada», dentro da tradição

românico-mudéjar da meseta duriense e castelhana); uma área de Lamego (igreja da Ermida, Castro Daire; igreja de Barrô, sobre o Douro, muito alterada; Mosteiro de Tarouca, de 1154-1169, cisterciense e borgonhês); e uma zona beirã (Igreja de Nossa Senhora da Fresta, em Trancoso, de fins do séc. XIII, com influência lamecense; a «Igreja Velha» de Moreira de Rei).

Coimbra, «capital política» da época, foi autonomamente «precursora do Românico», com obras bem antigas: os restos do claustro de São João de Almedina, de fins do séc. XI-início do XII; os vestígios da Igreja de Santa Cruz (1131-1228) com possíveis influências de Cluny; e a «Sé Velha», um dos mais notáveis monumentos urbanos do Românico, construída de 1162 a 1180, e de que sobrevivem, exteriormente, fachada, cabeceira, transepto e torre cruzeira (com lanternim setecentista); foi seu autor o mestre Roberto, que trabalhou na Sé de Lisboa. Mais a sul, só a charola de Tomar, talvez iniciada em 1195, e a catedral lisboeta, são as excepções à inexistência de obras românicas.

A análise tipológica do Românico português revela características que são «sinal da simplicidade e da limitação dos seus programas» (C. A. Ferreira de Almeida). As igrejas seguem quase sempre o tipo basilical, com nave, cabeceira e transepto. Excepcionalmente, há cinco capelas na cabeceira (só na Sé de Braga e na abadia de Salzedas), ocorrendo algumas com 3 capelas circulares («Sé Velha» de Coimbra, Rates (Póvoa Varzim), Castro de Avelãs (Bragança), ou quadrangulares (típico do cisterciense, em Ermelo e em Tarouca); mais corrente é a igreja de uma só ábside quadrangular (a mais antiga em Rio Mau, de 1151).

O transepto surge saliente nas catedrais (Braga, Porto, Lisboa, e nos mosteiros de Salzedas e Tarouca); catedrais essas que apresentam também 3 naves e cobertura de pedra (esta também em Évora, sendo a de Braga de madeira). As igrejas de uma só nave com cobertura de madeira são porém quase exclusivas nos programas rurais e de pequena dimensão que são a «alma» do Românico português. Excepção é, pois, a Igreja de Cedofeita (séc. XIII), com cobertura de pedra e arcos torais redondos, tal como a planta centrada da charola templária de Tomar (séc. XII?).

As catedrais surgem normalmente com duas torres de cada lado, tipo muito enraizado no País; em São Martinho dos Mouros (Resende), porém, a torre está construída centrada sobre a entrada; de referir ainda a notável torre-lanterna da Sé de Lisboa, desaparecida com o terramoto de 1755, e as torres «isentas», ou isoladas (em Travanca, Amarante; ou

em Abade de Neiva, Barcelos); é porém mais corrente a simples torre-sineira, espécie de muro-torre sobre a fachada.

Algumas igrejas apresentam átrio coberto junto à entrada (Serzedelo, Guimarães), tendo outras vestígios desse átrio (Ferreira, Paços de Ferreira); característico é o portal inscrito sobre espesso volume quadrangular, saliente da fachada (talvez também por persistência formal do antigo átrio), de que o exemplo «mais decorado» está na igreja do Mosteiro de Bravães (Ponte da Barca); o volume do portal com remate em triângulo evoluirá para o gótico (Alporão, Santarém). A decoração, concentrada nos elementos arquitectónicos marcantes, usa por vezes temas que a tradição refere aos Celtas (na matriz de Barcelos, a arcada da portada principal inclui, além das 'flores de lis', 'suásticas', 'rosetas' e frisos de losangos); as frestas típicas do românico tendem para «abrir» em rosáceas (como sucede em Ermelo), outro «desejo» proto-gótico.

Os materiais mais usados são o predominante granito nortenho, além do calcário macio de Coimbra e da pedra-lioz em Lisboa, havendo só dois casos que usam o tijolo (a cabeceira de Castro de Avelãs, facto que a remete para o tipo castelhano) e a taipa (no Castelo de Paderne, Albufeira). A construção assenta em alicerces fortes, com paredes espessas contrafortadas, fazendo pouco uso da coluna isolada, a que prefere a robustez do pilar e da coluna embebida; o arco redondo é o de utilização mais frequente, mas também surgem o quebrado e o ultrapassado.

A arquitectura militar apresenta neste período algum atraso na sua evolução, com uso inicial dos «castelos elementares» de simples cerca (Boivão, Valença). Aqui será fundamental o papel das ordens militares (com os Templários em Tomar e Almourol, sendo este castelo edificado em 1171), Surge então a «defesa activa», com uso das torres ao longo da cortina e colocação isolada e centrada da torre de menagem no reduto (como em Guimarães). Há vestígios de aparelhos românicos nos castelo de Vila da Feira (sécs. XI-XII), nos de Montemor-o-Velho, Soure e Pombal, bem como nos de Alcobaça (1209), ou de Sortelha, em Sabugal (obras com D. Sancho, em 1228). A Arquitectura civil e equipamental, pouco conhecida, inclui pontes (do séc. XIII, em Canaveses, Amarante, Águeda) e cisternas (nos castelos de Lamego e de Bragança, sendo este último conhecido por «Domus Municipalis», pois tem um terraço coberto por salão, com graciosa arcada a toda a volta, obra da transição dos séculos XIII-XIV.

*Do Gótico: Ciclos de Evolução;
Afirmação da Architectura Civil*

Na sua geografia, a architectura gótica em Portugal quase se pode definir por opposição às áreas de implantação do Românico — ironia para um estilo centro-europeu de sentir «nórdico», que encontrou afinal o melhor acolhimento em áreas meridionais do País...

Olhando a localização da produção religiosa, quase tudo se distribui a sul de Leiria, pela Estremadura, pelo Alto Alentejo e pelo Algarve, sendo escassa a sua ocorrência no Norte e centro do País.

É de realçar aqui a importância dos programas construtivos dos ordens militares e mendicantes, nomeadamente a sul, onde era premente a necessidade de recolonizar ou consolidar as áreas ganhas aos Muçulmanos.

Estilo distinto do Românico (Pedro Dias), até com opostas origens, mais «livres e normandas», levou em Portugal à adaptação de inúmeros edifícios iniciados no período anterior, para articulação com a «nova ordem gótica», a qual aprenderá de resto a coexistir com o Românico ao longo de todo o séc. XIII. Mas não se pode falar propriamente de uma «evolução» de um estilo para outro.

Há em Portugal um entendimento especial do Gótico — definido pelo seu entrosamento com a experiência islâmica local; pela falta de tradição românica do Sul, o que aí facilitará a sua absorção; pela chegada tardia ao País; pelos seus programas humildes, por exemplo, quase sem necessidade de arcobotantes; e ainda pela falta de uma grande escala construtiva nas cidades e pelas poucas grandes casas religiosas existentes.

A primeira construção marcante do novo estilo é a da Abadia de Alcobaça, cisterciense, executada sob influência da architectura da região de Borgonha (modelo de Claraval), entre 1195 e 1252, em obras executadas ao longo de várias campanhas e com interrupções. Na sua época terá tido uma influência muito limitada no País, ficando obra isolada, pela portentosa escala e programa, da restante produção.

Obra também «estrangeirada», com mestres certamente vindos de fora, como em Alcobaça, foi a do claustro da «Sé Velha» de Coimbra, com trabalhos iniciados em 1218. Também apresentando sinais de uma «architectura de Cister», é a Igreja de Santa Maria de Aguiar (Figueira de Castelo Rodrigo, desde 1200).

O reinado de D. Afonso III corresponde a uma fase de renovação das artes, entre a rudeza afonsina e o requinte «europeu» da fase dinisina.

Dessa época, precursoras do novo estilo, podem referir-se as seguintes igrejas: de São João de Alporão (Santarém), cuja cobertura e luminosidade a aproximam do gótico; de Santa Maria do Olival (Tomar), com marcada influência cisterciense, mas de iniciativa templária, e de meados do séc. XIII; e a Sé de Évora, de 1267-1325, igreja que também se pode inscrever dentro da corrente arcaica do gótico português («primário ou inicial»), com torre-lanterna de «trompas de ângulo» e base octogonal. Note-se que para esta fase, e em relação ao núcleo de Santarém, Pedro Dias aponta datas de execução mais tardias (princípios do século XIV) do que as anteriormente apontadas por Mário T. Chicó.

O importante «núcleo» escalabitano inclui: o Convento de São Francisco (de 1242-1315), com claustro dos sécs. XIV-XV, e fachada com portal de remate triangular, como sucede na igreja do Olival já referida; a Igreja de Santa Cruz, datada de 1280; e a extensa igreja do Convento de Santa Clara (depois de 1259). São características comuns aos exemplos citados: as três naves com cobertura de madeira, separadas por arcadas apoiadas sobre finos pilares; o transepto saliente e a cabeceira abobadada, com as capelas paralelas entre si; a simplicidade expressiva, conjugada com certa pobreza construtiva — o que remete para a austeridade própria das ordens mendicantes. Ainda de uma fase de transição para o reinado de D. Dinis, são a Igreja de São Francisco (Estremoz, 1255) e a de São Domingos (Elvas, 1276).

Já em pleno reinado de D. Dinis, podem assinalar-se o Convento de Odivelas (1295-1305) e o claustro da Abadia de Alcobaça (1308-1311), que mantêm os esquemas do início do Gótico. O claustro é da autoria do arquitecto Domingos Domingues, que também fez a obra de St.ª Clara-a-Velha (1316-1331), novidade pela sua cobertura abobadada, as 3 naves sem transepto e a iluminação por 3 rosáceas — podendo tratar-se aqui da influência do modelo das abóbadas cruzadas de Alcobaça, mas simplificado. De tipo idêntico, a igreja do Convento de Santa Clara (Vila do Conde, 1318-1354) está mais presa à tradição nortenha, tendo igualmente cobertura de madeira — com nave única — e rosáceas.

Sintetizando esta fase, pode falar-se de «uma arquitectura monástica nacional, caracterizada pela sua simplicidade e relativa elegância, e, também, pelo seu inegável conservantismo» (Mário T. Chicó).

Da mesma época são a Igreja dos Cavaleiros de Malta, (Leça do Bailio, 1306-1326), com torre de aspecto «militar», e o Mosteiro de Cete (1323) — obras que C. A. Ferreira de Almeida considera românicas, mas Pedro

Dias entende como já do gótico — que se terão baseado na anterior Igreja de São Pedro (Paços de Ferreira), e em que há uma nave rectangular da grande capela-mor, agora com arcos quebrados, de corpo mais alteado. De referir na mesma fase a Sé de Viseu (início do séc. xiv), a Igreja de Atouguia da Baleia (fins do séc. xiii) e o Templo de N. S. dos Mártires, da Ordem de Santiago, em Alcácer do Sal, com Capela de 1333). Referência especial há que ser feita às «igrejas-fortalezas» do Alentejo, pela sua originalidade e sentido precursor (Flor da Rosa, Crato, ligada aos Hospitalários, de 1356 até cerca de 1370; Nossa Senhora da Boa Nova de Terena, Alandroal, da Ordem de Avis, já do tempo de D. Afonso IV) — pois vamos reencontrar esta tipologia na «obra forte» franciscana de Chaúl (Índia), já do séc. xvi.

Mencione-se ainda o claustro da Sé de Évora (obra até 1340) que exprime um sentido verticalizante, com arcaria mais complexa; a Sé de Silves (obra de antes de 1313); e já com D. Afonso IV, o claustro da Sé de Lisboa, em construção por 1332; a cabeceira da mesma Sé será então a mais evoluída estrutura gótica antes da obra da Batalha, datada de 1337-59.

Um «ciclo batalhino» nasce com a igreja dedicada à Vitória contra os Castelhanos, em obra desde 1388 até ao séc. xvi. Original e notável, foi inspirada em modelos estruturais de Lisboa (a Sé), com autoria de mestre Afonso Domingues no seu início. É uma igreja com 3 naves de alturas desiguais — representando afinal a aplicação de esquemas tradicionais da arquitectura religiosa do País, melhorados com uma cobertura totalmente de pedra — e servida depois pelas influências flamejantes de origem europeia. Huguet fez a cobertura da Sala do Capítulo, a da Capela do Fundador e as Capelas Imperfeitas (com D. Duarte), além da decoração na fachada (a rosácea com a grandiosa e «oculta» 'suástica' de seis voltas, que reaparecerá em Tomar, inscrita no cordame sobre a célebre janela).

Sendo o mais importante edifício até então realizado no País, há que reafirmar a sua inscrição nas enraizadas tendências da arquitectura portuguesa, que por essa época se redefiniam: «vista à distância, na calma chã onde se ergue, a igreja dá-nos no seu aspecto geral uma impressão de horizontalidade em contraste com o tipo característico ascensional da arquitectura nórdica...» (João Barreira, citado por Mário T. Chicó).

Surgem obras «em paralelo» com a Batalha: a Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, da Colegiada de Guimarães (desde 1387 até ao 1.º quartel do séc. xv, do arquitecto João Garcia de Toledo), com 3 naves,

transepto e cobertura de madeira; a de Santa Maria do Carmo (Lisboa), promovida por D. Nuno Álvares Pereira, «modelo reduzido» da Batalha, do arquitecto Gomes Martins, de fins do séc. xiv (muito destruída pelo terramoto). No Norte, edifica-se a Igreja de São Domingos (Vila Real), que apresenta três naves e cobertura de madeira (1424-51); a de São Domingos de Guimarães, com notável claustro, arcaizante (iniciado em 1397), e esquema contínuo de arcaria com dois colunelos em paralelo (tal como São Bento em Santo Tirso); e São Francisco do Porto que inclui soluções tradicionais com uma simples cobertura de madeira.

Influência mais directa da Batalha, vê-se na Sé da Guarda, com cabeceira (desde 1426) e transepto, depois completada no período manuelino. Como refere Mário T. Chicó, pelo peso da influência das ordens mendicantes e da actividade monacal, ao longo de todo o Gótico, a obra da Guarda prova que, ao contrário da situação europeia, em Portugal, «são as catedrais que procuram adaptar-se à planta e à estrutura das igrejas das abadias».

Em Leiria, também N. S. da Pena, dentro do Castelo, sugere leveza na expressão da capela-mor, segundo inspiração batalhina; e em Santarém, a notável Igreja de N. S. da Graça, com volumetria e estrutura tradicional, apresenta a elegante rosácea e a decoração no portal (antigo convento agostinho, obra de meados do séc. xv). A igreja paroquial da Lourinhã (1384-1397) é um exemplo mais simples dentro do tipo da Graça; do tipo análogo são as Igrejas de Santa Maria do Castelo de Loulé e a matriz de Tavira (de princípios do séc. xv), bem como a igreja do Convento de São Francisco (também de Tavira) e a igreja matriz de Silves (mais tardia, 1443-99).

Fixas na sua ligação às formas enraizadas regionalmente, pode concluir-se que, dada a sua expressão global, «nas igrejas meridionais o aperfeiçoamento da estrutura não provoca o alargamento das aberturas» (Mário T. Chicó).

Na segunda metade do complexo séc. xv português, podem assim referir-se três tendências da arquitectura religiosa: uma de cariz arcaizante (Colegiada de Barcelos, de 1464; matrizes de Monção e de Ponte de Lima); uma continuada tendência exuberante, decorativa e requintada («Claustro do Cemitério», no Convento de Cristo, Tomar, de D. Henrique), com raízes na Batalha; e uma tendência simplificadora (cripta do Conde de Ourém, da antiga Colegiada, de 1450-87; sala da Sinagoga de Tomar, idêntica à anterior, com abóbadas de aresta sem nervuras; a igreja matriz de Soure, de 1470, proto-manuelina; a Igreja de Santiago de Palmela, em «gótico desornamentado, linear», no dizer

de Pedro Dias). Pelas obras ligadas à comunidade judaica, pelas intervenções das ordens militares e pela obra especial de Ourém, dir-se-ia que esta última tendência foi atravessada por um sentido «culto» da arquitectura, ligado «aos iniciados».

O chamado «Gótico Tardio» alentejano actuou na transformação dos modelos góticos, os quais, já aceites, foram então elaborados no sentido de uma simplificação e «estandardização» global, servindo depois para «protótipos» usados na construção da época renascentista e sobretudo na expansão ultramarina. Essa simplificação traduziu-se sobretudo na compactação volumétrica e na procura de uma unicidade espacial, como nota José Custódio Vieira da Silva: «esta simplicidade e gosto da geometrização, que já havíamos referenciado na Igreja de Santiago de Palmela e na nave única da Conceição de Beja, assume-se em definitivo no Templo dos Lóios de Évora, constituindo elementos definidores quer do tardo-gótico alentejano quer de uma sensibilidade mudéjar».

De facto neste processo o papel de Évora é fulcral, em obras como a Igreja de São João Evangelista dos Lóios (1485-91), ou a Ermida de São Brás (com originalidade volumétrica, munida de contrafortes cilíndricos e da «novidade» da galilé-alpendre, de 1483-90); mas sobretudo com a Igreja de São Francisco (de importância capital para compreender os modelos da arquitectura jesuíta do séc. XVI), que foi reconstruída depois de 1476 até ao século XVI — com a sua nave «única» de grande escala sem apoios, e a poderosa galilé da entrada. Modelo inovador, irá logo influenciar a edílica local, já em Quinhentos (São Bento de Castris, Mosteiro do Espinheiro e Igreja dos Lóios em Arraiolos).

Também em Beja alguns «edifícios-chave» são então construídos, como a igreja do Convento de N. S. da Conceição, de 1459-73 (espécie de São Francisco «em reduzido»). No Algarve, assinala-se a Igreja de Santa Maria de Faro, de volumetria marcada pela torre central, que terá sido protótipo para a igreja quinhentista com torre sobre a entrada, conforme a do Priorado do Rosário (Velha Goa) ou a Sé de Baçaim (Índia).

A arquitectura militar e civil da fase gótica merece destaque; época instável e conflituosa, entre D. Dinis e D. Fernando far-se-ão inúmeras edificações com carácter militar, como o castelo e cerca de Trancoso (Beira), a torre pentagonal do Sabugal, as novas cercas de Lisboa e do Porto (séc. XIV), o Castelo de Alter do Chão (Alentejo) e a torre de menagem do de Estremoz (fins do séc. XIV).

No século XV surge a inovação das torres cilíndricas — no Castelo de Bragança, ou na torre do Castelo de Beja. De destacar ainda os

pequenos castelos (Penedono), e a reforma profunda de outros (Vila da Feira), na mesma fase.

As residências fortificadas são também características deste período: o Paço Episcopal de Braga (1378), o Paço Real de D. Dinis em Estremoz — com a sobrevivente galilé do séc. xiv. Em Quatrocentos pode falar-se dos «paços-alcáçovas», acastelados, como o Paço de Ourém e o Castelo de Porto de Mós (iniciativas de D. Afonso, conde de Ourém, no séc. xv), ou como os Paços de Leiria (com o gracioso avarandado, relacionado com a obra da Batalha), e o dos duques de Bragança, em Barcelos. O primeiro paço com expressão já francamente residencial edificou-se em Guimarães, obra dos duques de Bragança na segunda metade do séc. xv (muito reconstruído no séc. xx; terá tido influência francesa) — sem esquecer as longas obras do Paço Real de Sintra.

As «torres-solarengas» (designação de Carlos de Azevedo) surgem também nesta fase (Gomariz, séc. xiv), dando lugar logo depois a casas senhoriais mais complexas: com torre de ala residencial adossada (Paço de Guela, séc. xv-xvi); com duas torres e corpo de ligação (Solar dos Pinheiros, em Barcelos, 1448), ou com torre em posição central (exemplos já do séc. xvi). De referir ainda alguns núcleos residenciais urbanos que chegaram até nós (bairros da Judiaria, em Castelo de Vide e Tomar), e ruas também em Évora ou na Guarda.

De equipamentos e infra-estruturas há que falar das fontes com alpendre (das Figueiras, em Santarém, do séc. xiv, e de Ourém — a «Fonte do Conde», datada de 1435); das pontes, podem citar-se a de Mucela, sobre o Alva, e sobretudo a ponte de Ucanha, em Salzedas, com torre de portagem, do 3.º quartel do séc. xv).

Depois de 1500 até Finais do Século xviii

País extremo do Ocidente europeu, Portugal vai desde o séc. xv desenvolver um processo de expansão marítima — os «Descobrimentos» — que transportará a sua arquitectura para os vários continentes colonizados, sendo de realçar o Médio e Extremo Oriente, a Índia, o Brasil e África, além dos arquipélagos atlânticos e da Oceânia.

Este processo, feito de troca de influências e de miscigenação, alongou-se até ao séc. xx, e deu a uma produção artística de destino

aparentemente regional (no contexto do Ocidente europeu) uma diferente e ampliada dimensão universal, prova da sua originalidade e valor.

Como veremos também para a produção urbanística, é impossível separar o conhecimento da arquitectura praticada nesta fase no Portugal Ibérico, da desenvolvida além-mar, desde Marrocos até à China e Oceânia.

A essas áreas vai a arquitectura portuguesa levar as suas tendências tradicionalistas e conservadoras, o seu gosto pelas formas simples e concretas, pelos programas de pequena dimensão, até o seu apego teimoso a seguir um caminho próprio, frequentemente em desfazamento com a restante arte europeia.

Se considerarmos sobretudo o período de 1490 a 1940, o meio milénio durante o qual essa arte se afirmou e consolidou com mais coerência, até aos nossos dias, podemos esquematicamente apreciar os diferentes ciclos de linguagens e de produção, que alternam sucessivas fases mais estáveis e autónomas (o afirmativo «Manuelino», de 1490 a 1540; o pertinaz «Chão», de 1580 a 1680; ou o enérgico «Pombalino», sobretudo entre 1750 e 1780 — além do inevitável Romantismo do séc. XIX), com fases mais permeáveis, internacionalistas e regeneradoras (a Renascentista-Maneirista, afirmada por volta de 1540, a «Barroca», a partir de 1680, a Neoclássica, na passagem para 1800; até mesmo o inovador «Modernismo», entre 1890 e 1940).

Do Estilo «Manuelino» ao Maneirismo (1490-1580)

Durante mais de três séculos de independência política, o pequeno reino de Portugal assistira ao desenvolvimento de uma arquitectura românica sóbria e ruralizada, e ao florescer de um Gótico «simples e claro», como vimos.

Ora as componentes estilísticas providas da arte europeia de além-Pireneus, conjugadas com a enraizada tradição tipológica e espacial de raiz moçárabe (termo que designa a síntese cultural cristã-muçulmana na Península Ibérica medieval), iriam florescer na passagem do séc. xv para o xvi — correspondendo ao crescimento económico e social da época — e traduzindo-se numa produção arquitectural original e única no contexto ocidental, pelas suas características próprias e também pela divulgação universal que soube atingir, nos duzentos anos seguintes.

O chamado Estilo «Manuelino» — do nome do rei Manuel (1495-1521), contemporâneo das descobertas marítimas e do período áureo de comércio de especiarias vindas da Índia e de África — foi considerado por vários autores e investigadores (Robert Smith, Reynaldo dos Santos, Mário T. Chicó, Pais da Silva, entre outros) nas suas diversas dimensões: como manifestação «flamejante» ou «plateresca» particular, inserida dentro do Gótico Final europeu, tal como sucedeu noutros países periféricos ao Renascimento italiano, e por via deles; como um estilo de transição, utilizando estruturas de raiz gótica com elementos renascentistas em mistura; ou ainda como Estilo «Luso-Mourisco», sobretudo na área meridional do País, uma espécie de afirmação «mudéjar» reavivando a velha tradição moçárabe; e finalmente como um «Barroco Atlântico», pleno de formas naturalistas fruto dos Descobrimentos, e valorizando sobretudo os aspectos decorativos.

Sendo tudo isto, o «Manuelino» foi também, cremos que na sua essência, um estilo experimental e inovador, intuitivo e prático, procurando na «desconstrução» da linguagem gótica em formas geométricas nítidas e elementares (cilindros, cones, pirâmides) o caminho para as novas regras e proporções de um renascimento nacionalmente entendido; e em simultâneo, foi um regresso ao mundo das formas «claras e luminosas» — cubos e esferas — da comum tradição meridional e mediterrânea (muçulmana e itálica a um tempo).

Estilo afirmativo e «festivo» (como referem Rafael Moreira ou Paulo Pereira) de um recente império marítimo, serviu-se de (e serviu) todos os programas (militares, civis, religiosos, equipamentais) para construir ou ampliar edifícios e cidades, nos diversos continentes abrangidos.

Excessivo (e «ligeiro») na decoração, soube porém deixar ver a limpidez das estruturas que o suportavam, entre o formulário naturalista (cordames, algas, velas marinhas) e os volumes complementares (pináculos cónicos, ameias chanfradas, cilindros adossados às paredes)...

De 1490 a 1505 o novo estilo vai-se definindo, em igrejas da Estremadura, da ilha da Madeira (Sé do Funchal, 1493-1502), ou já em fortalezas do Norte de África. Até 1521 surgem as obras marcantes: as «Capelas Imperfeitas» da Batalha, nos arredores de Leiria (com pórtico de Mateus Fernandes, de 1509); o Mosteiro dos Jerónimos, em Belém, Lisboa (igreja e claustro, por Diogo Boytac, de 1502-1516; abóbadas e varandas, por João de Castilho, 1516-1521), constituindo notável espaço contínuo, do tipo «Hallenkirchen», de grande originalidade no contexto meridional; a nave da Igreja de Tomar (por Diogo de Arruda, 1510-11), em

diálogo com formas pré-existentes; e a «Torre de Belém», «jóia» calcárea fortificada (por Francisco de Arruda, 1515-20).

Segue-se uma difusão regional do estilo, com a construção de solares residenciais («Água de Peixes», perto de Alvito e o Paço de Évora, de 1525, ambos no Alentejo), de castelos (Évora Monte, de 1531, também no Alentejo; Safim, em Marrocos; Ormuz, na Pérsia; Vila Viçosa, de 1537), de pequenas capelas e igrejas, por vezes reedificadas ou ampliadas (matriz de Caminha, no Norte do País; no Alvito e em Silves, no Alentejo e Algarve; em São Tomé de Meliapor, em Madrastra, na Índia); e é reconhecida mesmo uma influência — periférica embora — deste estilo lusitano em Espanha e nas ilhas Canárias.

Um período de persistência vai durar até cerca de 1540, com obras ultramarinas (Igreja da Ribeira Grande, em Cabo Verde, 1522; a matriz de Ponta Delgada nos Açores, 1533; a Igreja do Priorado do Rosário, em Goa, de 1540 ou mesmo 1543), e até com prováveis influências no mundo ibero-americano (Paço da Audiência de Lima, no Peru, de 1530; portal da Igreja da Conceição de Texcoco, México).

Já desde os anos 20-30 do séc. xvi que se vinha afirmando uma corrente «estrangeirada», introdutora dos modelos clássicos italianos, a que o reinado de D. João III (1521-1557, seguido da regência de D. Catarina e do fugaz D. Sebastião até 1578) — levado a cabo na severa contenção das despesas, no meio das crises administrativas e coloniais, e na tensão espiritual do Concílio de Trento e da Inquisição — vai dar um sentido, em ambiente gradualmente austero e contra-reformista.

Florescendo nos mesmo núcleos do «Manuelino» (Lisboa, Tomar, Coimbra, Évora), as primeiras obras segundo o modelo italiano são pequenos edifícios (Igreja da Conceição, em Tomar, 1530-40; Claustro da Manga, em Coimbra, 1533; Igreja de Santo Amaro, Lisboa, 1549; Igreja de Valverde, cerca de Évora, 1550-60), ou então trabalhos escultóricos aplicados à arquitectura (portais em Coimbra, na Sé Velha ou na Igreja de Santa Cruz, onde se distinguiram mestres como Nicolau de Chantrenne, Diogo de Castilho, João de Ruão), produção esta de um modo geral exprimindo certo carácter experimental — ou transitório.

A obra teórico-arquitectónica dos portugueses viajantes pela Europa tem em Francisco de Holanda (1517-1584), bolseiro em Itália onde contactou Miguel Ângelo, o representante mais famoso, autor dum projecto global para engrandecer a capital («Da Fábrica Que Falece à Cidade de Lisboa») com grandes obras públicas, de sentido «moderno» e utópico. A mais qualificada obra deste período será o claustro que

D. João III constrói em Tomar, projecto de Diogo de Torralva (1554-62) — conjunto «estrangeirado» e complexo, impondo a atitude maneirista entre o volume «manuelino» da igreja e as primeiras experiências da Renascença ali patentes.

A partir dos meados do século — e já absorvido o entendimento maneirista das formas — dá-se o alargamento do novo estilo a programas maiores, como os das novas «sés» (igrejas das sedes bispais) de Leiria, de Portalegre (por Afonso Álvares), de Miranda do Douro (por Miguel de Arruda), e na distante Goa, na Índia, todas realizadas seguindo uma versão modernizada da «igreja-salão» (a tipologia da «Hallenkirchen», já experimentada na fase anterior), em desenho clássico mas com persistência da espacialidade gótico-manuelina. Iniciados entre 1552 e 1562, estes templos vão influenciar a criação de um verdadeiro «estilo regional», o das pequenas igrejas «colunárias» (designação provinda das colunas isoladas no interior da nave) maneiristas, inteiramente construídas em pedra e tijolo, sobretudo nas áreas do Sul de Portugal; este estilo vai coexistir com uma outra tendência, mais humilde e antiga, a das igrejas com cobertura de madeira (na Estremadura, Alentejo e Algarve).

Albrecht Haupt, Pais da Silva, Horta Correia, Chueca Goitia, entre outros, vão estudar este período complexo de transição, acentuando vários aspectos: a sua originalidade formal, afirmada em obras concretas e invulgares (Igreja da Graça, em Évora, 1530-60); o papel da divulgação tratadística (a qual segue modelos italianos eruditos, sobretudo Serlio) no hábito da criação de estruturas tipificadas e repetíveis com facilidade; a actuação dominante dos arquitectos de formação militar (na capela-mor dos Jerónimos, em Lisboa, com Jerónimo de Ruão, em 1571; na Igreja de Santo Antão, em Évora, por Manuel Pires ou Miguel Arruda, 1559-1563), os quais serão responsáveis por uma concepção utilitária e despojada, de eminente sentido prático, investindo na construção da «abóbada-canhão» que se verá depois aplicada por todo o ultramar (ex: igrejas jesuítas de Baçaim e Diu, na Índia, ou de São Bento de Salvador da Bahia, no Brasil); e finalmente, a presença de dois modelos de certo modo opostos na arquitectura religiosa — o «jesuíta» (com a Igreja de São Roque, em Lisboa, contemporânea da de Gesù em Roma, em 1565-76, onde surge aplicada a nave única, central e sem torres na fachada — e o tipo «herreriano» (de Juan Herrera, autor do Escorial castelhano), que com a Igreja de São Vicente em Lisboa (de 1582-1590, por Filipe Terzi e Baltasar Álvares), aposta no modelo de duas torres e galilé na frontaria; por último, certos autores referem ainda a influência da «obra de laço» decorativa de origem ou inspiração flamenga, e a auto-

nomia conceptual do Norte do País (pressentida na Igreja do Salvador, em Grijó, de 1574, por Francisco Velasquez).

Uma referência final nesta fase estilística deve ir para a crescente aplicação da azulejaria cerâmica no revestimento de interiores da arquitectura religiosa (Convento da Graça e Igreja de São Roque, Lisboa) e palaciana (Palácio Real de Sintra, Quinta da Bacalhoa, em Azeitão), inicialmente com uso de técnicas hispano-mouriscas (da «corda seca», de «aresta»), enxaquetados, depois pintados com temas renascentistas gradualmente simplificados e popularizados — aplicação que tanta importância irá assumir na fase seguinte, pela dimensão enriquecedora do espaço que possui.

*Do «Plain Style» («Arquitectura Chã»)
ao Barroco (1580-1780)*

Desde a segunda metade do século XVI que a divulgação e sobretudo a difusão da arquitectura portuguesa se acentua, nas possessões do Atlântico, de África, do Brasil, mas sobretudo na Índia e Extremo Oriente: cidades, feitorias e fortificações recebem inúmeras construções cívicas, residenciais, religiosas e militares.

De salientar, nas obras de defesa e no planeamento das cidades, a participação de mestres italianos, iniciada com Tommaso Benedetto de Pesaro, activo em Lisboa desde 1559 até provavelmente 1576 (em Mazagão, Marrocos, depois de 1541, trabalha na praça-forte onde se constrói a espectacular cisterna por Miguel de Arruda e Diogo de Torralva). Seguem-se Tiburzio Spanocchi (na fortificação do Monte Brasil, em Angra, ilhas dos Açores, depois de 1590, e no Brasil, depois de 1605), Vincenzo Casale (com o Forte do Bugio, na barra do Tejo, desde 1590 a 93, concluído por Giovanni Turriano, por volta de 1646), e Battista Antonelli (com fortes no Rio de Janeiro e Nordeste, no Brasil, 1582-97). De realçar sobretudo Giovanni Battista Cairato, «arquitecto-mor das Índias», vindo de Milão para o Ocidente, onde trabalhará de 1583 até morrer em 1596 (com o Forte de Jesus, em Mombaça, no actual Quênia; e com obras nas indianas Damão, Chaul e Baçaim — e talvez a notável «obra forte» de Diu).

A Miguel de Arruda, «mestre das obras de fortificação», se deviam anteriormente obras em Lagos, no Algarve (1553) e a de São Julião da

Barra (em Carcavelos, na saída do Tejo, 1553-75); a Inofre de Carvalho, fortes em Soar (Golfo Pérsico, 1560) e Goa (dos Reis Magos, na barra do rio Mandovi, em 1554-1556). Continuou-os António Rodrigues, «mestre das obras régias e fortificações», entre 1564 e 1590. Obras já em Seiscentos são as do Forte do Pico (Funchal, ilha da Madeira, de 1611), bem como os de Natal e de São Salvador da Bahia (respectivamente em 1614 e 1623, no Brasil).

Como refere Rafael Moreira, «esta permanente circulação de pessoas, ideias e formas entre os três continentes explica os paralelos construtivos e urbanísticos que fizeram da arquitectura militar o primeiro estilo internacional da arquitectura moderna». Há que fazer referência complementar às quadrículas geométricas utilizadas na edificação de algumas cidades novas ou extensão de existentes, entre os fins do séc. XVI e inícios do seguinte: fortificadas total (Damão, Índia) ou parcialmente (Angra, Açores; São Luís do Maranhão, Brasil, esta projectada pelo engenheiro militar Frias de Mesquita, em 1616).

Entretanto, no período de 1580 a 1640, as coroas de Portugal e Espanha estiveram unidas, sob a dinastia dos Filipes, reis católicos, austeros e contra-reformistas — foi a chamada «União Ibérica» — facto que veio acentuar a interpenetração da arte peninsular. Entre 1640 e 1668 porém, uma triunfante guerra de restauração da independência portuguesa afastaria definitivamente este diálogo das duas culturas, lusa e castelhana, virando-se desde então Portugal, como alternativa, para sucessivas e renovadoras fontes culturais, sobretudo italianas, francesas, inglesas.

É durante todo este novo «período longo» que uma permanência estilística e tipológica se vai acentuar na arquitectura portuguesa, fixada em valores regulados pela tratadística e pela prática construtiva; exigência esta também acentuada pela necessidade de muito edificar, nos vários continentes, com cada vez mais fracos recursos financeiros...

De facto, generalizou-se então uma arquitectura que se pode dizer de base maneirista, enraizada nos modelos nacionais que fomos vendo entretanto definidos, e formalmente simplificada por via da tradicional influência vernacular sobre a dimensão erudita — outro vector subtil mas permanente entre nós —, arquitectura essa assente em superfícies lisas e planas e em volumes nítidos, depurados do excesso decorativo que o Barroco internacional então aceitava. Ela vai ser «baptizada» por George Kubler de «Plain Architecture» (inspirado na palavra «chã» que já fora antes usada a esse propósito por estudioso português). Numa obra célebre, este autor considera-a existente desde o período de formação

ao de desagregação, entre 1521 e 1706, ou seja, entre o apogeu do comércio das especiarias da Índia, e o «boom» do afluxo do ouro provindo do Brasil. Resistente à aceitação do Barroco, o «Plain Style» virá perdurar e prolongar-se até ao limite do possível, atravessando temporalmente tendências renovadoras e tentativas de mudança.

Período de recolhimento espiritual, de crise de crenças, de reforço das ordens religiosas católicas contra «o herege», corresponderá logo desde 1600 a um surto de renovação e de intensa construção de igrejas e conventos, na «metrópole» como além-mar.

São exemplos principais os colégios jesuítas de Coimbra (por Baltasar Álvares, em 1598-1640, actual «Sé Nova»), do Porto (Igreja de São Lourenço ou «dos Grilos», obra de 1614 a 1709) e de Lisboa (Igreja de Santo Antão, por Baltasar Álvares, de 1613 a 1653, destruída); bem como as imensas construções beneditinas da capital (por Baltasar Álvares, em 1598, muito alterada, actual Assembleia Legislativa), do Porto (por Diogo Marques Lucas, de 1604 a 1690, demolida), de Coimbra (por Baltasar Álvares, em 1576, e pelo mesmo Diogo Marques Lucas em 1604); no meio rural, a renovação das suas velhas sedes em Santo Tirso (1679) e Tibães (1628-1661, por Giovanni Turriano e Manuel Álvares), são os monumentos mais impressionantes.

Também as ordens de tipo mendicante constroem intensamente neste período, com destaque para os Carmelitas Descalços (Convento dos Remédios em Évora, pelo «herreriano» Francisco de Mora, de 1601 a 1614, arquétipo muito repetido depois, com a sóbria fachada da igreja encimada por frontão triangular e com entrada de galilé de três arcos), e para os Dominicanos (em Benfica, Lisboa, desde 1613); nas ordens femininas, de referir as Clarissas, com a obra de Santa Marta, na capital (por Pedro Nunes Tinoco, 1616).

Em todas estas obras pode ler-se a simplicidade das opções formais, em atitude constantemente «refractária à orgânica barroca», no dizer de Pais da Silva. Pode, apesar de tudo, sentir-se ainda uma relativa diferenciação entre a arquitectura do Noroeste (Porto, Minho), mais ligada à tradição decorativa da «obra de laço» flamenga, e a do centro e do Sul, mais estereotipada na regra serliana e na influência ordenadora dos arquitectos reais (Pedro Nunes Tinoco, 1604-1641), ou da Casa da Rainha (João Nunes Tinoco). Finalmente, constata-se a influência do ensino teórico da Arquitectura, muitas vezes recebido por via espanhola e italiana, iniciado (e centralizado) com a aula do Paço da Ribeira, em 1549, e de grande continuidade pelo séc. XVII fora.

De realçar ainda o papel importantíssimo das artes decorativas na animação desta arquitectura despojada, espécie de compensação pela sua excessiva nudez estrutural — sobretudo pela aplicação dos «azulejos», agora em pintura de amarelo, azul e branco, nas vastas superfícies interiores (Igreja de Marvila, em Santarém, 1635-39), ou em espaços exteriores (jardins do palácio dos marqueses de Fronteira, Benfica, Lisboa, 1670), e sem esquecer a utilização da talha dourada nos altares e púlpitos das igrejas.

Nas ilhas atlânticas, nomeadamente na Madeira e nos Açores, constata-se o «transporte» destes modelos religiosos, como refere Yves Bottineau, sobretudo traduzidos nos colégios jesuítas: no Funchal, em Angra (1658-1676), em Ponta Delgada (1625-1666), na Horta. «Transporte» este confirmado nas inúmeras casas franciscanas edificadas junto de muitas vilas e cidades insulares. Excepção criativa e única, pelo seu barroquismo, é a fachada da Misericórdia da Ribeira Grande na ilha de São Miguel, de meados do séc. XVII. Também a casa solarenga, urbana ou rural (que na «metrópole» se definira já num modelo característico, em extensos volumes paralelepípedicos, com fachada de dois pisos, «andar nobre» ritmado apenas pelas janelas de sacada, portal mais elaborado e capela anexa), vai apresentar nas ilhas uma série de variantes regionais, valorizadas pela pedra vulcânica e pelo simbolismo decorativo «anti-sísmico».

Na Índia, são também as obras dos Jesuítas, juntamente com as dos Agostinhos, que lançam os modelos depois mais imitados e popularizados nos arredores de Goa, nas «praças do Norte» (Baçaim, Diu) e nas possessões do Sul (Cochim). Destacam-se, entre muitas, a Igreja do Bom Jesus de Velha Goa (1594-1605), cuja nave única e frente sem torres (inspirada na do Espírito Santo de Évora, de 1566 a 1574) serve por sua vez de modelo à de Margão e tem evidentes analogias com as obras do Colégio em Baçaim (de 1636) e em Diu (Igreja de São Paulo, actual «Sé», construída em 1601 pelo padre Gaspar Soares); a Igreja dos Agostinhos, também em Velha Goa (1597-1602, hoje em ruínas), de duas torres e cinco andares na fachada, inspiradora de obras mais regionais, já culturalmente «luso-indianas», como a da Igreja de Santana de Talaulim (na ilha de Goa); e finalmente a Igreja de São Caetano (1656-1661), curioso exemplo inspirado em São Pedro de Roma, com cúpula e planta centrada (pouco frequente), a qual irá depois gerar a igrejainha de «falsa cúpula» de efeito cenográfico, em Bardês (Goa). Reduzidas desde finais do séc. XVII a vestígios do decadente império comercial, as terras da

Índia Portuguesa não receberão desde então uma renovação artística comparável à que sucede no Brasil pela mesma época, pelo que a arquitectura indo-portuguesa vai persistir dentro dos tipos herdados do Maneirismo até bem avançado o século XVIII, apagando-se depois como produção original e viva.

No Extremo Oriente, desaparecidas hoje quase todas as obras de Malaca, da China e do Japão, resta o conjunto arquitectónico de Macau (no Sul da China), com destaque para a fachada da igreja jesuíta de São Paulo (1602-1626), obra de curiosa e original influência sino-luso-nipónica.

No Brasil, ao contrário da evolução na Índia, é com a segunda metade de Seiscentos — superada então a guerra com a Holanda e readquirida a independência política face à Espanha — que um surto construtivo renovador se inicia, na continuidade das regras do «Plain Style» provindo de Lisboa. Germain Bazin, que estudou aprofundadamente esta fase, refere entre muitas, como prova da síntese tipológica e técnica atingida, a igreja do colégio jesuíta de São Salvador da Bahia (actual «Sé», reconstruída entre 1654 e 1694), com notável tecto imitando a tradicional abóbada «de canhão», mas construída em boa madeira americana...

Obras no «Estilo Jesuíta», que se iniciara no Brasil com a Igreja da Graça em Olinda (no Pernambuco, entre 1584 e 1592), vão de resto refazer-se um pouco por todo o território ocupado, desde São Paulo ao Amazonas, até dentro do séc. XVIII: caso da igreja paulista, em 1661-1671; da do Recife, no Pernambuco, em 1689-90; da de Belém do Pará, em 1700-1719. Do mesmo modo recebem também um impulso renovador as igrejas paroquiais (caso da «Sé» antiga de Salvador, na Bahia, edificada em 1660-1674, já demolida, e que seguia o modelo já referido da do Espírito Santo de Évora), e os mosteiros beneditinos (no Rio de Janeiro, em 1668, e em Salvador, em 1697).

Desde 1640 que se iniciara em Portugal o novo ciclo da chamada «Arquitectura da Restauração», acompanhando a independência política reconquistada e marcando culturalmente o início da transição do «Plain Style» para o Barroco Tardio, este sobretudo de fonte italiana. José Fernandes Pereira analisa esta fase referindo um período experimental (1651-1690), marcado pelo regresso às plantas centradas (como a da Igreja da Piedade, em Santarém, de 1664, por Jácome Mendes), pela revitalização do ensino teórico (com a «Aula de Fortificações», por Serrão Pimentel, desde 1647) e pela influência regional da Corte dos Braganças (dinastia reinante em Portugal desde a restauração da independência), em

Vila Viçosa, de que a Igreja dos Agostinhos, de expressivo e largo arco na fachada, é exemplo padrão (obras desde 1635; sacração em 1677).

Esta será uma época de hesitação entre os condicionalismos económicos e militares, por um lado, e o desejo de renovação, por outro; desta tensão nascem as igrejas «de transição ou de persistência» (como as designa Horta Correia): a de São João Baptista em Angra, nos Açores (1642); a de Santa Clara em Coimbra (1649-1696, por Giovanni Turriano); a do Colégio Jesuíta em Santarém (em 1647, por Mateus de Couto), e a do Colégio de Portimão, no Algarve (em 1660, com provável autoria de João Nunes Tinoco).

Segue-se uma fase de definição estilística (de 1690 a 1717), na qual a obra-prima — e talvez a única verdadeira obra «barroca» no País, vivendo cenograficamente o rio Tejo e as colinas do lado nascente de Lisboa — vai ficar incompleta (Igreja de Santa Engrácia, por João Antunes, de 1681 a 1713).

Na mesma época — e num regresso à planta centrada tão cara à temática barroca — se ensaiam as naves octogonais nas igrejas (na do Bom Jesus da Cruz, em Barcelos, por João Antunes, de 1701 a 1704; e na do Menino Deus, em Lisboa, por Costa Negreiros ou João Antunes, de 1711 a 1737), sendo insularmente mais tardia, ainda dentro desta tipologia, a de São Pedro em Ponta Delgada, nos Açores (de 1737 a 1748). Surgem também algumas obras isoladas, exploratórias da nova linguagem, no Norte e Centro do País, como a Igreja de Arouca, de 1703, por Carlos Gimac, a cerca e escadório do Mosteiro de Tibães (1725-34), também tardia, a fachada da Biblioteca da Universidade de Coimbra, por Claude Laprade, ou mesmo a fachada ondulante da Igreja de São Filipe em Estremoz, no Alentejo (de 1697). De referir ainda a Igreja de Nossa Senhora do Cabo Espichel (1701-04), com projecto de João Antunes, a consagrar o Santuário dos arredores de Lisboa.

Desde 1700 a aplicação de azulejaria à arquitectura vai entrar na chamada «Época dos Mestres», com grandes obras e expressão individualizada, ligadas a artistas de renome (que frequentemente as assinam) — fase esta que se sucede ao período imitativo do azulejo holandês — e que assim preparará o que será depois de 1725 a ampla vulgarização oficial da produção cerâmica (que prossegue até cerca de 1755). Da obra dos «mestres» podem citar-se exemplos como o revestimento das naves da Igreja de Santiago em Évora (painéis por Gabriel del Barco, de 1699-1700), ou o preenchimento da abóbada da Igreja das Mercês, em Lisboa, por António de Oliveira Bernardes, de cerca de 1714. Já do período de divulgação, podemos referir os revestimentos dos patamares

da escadaria do Colégio de Santo Antão o Novo, em Lisboa, de cerca de 1730 (obra jesuíta, no actual Hospital de São José), de efeito teatral no seu azul e branco recortado, ou os pujantes painéis do Convento de Vilar de Frades, em Barcelos, de 1742.

Depois de 1717 há uma dispersão das tendências estilísticas entre-tanto amadurecidas, acompanhada por uma diversidade «regional» na evolução arquitectónica. Em primeiro lugar, o «Barroco da Corte», em Lisboa — opulento e grandioso com o apoio do ouro brasileiro, a vontade de D. João V e a participação de autores estrangeiros convidados —, traduz-se em inúmeras obras, como a do Convento de Mafra (levada a cabo entre 1717 e 1750, com Ludovice, Custódio Vieira, Manuel da Maia, Canevari); a do Aqueduto das Águas Livres («maior obra desde os Romanos», no dizer da época); a do conjunto da Quinta de Santo Antão do Tojal (em 1728-32, por Canevari); a da Ópera do Terreiro do Paço (em 1733, por Bibiena, destruída pelo terramoto); a da Capela de São João Baptista (instalada na Igreja de São Roque, em 1742-50, por Vanvitelli e Salvi); a do Palácio Real de Queluz (em 1758, com Mateus Vicente); e a do Palácio das Necessidades, em Alcântara (desde 1742, por Tomás Caetano de Sousa). Em todas estas obras, as formas italianizantes cruzam-se com os vestígios da tradição «Plain», com as sugestões «Rocaille», e até por vezes com prenúncios do neoclassicismo (como na polémica Capela de São João Baptista).

Noutro quadrante, o do autónomo «Barroco do Norte» (de 1725 a 1769), surgem obras mais exuberantes e quase sempre ligadas à iniciativa do clero. Destaca-se Nicolau Nasoni, italiano fixado em Portugal, com obra desenvolvida sobretudo no Porto (com a Igreja dos Clérigos, de 1732 a 1748, «ex-libris» portuense; o Palácio de Mateus, cerca de Vila Real de Trás-os-Montes, de 1739; a Igreja da Misericórdia, no núcleo antigo do Porto, de 1749; e o Palácio do Freixo, insólito edifício junto ao Douro à saída da «capital do Norte»).

Também no Norte, em Braga (a capital tradicional do poder religioso), e com obra desenvolvida um pouco depois de Nasoni, destacam-se André Soares (com Santa Maria de Falperra, de 1753 a 1755, ou a casa «do Raio», de 1754), e Carlos Amarante (com os «escadóricos» de encosta, santuários típicos das romarias nortenhas, tema aplicado magistralmente no Bom Jesus do Monte, em 1776).

Um período já de «decadência» ou se quisermos de persistência desta arquitectura assinala-se entre 1755 e 1780-90. Em Lisboa, ele está patente em obras como a Basílica da Estrela (de 1779 a 1790, por Mateus Vicente e Reynaldo Manuel), como a Igreja de Santo António (de 1767 a 1787,

por Mateus Vicente), ou como a Capela da Bemposta (por Manuel Caetano de Sousa, já em 1793). Na província, sente-se essa tendência «regionalizada», «lutando» contra o novo tema neoclássico, em obras como a Igreja de São Bento, no Porto (por Manuel Álvares, de 1784), ou o Museu de História Natural da Universidade de Coimbra (por Elsdén, em 1772).

No Brasil repercute-se a aplicação do tema da planta octogonal, já referida, em exemplos pontuais (Igreja da Conceição da Praia, em São Salvador da Bahia — transportada pedra a pedra desde Portugal — de 1739 a 1765; Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, no Rio de Janeiro, de 1714). Mas a formação de um estilo local, autónomo em relação à «metrópole» ibérica, já então está em gestação, com as obras do «surto do ouro» em Minas Gerais, autonomia essa visível na obra genial do «Aleijadinho» — desde a do Santuário em escadório do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, de 1757 a 1780, até à da Capela da Ordem Terceira de São Francisco, em Ouro Preto, de 1766 a 1794.

O momento fulcral e inovador da arquitectura portuguesa neste período vai passar-se já no tempo do rei D. José e do seu ministro Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras), na acção pós-terramoto da reforma urbanística e da reconstrução arquitectónica a ela ligada, entre 1750 e 1780. Com efeito, o terramoto de 1755 (que destruiu o centro de Lisboa e de outras cidades do Sul), as novas cidades de ocupação «efectiva» do território — no País como no Brasil e um pouco em África — e o surto económico na cidade do Porto (por via da colónia inglesa ligada ao comércio do «vinho do Porto») serão factores determinantes desse processo.

O sentido pragmático da época e as exigências funcionais geram então uma arquitectura «sem estilo» no sentido tradicional, pois simultaneamente inscrita na tradição «Plain» dos engenheiros militares, nas referências «Rocaille» consentidas nos pormenores e na busca de um neoclassicismo que se diria com carácter «estrutural», temporalmente precoce — se olharmos o contexto europeu — e bebido em fontes diversas.

Uma arquitectura de pendor utilitário, de sentido laico e vocação equipamental ou residencial vai assim surgir em Lisboa: no bairro industrial das Amoreiras, construído «à sombra» do reservatório de água joanino (a «Mãe d'Água», por Carlos Mardel); mas sobretudo nos quarteirões da «Baixa», centro da capital totalmente reconstruído, desde o Rossio à nova e belíssima Praça do Comércio, ou do portuário Cais do Sodré às colinas elegantes do Chiado e da Sé, em obra desde 1756.

Essa arquitectura aplica-se também nas pequenas novas cidades da província (de que o exemplo mais completo e equilibrado é Vila Real de

Santo António, fundada em 1774 no Algarve), e no Porto, quer pela iniciativa de João de Almada (nomeado por Pombal), que lança uma série de extensões urbanas e regulamentações de ocupação (Rua de São João, depois de 1757, e Cadeia da Relação, de 1764), quer pela intervenção dos Ingleses, que utilizam um neoclássico paladiano «de importação» (Praça da Ribeira, de 1765; edifício da Feitoria Inglesa, pelo cônsul Whitehead, de 1785-90; e Hospital de Santo António, projecto de John Carr, em 1769).

Do Neoclássico aos Finais do Século xx

Os últimos 200 anos da arquitectura portuguesa não apresentam, numa abordagem global, a criatividade e sobretudo a originalidade do período anterior, se vistos no contexto europeu.

Podem realçar-se apesar de tudo o relançamento oitocentista da colonização em África e no Oriente, com a consequente intervenção urbana e arquitectónica, e a afirmação — desde inícios do séc. xx — de uma «escola» regional da arquitectura moderna de grande qualidade na cidade nortenha do Porto.

De facto, entre 1807 e 1852 o País atravessa uma fase conturbada, por motivo das questões militares (as invasões napoleónicas, a independência unilateral do Brasil, as lutas civis entre «liberais» e «absolutistas»), e pelas sucessivas crises políticas, económicas e sociais daí decorrentes. Só com os governos da «Regeneração», em meados do séc. xix, a estabilidade governativa permitirá de novo o lançamento de um programa arquitectónico coerente e modernizador.

Até lá, nas poucas obras significativas que vão avançando, subsiste a tendência neoclássica internacionalmente dominante. Em Lisboa, com Costa e Silva (autor do óptimo teatro de ópera de São Carlos, em 1793, e participante do inacabado Palácio Real da Ajuda, desenhado com Fabri em 1802), e com Fabri (autor do Hospital da Marinha de Santa Clara, em 1797). Nos arredores da capital, em esboço de localização «pré-romântica», edificam-se algumas habitações de expressão entre o «solar» e o «palacete» (Palácio Pombal, em Queluz, de 1795; Palácio de Seteais, em Sintra, de 1787) — e entre o gosto clássico e os elementos persistentes do «Rocaille» ou do Pombalino...

O estilo neoclássico surge igualmente na província: com sentido urbano na Praça e Palácio de Manique do Intendente, na Estremadura, por Fortunato de Novais, em 1794-1807; no Asilo da Runa, iniciado por Costa e Silva em 1792; fiel ao desejo pombalino, no Observatório da Universidade de Coimbra; no imponente Convento de Santa Clara, em Vila do Conde, iniciado em 1777 pelo «mestre pedreiro» Ventura Lobo; na igreja matriz de Tavira, por Fabri.

No Porto, e continuando de algum modo a enraizada tradição lançada pelos ingleses, aquele estilo surge em obras como a Igreja da Trindade, de 1803, por Carlos Amarante, e a Academia da Marinha, de 1807, pelo mesmo autor; ou na igreja da Ordem Terceira de São Francisco, de 1792, por Pinto de Miranda.

Obras já tardias, ainda fiéis ao gosto neoclássico, mas com alguma decoração ecléctico-romântica são, ainda no Porto, o «Palácio da Bolsa» (de 1842, por Costa Lima, autor também do novo edifício municipal de Angra, nos Açores, em 1849-79); ou, em Lisboa, o «Teatro Nacional de D. Maria II» (de 1842-46, por Fortunato Lodi) e a nova Câmara Municipal, na «Baixa» (por Domingos Parente, em 1866).

O Romantismo arranca em Portugal com a política de modernização do ministro das Obras Públicas Fontes Pereira de Melo. Representando aparentemente conceitos antagónicos, «modernidade» e «ideal romântico» vão gerar então três obras emblemáticas: o Palácio da Pena, em Sintra, grandioso — e único — verdadeiro monumento Romântico do País (construído aproveitando o antigo convento em plena montanha, entre 1839 e 1885, pelo Barão de Eschwege e pelo rei consorte Fernando II), espécie de falso e revivalista castelo medieval, inventado entre evocações góticas, manuelinas e orientais; o «Palácio de Cristal», no Porto, concebido modernamente «à inglesa», obra da «arquitectura do Ferro» importada das fábricas britânicas (de 1861-65, projecto do arquitecto T. Dillen Jones e do engenheiro F. W. Shields, produzido em Manchester), para a Associação Industrial da cidade; e a ponte metálica de D. Maria Pia, também na área portuense, sobre o rio Douro, projectada em 1876 por Gustave Eiffel, no âmbito da referida política fontista de desenvolvimento dos transportes.

Pelas datas e autorias avançadas, se vê que a importação de tecnologias, artistas e técnicos era patente, pela segunda metade do séc. XIX, e correspondia a um desfasamento nacional face à evolução da Europa industrial, que a remodelação do ensino artístico, tentada com a criação de novas escolas («Academias de Belas-Artes», em Lisboa e Porto, de 1836), não alcançava...

É a época áurea dos revivalismos, a qual se prolongará até ao início do séc. xx: refiram-se o gosto «neo-árabe» (no Salão da Bolsa, no Porto, de 1862-1880, por Gonçalves de Sousa; na Quinta do Relógio, em Sintra, de 1850, por A. T. Fonseca; e na praça de Touros do Campo Pequeno, em Lisboa, de 1892, por Dias da Silva); o desenho «neo-oriental» (no palácio de Monserrate, em Sintra, de 1863-65, por James Knowles Junior; no palacete Ribeiro da Cunha, de 1877, em Lisboa); o «estilo» «Medieval-Gótico» (no «Chalet» da Condessa de Edla, de 1860, em Sintra; nas ruínas fingidas de Évora, de 1865, por Cinatti; e na igreja matriz de Reguengos de Monsaraz, por Dias da Silva, já do início do século xx).

Tendências mais tardiamente manifestadas, surgem nos anos 1880-1890, dentro do mesmo universo virado para a «recriação do passado», como é o caso do «Neomanuelino», de carácter urbano e sentido nacionalista (na Estação ferroviária do Rossio em Lisboa, por José Luís Monteiro, em 1886-7; no Palace-Hotel do Buçaco, por Luigi Manini, de 1888-1907).

Em paralelo, a «arquitectura do ferro» vulgariza-se nas suas aplicações no contexto urbano, começando a servir os equipamentos — embora na maioria dos casos o novo material ainda imite decorativamente as tradicionais formas «clássicas» ou «góticas», antes usadas na pedra e na alvenaria. De qualquer modo, e progressivamente, a expressão do ferro vai passar de uma utilização «envergonhada», apenas em interiores e edifícios utilitários, para uma aplicação mais urbana e «atrevida», em fachadas e em imóveis centrais da cidade. Veja-se por exemplo, a evolução da sua aplicação na capital: no «panóptico» e alas da Penitenciária, em 1874-1878, formando galerias sobrepostas; no vasto mercado da praça da Figueira, pelo engenheiro Ricardo Correia, de 1875-85, na «Baixa»; no Pavilhão de Exposições da Tapada da Ajuda, por Luís Caetano Pedro de Ávila, de 1884; na luxuosa «Sala de Portugal» da Sociedade de Geografia, por José Luís Monteiro, na Rua das Portas de Santo Antão, em 1897; na garagem Auto-Palace, ao Rato, por Vieillard & Touzet — Guilherme F. Baracho, já de 1906; e nos Armazéns Grandella, feitos à moda «parisiense», por George Demay, de 1906-7.

O ferro serve também, pela mesma época, para a habitação, em estruturas parciais englobadas nos edifícios, como são as galerias (nas «vilas» operárias, nos pátios populares) e as «marquises» (nas traseiras dos «prédios de rendimento» de programa burguês) — opondo-se aqui quase sempre a obra estrutural e simples da engenharia à fachada ecléctica e revivalista «de prestígio».

Na transição dos séculos — e acompanhando as obras de renovação e extensão urbanística em curso nas maiores cidades portuguesas, com as avenidas e os «boulevards» — uma nova geração de autores, formados ou influenciados pelo meio parisiense das «Beaux-Arts» ou dos outros caminhos do eclectismo internacional, tenta uma relativa renovação estilística na arquitectura.

Recorrem à sobriedade do Neo-Românico (sede da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães, de 1900, por Marques da Silva), que é considerado então por alguns um possível arquétipo da «verdadeira» arquitectura portuguesa, tese suportada pela existência da vetusta «Domus Municipalis» românico-medieval no Castelo de Bragança. Outros «deixam-se levar» pelo desenho «Art Nouveau» de origem francófona, aportuguesando-o numa «Arte Nova» mais sóbria (casa da Rua Alexandre Herculano n.º 57, por Ventura Terra, de 1903), apoiada na tradição cerâmica dos «azulejos». Finalmente, em caminho divergente, o gosto pela velha «Casa Portuguesa», mourisca e «plain» é reinventado por Raul Lino (Casa Monsalvat, no Monte Estoril, de 1902, e Casa do Cipreste, em Sintra, de 1912).

Nos equipamentos ensaia-se uma melhor integração dos novos materiais com o desenho arquitectónico, em obras públicas como o Liceu Luís de Camões, em Lisboa, de 1907, por Ventura Terra, o Sanatório da Parede, por Rosendo Carvalheira, de 1901-3, ou a escola de «A Voz do Operário», por Norte Júnior, em 1914, também na capital.

Novíssimo material, o betão armado vai divulgar-se em coincidência com a crise financeira do pós-guerra, na década de 20, crise que o recente regime republicano (desde 1910) não conseguirá superar; produzem-se então algumas obras «estruturais», com gosto pela valorização plástica das novidades construtivas. No Porto, os Armazéns Nascimento (de 1914-22, por Marques da Silva) deixam transparecer no envidraçado da fachada os tramos oblíquos das escadarias internas. A «Clínica Heliântia» de Francelos, nos arredores daquela cidade (por Oliveira Ferreira, de 1929), tira partido dos ritmos e perfis do sistema de pilares de apoio, ora ligados por paredes ora «soltos» como «pilotis», num espaço aberto. Em Lisboa, o Teatro «Gymnasio» da Rua da Trindade (por João Antunes, de 1923-25) esconde por detrás de uma fachada barroquizante um notável e inovador sistema de plateia móvel, com giratórias placas de betão (interior demolido); e o salão «Capitólio», no Parque Mayer, à Avenida da Liberdade (por Cristino da Silva, de 1925-31) lança o tema do grande espaço de espectáculos sem apoios internos, com terraço aproveitado para cinema (parcialmente alterado).

A afirmação da chamada «segunda geração» de arquitectos «modernos» (como refere José-Augusto França) — que definirão uma arquitectura «modernista» na década de 30 — corresponde já à instauração do regime ditatorial de Salazar, desde 1928 no poder, preparando e institucionalizando o «Estado Novo». Entre 1932 e 1940, o dinâmico e empreendedor ministro Duarte Pacheco lança uma intensa «Política de Obras Públicas», para combater o desemprego herdado, para fortalecer a confiança política da população, (como sistema de «propaganda»), completando algumas obras deixadas inacabadas pela República e iniciando muitas outras, segundo programas de modernização sistemática (novos correios, telefones, estradas, bancos do Estado, etc.).

Para tudo isto, Pacheco contou com o apoio dos arquitectos e outros técnicos da construção, ansiosos de resto por participarem numa «nova era» de modernidade. Sobretudo em Lisboa, investe-se a mão-de-obra barata em grandiosos equipamentos, numa arquitectura «eclectico-modernista» de tendência algo monumentalizante, e que aceita ainda sugestões «Art Deco» (em Lisboa, no Instituto Superior Técnico e no Instituto Nacional de Estatística, ambos por Pardal Monteiro, o «arquitecto das Obras Públicas», de 1927 a 1935, e na Casa da Moeda, por Jorge Segurado, de 1934-38; no Porto, na Lota de Massarelos, de 1930, por Januário Godinho).

Ao longo dos anos 30 a arquitectura de iniciativa privada adopta também nova linguagem abstracta e purista, feita de jogos de volumes, de vitrais de desenho geométrico, de tubos de ferro cilíndricos e de «néons». Com obras sobretudo em Lisboa e Porto, onde se sediam as duas escolas de Arquitectura do País, herdeiros das academias oitocentistas, esta estética de sabor cosmopolita vai impregnar os novos equipamentos urbanos (em Lisboa o Cinema Éden de 1930, nos Restauradores, e o Hotel «Vitória», na Avenida da Liberdade, de 1934, por Cassiano Branco, também talentoso autor de tantas fachadas de prédios de habitação «modernistas» na capital; a garagem do «Comércio do Porto», por Rogério de Azevedo, de 1930, e a Farmácia «Vitália», por Manuel Mendes, na capital nortenha).

A partir da «Exposição do Mundo Português» em 1940, e acompanhando um retomar tradicionalista das artes plásticas na Europa, um gosto historicista e neo-académico instala-se novamente, como reacção, aliás apoiada pelo «Estado Novo», contra o «internacionalismo cubista». Simbólico e agente desta viragem, o conjunto urbano da Praça do Areeiro, em Lisboa, desenvolvido até 1948 por Cristino da Silva, utiliza uma estrutura de betão formalmente disfar-

çada e distorcida por formas neo-setecentistas, e reflectindo a influência italiana e alemã, classicizante e «dura» (em arcadas, cornijas, telhados).

Depois da Segunda Guerra Mundial, a adopção dos modelos da «Carta de Atenas» — cartilha e base da expressão do «Movimento Moderno» na arquitectura — far-se-á lentamente, mercê da sobrevivência de um regime político desfasado e cada vez mais reaccionário. Em Lisboa, isso será gradualmente tentado nos programas de habitação municipal, ao longo dos anos 50 e 60 (no preenchimento do Plano de Alvalade, de Faria da Costa, e depois no de Olivais Norte e Sul, área projectada por Carlos Duarte e Rafael Botelho) — correspondentes à «entrada em cena» de uma nova geração de autores, que irá contra a «teimosa persistência» dos modelos estatais de cariz «autoritário», que aliás os colegas mais velhos tinham ajudado a firmar. Então, a organização de um «Inquérito à Arquitectura Popular», de iniciativa de Keil Amaral, em 1956-61, ajudou a fornecer uma visão renovada e «liberta» da arquitectura a praticar, com a proposta do «regresso às fontes» vernaculares como nova base de linguagem.

Pelos anos 50 e 60 destacam-se, na dinâmica «Escola do Porto», Carlos Ramos (seu director e pedagogo eminente) e Fernando Távora (autor do Mercado de Vila da Feira, em 1952-59, cuja plasticidade estrutural iniciava uma nova tipologia para estes espaços) e, um pouco mais tarde, Siza Vieira (com a «casa de chá» da Boa Nova, em Matosinhos, de 1958-63, ligada ao organicismo de Alvar Aalto); na área de Lisboa, há que realçar a obra de Nuno Teotónio Pereira (com o bloco habitacional das «Águas Livres», de 1953-55, proposta de «rotura» com o tradicional preenchimento em quarteirão fechado), e de Francisco Conceição Silva (notável *designer* de espaços interiores, como a Loja «Rampa», de 1955, e de equipamentos turísticos, como o «Hotel do Mar», de 1963).

Os anos de 64-74 vão corresponder a uma fase de desenvolvimento económico acelerado, mas também de crise política, com as guerras coloniais em África, que levarão ao estertor final do regime autoritário. Um «boom» turístico no Algarve (Vilamoura, Albufeira, Lagos), a «explosão» urbanística do sector de serviços e de escritórios nos centros das maiores cidades, e o acentuar do fenómeno suburbano e clandestino, acompanhado pelo lançamento de programas globais de habitação social (pelo Fundo de Fomento da Habitação, organismo estatal), são os seus principais vectores e sinais.

Nestes campos se destacarão novos e consagrados autores: no Hotel da Balaia, no Algarve (por Conceição Silva, Maurício de Vasconcelos, Tomás Taveira, de 1969-71); no edifício «Shell» na Avenida da Liber-

dade, em Lisboa (por Fernando Silva, anos 60) e no «Franjinhas» na esquina da Rua Braamcamp com a Rua Castilho (por Nuno Teotónio Pereira, 1971), também na capital; na edificação dos Planos Integrados (de Setúbal, por Charters Monteiro, ou de Almada Caparica) e até de «novas cidades» como Santo André, ligada ao empreendimento industrial de Sines, no Alentejo (plano por Silva Dias e Cândio Martins) e de Vilamoura, no Algarve (plano por Costa Lobo).

Há que referir ainda o surto de renovação dos equipamentos regionais, como os novos hospitais (de Portalegre, por Vasconcelos Esteves; de Beja, por Chorão Ramalho; ou de Bragança, por Viana de Lima); como as escolas (dos Regentes Agrícolas de Évora, de 1965, por Manuel Taíinha; dos programas-tipo para os liceus, por Augusto Brandão); e como as igrejas (do Carvalhido ou de Nevogilde, no Porto, por Luís Cunha, em 1972; do Sagrado Coração de Jesus, em Lisboa, de 1962-70, por Teotónio Pereira, Nuno Portas, Pedro Vieira de Almeida, Vasco Lobo e Vítor Figueiredo). Fora do País, nas colónias africanas, podem destacar-se as obras personalizadas: de Vieira da Costa (1911-1982), em blocos de habitação e equipamentos, em Angola; e de Pancho Guedes (1926-), sobretudo em moradias e pequenos blocos de habitação, em Moçambique.

Depois da revolução democrática de 1974, e passada a época inicial de instabilidade político-económica, o país viu afirmar-se (ou confirmar-se) uma talentosa geração de autores, sobretudo ao longo da década de 80: Tomás Taveira, com polícromos edifícios de escritórios e de habitação (conjunto das Amoreiras, sede do Banco Nacional Ultramarino) em Lisboa; Manuel Vicente, em programas de habitação social e equipamentos, sobretudo em Macau; Siza Vieira, consagrado autor internacionalmente implantado, e com obras portuguesas em Évora, Lisboa e sobretudo na área do Porto e Minho; Luís Cunha, cujo gosto muito pessoal dentro do Pós-Modernismo deu obras curiosas nos Açores (auditério de Ponta Delgada) e Lisboa (igreja da Portela); Hestnes Ferreira, com interessantes equipamentos em Lisboa (liceu de Benfica) e cooperativas de habitação no Alentejo (Beja); Alcino Soutino (com os notáveis museu e biblioteca de Amarante e a Câmara Municipal de Matosinhos); e Vítor Figueiredo (blocos de habitação social em Chelas, e Zambujal na capital).

Ao correr da década de 80, outros autores, mais jovens, foram afirmando a vitalidade e dinamismo da actual fase da arquitectura portuguesa, dispersa embora e fragmentada em «mil» tendências e territórios.

Sem preocupação exaustiva ou sistemática, citem-se entre outros: António Miguel (mercado de Alcântara, fachada da Casa dos Bicos, Lisboa); Gonçalo Byrne (bairro habitacional do SAAL em Setúbal, Caixa Geral de Depósitos da Vidigueira), Arsénio Cordeiro (sede da Caixa Geral de Depósitos, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ambos em Lisboa, com Barreiros Ferreira), Nunes de Almeida (sede de Lloyds Bank, Avenida da Liberdade, Lisboa), Alberto Oliveira (mercado de Campo de Ourique, ampliação, com Daniel Santa Rita e Rosário Venade), Farelo Pinto (escolas de Torres Vedras e Ponta Delgada), João Paciência (liceu do Bombarral, com Carlos Travassos, blocos em Telheiras), João Paulo Conceição e António Braga (Mesquita de Lisboa), Eduardo Souto Moura (mercado de Braga), Adalberto Dias (equipamentos na área do Porto), António Lima (lojas e edifícios de habitação em Vila Real de Trás-os-Montes), Júlio Teles Grilo (equipamentos e habitações da área de Chaves), Manuel Graça Dias (bloco do «Golfinho» em Chaves, remodelação do «Espelho d'Água», em Belém, Lisboa, este com Egas Vieira), Carrilho da Graça (Centro de Segurança Social de Portalegre, banco em Anadia).

Fora da Península, das ilhas atlânticas a Macau, outros autores recentes se têm destacado, naturais de — ou fixados — nas suas áreas de produção: João Francisco Caires (com inúmeras lojas e equipamentos no Funchal); João Maia Macedo (edifício do «Canto da Fontinha», em Ponta Delgada); Irene Ó e A. Bruno Soares (edifícios de escritórios em Macau, piscina de Coloane), Adalberto Tenreiro (em equipamentos de Macau), Paulo Samnarful (habitação em Coloane) — todos eles provam que o «sentido aberto» e multifacetado da arquitectura portuguesa não se perdeu.

AS GRANDES OBRAS
E OS GRANDES AUTORES

Conteúdos e Critérios

Neste capítulo pretende apresentar-se uma escolha de obras assinaláveis e de autores eminentes, no espaço da arquitectura portuguesa e ao longo da sua história, estabelecendo sempre que possível uma relação entre ambos.

Convencionou-se a selecção de 17 obras e de 17 autores, dentro de uma vasta série possível, abrangendo o período do séc. xv à actualidade — a fase que, como se tem visto, corresponde a um período de amadurecimento e portanto de maior representatividade da produção arquitectónica no País. Tentou-se, embora reconhecendo a dificuldade da escolha, focar autores e obras com significado colectivo e, se possível, dimensão internacional. Procurou fazer-se referência a obras originais, aqui descritas com algum pormenor, se atendermos ao âmbito globalizante do capítulo. São de realçar, na selecção feita, os inúmeros autores de primeiro plano com origem europeia, mas que, fixados em Portugal, se souberam identificar com as tradições da nossa construção.

Como as referências às obras ultramarinas são feitas noutros capítulos, aqui se destacam apenas edifícios construídos no Portugal peninsular; isso não significa porém que não haja obras notáveis noutras paragens, englobáveis no sentido e tradição portuguesa: basta, citando ao acaso, pensar na Cisterna de Mazagão (Marrocos), nas igrejas jesuítas de Diu (Índia) ou de Salvador da Bahia (Brasil), nos templos do Barroco Mineiro (Congonhas) ou Açoriano (Ribeira Grande).

Do mesmo modo, vários dos autores citados neste capítulo trabalharam noutras áreas geográficas, em diferentes territórios e contextos, quer no «ultramar» (os Arrudas, Cassiano Branco) quer «internacionalizando-se» noutros países europeus (Francisco de Holanda, Siza Vieira).

De cada autor se procura assim destacar a obra mais marcante (na qual por vezes trabalharam vários dos artistas referidos); ou, em dois casos, se referem obras notáveis, cujas autorias são porém diluídas em contributos inúmeros e intervenções secundárias.

Afonso Domingues e a Batalha

Afonso Domingues é o «iniciador simbólico» desta selecção; ligado às obras do «Real Mosteiro de Santa Maria da Vitória» ou da Batalha, nos arredores de Leiria (Estremadura), vasto conjunto iniciado para comemorar a afirmação da nova dinastia portuguesa sobre Castela, é tradicionalmente encarado como seu primeiro arquitecto (de 1388 a 1402); é também o primeiro «autor» a destacar-se no limiar da época moderna em Portugal. Construiu, à maneira tradicional do gótico português, a igreja, nave, sacristia e sala do capítulo, de arrojada cobertura (esta executada por mestre Huguet?).

Envolta a sua participação em lendas exploradas pelos escritores do Romantismo (Alexandre Herculano), Domingues divide a autoria da Batalha com mestre Huguet, que lhe sucedeu na empresa de 1402 a 1438. Mário T. Chicó filia a obra de Domingues no enraizado modelo da Sé-Catedral de Lisboa: esta «teria sido uma das principais fontes de inspiração da nossa mais bela igreja gótica antes de se fazerem sentir as influências inglesas».

A «Batalha», designação pela qual é mais conhecida, é um conjunto com longas campanhas de obras. Reynaldo dos Santos refere o ciclo de D. João I e D. Duarte, de 1388 a 1438, que «tem a harmonia dum plano seguido dentro da evolução de um estilo». Nesta fase, depois de Domingues, Huguet executa a Capela do Fundador e inicia o Panteão de D. Duarte (local das famosas «Capelas Imperfeitas»), com temas de desenho octogonal que a origem misteriosa do autor deixa adivinhar poderem ter inspiração oriental. Segue-se o período de D. Afonso V (1438-1477), com o novo claustro, e a fase manuelina, já de 1480 a 1515, na qual Mateus Fernandes faz o essencial das «Capelas Imperfeitas» e do seu portal, e Diogo Boytac executa provavelmente os notáveis acabamentos do Claustro Real. São estas as fases principais da obra, embora prossigam as acções dos seus arquitectos até finais de Quinhentos.

Monumento de sentido colectivo e agregador, iniciador de uma arquitectura «nacional» amadurecida, ligando a nova dinastia aos Descobrimentos, tem-se procurado interpretar simbolicamente a sua estrutura espacial e formal como a «chave» para o caminho marítimo para a Índia. Segundo Manuel Joaquim Gândara, a Batalha é um «mapa em pedra», de que a Capela do Fundador seria a cabeça peninsular, a nave o corpo europeu, e as «Capelas Imperfeitas» a Índia — assim, do mausoléu do

fundador da nova dinastia se teria de contornar («circum-navegar África») exteriormente o monumento, entrando por uma porta dissimulada naquelas capelas, às quais pela nave se não tem acesso!

A Torre de Belém e Francisco de Arruda

«Pequena jóia» da arquitectura militar, o baluarte de Belém, denominado «Castelo de São Vicente a par de Belém», foi erigido entre 1515 e 1519 (ou 21) por Francisco de Arruda, mestre oriundo de uma família ligada à construção, que trabalhou também no Alentejo e África — e trata-se da sua obra mais notável, constituindo objecto único no campo da arquitectura militar.

Francisco de Arruda (falecido em 1547) trabalhara em 1510 nos Castelos de Moura, Mourão e Portel; em 1514 estava em Azamor com o irmão Diogo de Arruda, com quem realizou obras em várias praças marroquinas. Esteve em Ceuta e Safim. Também lhe será atribuível o Castelo de Évora Monte, no Alentejo, ou a seu irmão Diogo, por 1531. Falecido este no mesmo ano, era então nomeado para exercer os três cargos oficiais deixados vagos: «mestre-de-obras da comarca do Alentejo, dos Paços de Évora, e medidor das obras», segundo Sousa Viterbo, que também refere a sua nomeação em 1542 para «visitador do cano da água da Prata de Évora», o famoso aqueduto que abastece esta cidade.

Figura eminente do gosto manuelino, Francisco de Arruda soube já pressentir a articulação com os novos temas renascentistas italianos, ao contrário do irmão Diogo; mais moderado que este no uso da decoração, como diz Pedro Dias, «talvez estejamos em presença de duas sensibilidades: a do mestre construtor tradicional e a do arquitecto neovitruviano de Quinhentos».

O «baluarte do Restelo» terá sido concebido como um complemento ou contraponto do Mosteiro dos Jerónimos, espécie de «barco de pedra» — símbolo da viagem transatlântica — situado em pleno Tejo (só com o assoreamento recente do rio se ligou a terra), e cuja defesa ele asseguraria simbolicamente.

Torre nostálgica da sua perdida função militar (destronada já na época pelas modernas técnicas pirobálísticas), o edifício representa formalmente a transição do conceito medieval de torre de menagem

fortificada para o do baluarte poligonal baixo, com artilharia. Rafael Moreira aproximou-o dos modelos desenhados de arquitectura militar de Francisco Giorgio Martini, de Florença, datados de 1490, enquanto a sua delicada decoração recordou a Reynaldo dos Santos o modelo da «cúpula da 'Coutobia' de Marráquexe, célebre minarete almuadem do séc. XII, que dominava a região onde os Arrudas trabalharam dois anos como mestres da fortificação».

A funcionalidade da graciosa e original Torre de Belém deve entender-se mais, com as suas varandas rasgadas em delicada pedra branca na torre não artilhada, «como palco privilegiado para as cerimónias da partida e largada das armadas... donde o monarca e a corte podiam assistir e participar nas encenações tão queridas do tempo e que faziam parte integrante da liturgia do poder real renascentista» (Pedro Dias).

De Diogo Boytac a João de Castilho: os «Jerónimos»

O «Real Mosteiro de Santa Maria de Belém» ou dos Jerónimos, erigido em Lisboa, é a «obra sucessora» da Batalha, vasto edifício incompleto e fruto também de sucessivas campanhas de obras. Nele se «misturam» autores famosos e de talento.

Diogo Boytac, ou Boitaca (1460-1528), francês, já em Portugal por 1490, tinha sido autor do Mosteiro de Jesus em Setúbal; foi o projectista inicial dos Jerónimos, em 1498-1500. Aqui desenvolveu plenamente o estilo que ficaria conhecido como «Manuelino». Concebendo uma estrutura muito mais vasta do que a executada, delineou o conjunto da igreja e claustro existentes, com destaque para o portal sul, notável conjunto de escultura aplicada.

João de Castilho (1475-1552), biscainho de Santander, seguiu-se a Boytac; entre 1516-1530, segundo Rafael Moreira, «este genial e incansável arquitecto soube encontrar soluções inovadoras que oferecem alguns dos melhores troços do edifício: as abóbadas e pilares da igreja, o varandim do claustro, a sacristia». Utilizou um estilo de transição entre o contexto manuelino e os temas da renascença italiana, e a sua intervenção foi sem dúvida marcante no conjunto do edifício.

Há que referir ainda as contribuições seguintes: de Diogo de Torralva (cerca de 1500-1566), considerado por Rafael Moreira «o maior

arquitecto do Alto Renascimento Português», que foi mestre da obra entre 1540 e 1551, trabalhando no coro, no andar alto do claustro e na platibanda deste, seguindo um desenho mais exclusivamente renascença; e finalmente a de Jerónimo de Ruão (1530-1601), o qual praticamente concluiu a obra, até às intervenções já com intenção de restauro dos sécs. XIX e XX. Ruão, desde 1563 em Belém, refez a capela-mor, em sólido desenho clássico, e completou internamente o transepto.

Obra também simbólica das Descobertas, executada para comemorar a viagem de Vasco da Gama à Índia, os Jerónimos são em termos de arquitectura um «agente» transformador da linguagem, na passagem do Gótico Final para os temas clássicos — com a poética figurativa das viagens marítimas a servir de permeio decorativo. E é ao mesmo tempo uma reflexão estrutural e espacial sobre a própria essência da arquitectura portuguesa de então, na encruzilhada entre a tradição meridional-muçulmana (veja-se o sentido estático da enorme «caixa» da nave, referência ao espaço plurivectorial das mesquitas) e as raízes centro-europeias do Gótico (veja-se o sentido vertical e direccionado das proporções da nave).

Tomar dos Templários: o Claustro de Diogo de Torralva

Obra complexa e longa, o Castelo e Convento dos Templários em Tomar (depois chamado «Convento de Cristo») é a terceira das «grandes sagas arquitecturais» portuguesas dos finais do medievo e dos inícios da Idade Moderna, em conjunto com os Jerónimos e a Batalha — formando com eles uma espécie de «triângulo sagrado» na região estremenha.

Fundado no séc. XII, aí se construiu um templo circular de influência oriental (com a «charola» octogonal) que no séc. XVI se transforma em capela-mor da nova igreja com nave alongada (portal de João de Castilho, de 1515). A nova igreja que então recebe por sua vez a «Sala do Capítulo» manuelina que ainda hoje apresenta a célebre aplicação decorativa da «Janela», no topo noroeste, afirmação máxima das capacidades decorativas desse estilo (sobretudo se vista do lado exterior, que deita para um pátio).

Sem descrevermos todo o conjunto, destacamos aqui a obra do claustro principal, de D. João III, conhecido como «Claustro dos Filipes»,

obra-prima de Diogo de Torralva (que já referimos a propósito dos Jerónimos), começada em 1557, dentro das correntes do Maneirismo internacional, e completada por Felipe Terzi. Redesenhado por Torralva sobre a base de João de Castilho, mas com dois pisos, foi lançada a obra por D. Catarina, regente depois da morte do rei, e estava quase concluída em 1562; mas só Terzi, já no início do séc. xvii, o completou com a fonte central.

Realçado recentemente na sua complexidade formal por Robert Venturi (em «Complexidade e Contradição na Architectura», onde chamou a atenção para a ambiguidade funcional dos elementos cilíndricos nos ângulos), o conjunto utiliza a «serliana» com rigor tratadístico e notável capacidade de reinvenção e combinação dos elementos (colunas, arcos), inspirando-se provavelmente nos desenhos do pátio da «Vila Imperial» em Pesaro, feitos por Francisco de Holanda, e recordando a contemporânea basílica de Vicenza.

A obra de Torralva representa no fundo o limite máximo da influência erudita italiana em Portugal, nesta época — e sendo embora uma criação «estrangeirada», soube traduzir-se seguidamente na génese de uma tipologia de claustros já mais «aportuguesada», inserida na simplicidade da «obra chã»...

Diogo de Torralva (1500-1566), arquitecto provavelmente oriundo do Piemonte, veio para Portugal no tempo de D. Manuel, trabalhando então nos Jerónimos. Reynaldo dos Santos atribui-lhe a factura da Igreja da Graça, em Évora, insólita e invulgar obra maneirista, realizada pelos anos 20-30 do séc. xvi, bem como a da Igreja da Conceição em Tomar, de meados da centúria — baseando-se para essa atribuição nos temas decorativos utilizados, as rosetas. Em 1548, Torralva sucede ao sogro, Francisco de Arruda, como mestre das obras do Alentejo e do Paço de Évora. Terá trabalhado ainda no Convento da Madre de Deus, em Lisboa, por volta de 1551 (segundo Sousa Viterbo).

*Francisco de Holanda
e a «Fábrica Que Falece...»*

Sobre este autor inúmeros trabalhos têm defendido informações contraditórias; alguns atribuem-lhe a concepção de importantes obras renascentistas no País, outros preferem antes destacar-lhe o seu papel de divulgador e de teorizador, culto e viajado.

Francisco de Holanda (1517-1584) «é todavia um artista de elevado merecimento... pintor, arquitecto, miniaturista, só lhe faltou manejar o cinzel... manifestou o seu talento de crítico, de escritor e de arqueólogo» (Sousa Viterbo). «Sem nunca ter sido pintor nem arquitecto, ele sentiu os problemas da arquitectura e da pintura melhor que qualquer outro artista do seu tempo» (Rafael Moreira).

Filho de um artista holandês, nasceu em Lisboa, e viajante na Europa, conviveu com a elite culta do Renascimento italiano, com destaque para Miguel Ângelo em Roma (onde esteve entre 1538-40). Apoiado por D. João III, escreveu entre outras a obra «Da Fábrica Que Falece à Cidade de Lisboa» (1571), vasto panorama desenhado para a monumentalização e modernização da capital, que permaneceu por publicar até ao séc. XIX. Terá inspirado as obras do claustro de Tomar, por Torralva, e da fortaleza de Mazagão, entre outras.

A sua contribuição global, no campo das ideias artísticas, constitui a verdadeira «obra», invulgar e notável. A visão de Lisboa que propunha, por exemplo, incluía a previsão e visualização de trabalhos monumentais de infra-estruturas (abastecimentos de água, pontes) e de equipamentos (fortificações, igrejas e palácios), numa leitura da cidade dentro da tradição da latinidade e do seu entendimento como centro de um «Império».

Filipe Terzi e Baltasar Álvares: de São Vicente à Sé Nova de Coimbra

As duas igrejas de expressão talvez mais monumental, construídas na transição para o séc. XVII em Portugal, envolvem dois autores de proveniências distintas, herdeiros de tradições diferenciadas.

São Vicente de Fora, edificada em Lisboa por Filipe de Espanha e Portugal, iniciada em 1590, «com base num programa certamente herreriano, levado a bom termo por Filipe Terzi e Baltasar Álvares... representa a entrada em Portugal de um novo tipo de igreja, o modelo contra-reformista do Maneirismo romano, concretizado por Vignola na Igreja de Gesù» (Horta Correia).

Este modelo, filtrado pela estética espanhola de Herrera, utilizava planta em cruz com cruzeiro rematado por cúpula (que caiu no terramoto de 1755), solução nova no País, criando uma imagem reforçada

pelas dimensões e implantação espectacular do templo na parte mais antiga da capital; em contrapartida a sua fachada pode inserir-se na tradição «em H», com duas torres, que desde o Românico medieval se firmara em Portugal.

As obras da igreja, que já se pensou ter sido projecto inicial de Juan de Herrera, ou de Filipe Terzi, prolongaram-se adentro de Seiscentos (a fachada e nave estavam prontas em 1629) e foram desenvolvidas por Baltasar Álvares, que é «o grande vencedor desta 'disputa' entre Terzi e Herrera» (Horta Correia).

A Sé Nova de Coimbra (edificada como igreja da Companhia de Jesus), também atribuível a Baltasar Álvares, começou a construir-se em 1598, e a obra continuou ao longo de todo o séc. XVII. O templo «desenvolve-se segundo o modelo vicentino» (Horta Correia), com um desenho ainda mais austero e proporção mais atarracada. A fachada, já com alguns elementos proto-barrocos, é mais tardia, tendo as duas torres «tradicionais» sido recuadas em relação ao plano frontal, com resultado ambíguo que exprime no fundo a hesitação entre o padrão «nítido» à romana e o gosto local e enraizado pelas torres.

Não sendo em si uma obra totalmente equilibrada, merece aqui um destaque, pois representa um dos arquétipos mais significativos da nossa arquitectura «chã», pela simplicidade formal e austeridade construtiva que consegue, numa atitude que veio a ter enorme influência na produção de construções mais ou menos idênticas em inúmeros centros urbanos secundários, na Península como no ultramar.

Filipe Terzi (1520-1597), engenheiro e arquitecto italiano, estudante em Pesaro, trabalhando em Urbino em 1564, estava já em Lisboa em 1577, convidado como arquitecto militar; no ano seguinte participou na Batalha de Alcácer-Quibir, onde morreu o rei português, sendo feito prisioneiro e depois resgatado. Em 1583 era mandado a Coimbra para inspecionar a ponte e os Mosteiros de S. Francisco e St.^a Clara. Em 84 é nomeado mestre das obras do Convento de Cristo em Tomar. Construiu o aqueduto desta cidade. Terzi «parece ter sido o primeiro professor oficial de Arquitectura no nosso país», em 1594 (Sousa Viterbo).

Em contacto com Juan de Herrera durante a estada de Filipe de Espanha em Portugal, para este monarca construiu o «torreão» do Terreiro do Paço (1581), destruído pelo terramoto de 1755, e são-lhes atribuídas obras como a fachada e tecto da Igreja de S. Roque em Lisboa (1582-86), o Colégio de St.^o Agostinho em Coimbra (1593), o Convento de Palmela (1596) e, com alguma dúvida, o Castelo de S. Filipe em Setúbal além do Convento da Cartuxa em Évora.

Actualmente, há «crescentes dúvidas sobre o papel de Terzi como projectista de arquitectura, chegando a pensar-se se a sua actuação não teria sido mais pedagógica e administrativa do que architectónica. Era de certeza o engenheiro-mor do Reino, com acção directa no campo da arquitectura militar e utilitária», como refere Horta Correia.

Baltasar Álvares (falecido em 1624), talvez sobrinho de Afonso Álvares, sucedeu a este em 1580 como «mestre-de-obras da comarca do Alentejo». Em 81 foi nomeado mestre-de-obras para os Paços de Santarém, Almeirim e Salvaterra, bem como para as do Mosteiro da Batalha.

«Figura-chave desta época, o arquitecto régio Baltasar Álvares que, à tradição vernacular trazida pelo trabalho conjunto com o seu tio Afonso Álvares e à aprendizagem na própria Itália, junta a decisiva experiência de actuação em S. Vicente de Fora. A Companhia de Jesus vai utilizá-lo nas obras dos mais importantes colégios a construir.» (Horta Correia).

Depois de suceder ao tio na obra da Igreja de São Roque (1575), trabalhará no novo e grandioso colégio da capital. Assim, a sua obra maior será a do Convento de Santo Antão o Novo em Lisboa, lançada em 1579, mas com arranque decisivo em 1613 e conclusão em 1653 (a igreja arruinou-se com o terramoto de 1755, sobrevivendo a notável sacristia, hoje integrada no Hospital de São José).

Baltasar Álvares também realizou o projecto do Colégio de São Bento de Coimbra (em 1567, continuado por Diogo Marques Lucas em 1603), bem como a imponente construção de São Bento da Saúde, em Lisboa (que hoje, grandemente remodelada, alberga a Assembleia da República), iniciada em 1598, concluída em 1651. Este último edifício «é de tal arquitectura, que parece bastante para acreditar tão insigne «nestre» (cf. citado por Sousa Viterbo).

João Antunes e Santa Engrácia

A Igreja de Santa Engrácia, iniciada em 1681 com projecto de João Antunes, escolhido pela Irmandade de Cem Fidalgos, e continuada decisivamente pelo mesmo autor entre 1690 e 1712, representa ao mesmo tempo o ponto de transição da «arquitectura chã» para a aceitação dos temas barrocos, e a síntese mais monumental e equi-

librada entre a tradição nacional de construir e a inovação espacial e formal, conseguida nesta época.

Volume contido, denso, parte de um planta centrada, em cruz grega, rara na arquitectura portuguesa. Nesta planta, a tensão entre os quatro torreões dos extremos e o desenho em cruz de ábsides circulares é resolvida com um contracurvado que, aparente no exterior, dá ao conjunto uma plasticidade intensa contrastante com a secura rectilínea das restantes superfícies.

Terraço de calcário branco sobre a parte oriental de Lisboa, em diálogo com São Vicente de Fora; assumindo-se como volume «puro» encastrado a meio da colina; e obra única em Portugal, pela sua originalidade e dimensão —, Santa Engrácia opta decisivamente pelo «barroco de paisagem» que também encontramos em Turim, pouco depois, nas obras de Juvara (a Basílica de Superga, 1717-31). Mas na sua expressão arquitectónica global, aquela obra permanece como que em desafio aos «novos tempos» estilísticos vindos de Itália, assentando ainda na contensão tradicionalista e despojada do «chão», que apenas aceita «brincar» com algumas sugestões ondulantes e barrocas. O remate em cúpula só recentemente se completou (1966, adaptação a Panteão Nacional), com projecto revivalista discutível e discutido, depois de muitas sugestões de diferente desenho, feitas nas décadas anteriores (Raul Lino, Ventura Terra).

João Antunes (1643-1712) era aprendiz na aula de Arquitectura Civil no Paço da Ribeira, por 1693; foi nomeado arquitecto das ordens militares em 1698, e arquitecto real em 1699. Em 1690 projectou o Convento do Lourçal, em 93 a igreja do Convento de Nossa Senhora dos Cardais, em Lisboa, e em 96 a reforma da Igreja de Santos, com as duas novas torres sineiras, também na capital.

Como obras mais notáveis — à parte Santa Engrácia, sua obra-prima — podem destacar-se: a sacristia do Colégio de Santo Antão o Novo (1696), em Lisboa (onde trabalhara Baltasar Álvares), actual capela do Hospital de São José; a Igreja de Nossa Senhora do Cardeal, em Pombal (1697); a Igreja da Ordem de Santiago da Espada de Alcácer do Sal, em 1700 (ordem de que era arquitecto); a Igreja de Nossa Senhora do cabo Espichel, no santuário dos arredores de Sesimbra, para a Casa do Infantado, em 1701. Em muitos destes trabalhos, é frequente a «luxuosa» decoração interior com utilização de pedraria ou embutidos.

São de realçar as igrejas que executou com planta centrada, octogonal: do Noviciado de Nossa Senhora da Nazaré (no actual Hospital

de Arroios, em Lisboa), de 1705; do Senhor da Cruz, em Barcelos (1701, muito aparentada com Santa Engrácia); e do Menino Deus, em 1711, na capital.

O Aqueduto das Águas Livres

Obra notável do reinado de D. João V, o aqueduto foi executado para abastecer Lisboa com água potável e inclui assinaláveis obras ao longo dos seus 59 quilómetros de extensão, desde Caneças a Lisboa («mães-de-água», caixas de visita, ramais, arco triunfal das Amoreiras, reservatório do Rato, chafarizes).

O mais espectacular conjunto é porém o dos «arcos do vale de Alcântara», a Campolide, o qual, «sob o ponto de vista da grandiosidade, não é inferior porventura a nenhum dos aquedutos que nos deixaram os Antigos» (cf. Murphy, in «Guia de Portugal — Lisboa»).

A comparação desta obra com os modelos conhecidos da Antiguidade é de resto significativa de uma dimensão invulgar: «a mais magnífica e a mais sumptuosa empresa deste género, sem excluir as dos Romanos e dos Franceses» (citado por José-Augusto França).

Obra sem autor único, onde terão certamente participado diversos executantes (desde Manuel da Maia e Custório Vieira, nas arcarias de Alcântara, passando por Ludovice, a Carlos Mardel, que trabalhou no arco triunfal, na reservatório do Rato e nos chafarizes), e que foi edificada com ajuda de um pesado imposto, entre 1729 e 1748, embora diversos ramais só se tenham concluído já no séc. XIX.

A «Baixa Pombalina» e Carlos Mardel

Monumento e conjunto urbano mais notável do País, a chamada «Baixa» foi reconstruída desde 1756, na sequência da destruição quase total da área no terramoto de 55; na sua concepção planeada, pode considerar-se o papel fundamental dos engenheiros militares Manuel da Maia

(1698-1768), o «programador», de Eugénio dos Santos, o «urbanista» (1711-1760), e de Carlos Mardel, o «arquitecto» (1685-1763).

Constituída por um núcleo de padrão mais geométrico desde o Rossio à Praça do Comércio (antigo Terreiro do Paço), devem considerar-se ainda as áreas da encosta (Sé e Chiado) e da faixa portuária (Campo das Cebolas e Cais do Sodré). Sabiamente concebida em termos urbanos — com sentido prático e erudito a um tempo — a «Baixa» nova soube respeitar os anteriores locais funcionais e simbólicos, sem perder racionalidade e rigor, indicando mesmo um novo eixo de expansão urbana para o interior norte da cidade; e a nível arquitectónico, conseguiu traduzir-se num sistema construído de desenho «clássico» sereno e pragmático, tecnicamente pré-fabricado, anti-sísmico e antifogo, anunciador de uma modernidade pré-industrial. Em termos arquitectónicos, onde Eugénio dos Santos também trabalhou, é justo realçar o papel de Carlos Mardel, que terá aperfeiçoado e inovado formas e técnicas.

Carlos Mardel, de origem húngara ou francesa, veio para Portugal em 1733, em 47 foi nomeado arquitecto dos Paços Reais (da Ribeira, Sintra, Salvaterra e Almeirim) e sendo também arquitecto das Ordens Militares. Projectou o Real Colégio de São Paulo em Coimbra (1751). Igualmente era, como vimos, «arquitecto das Águas Livres».

Sousa Viterbo atribui-lhe entre outras as obras do Palácio de Salvaterra, do Convento de São Domingos (Benfica, Lisboa), do Colégio dos Nobres (1760), do Palácio (e Quinta) do Marquês de Pombal em Oeiras, dos chafarizes da Esperança e da Rua Formosa (e autor também do do Rato) na capital. Projectou inicialmente em Lisboa o elegante e original Palacete de Lázaro Leitão, à Junqueira (1734).

Em Oeiras, na Junqueira e no Rossio, parece ter aperfeiçoado o sistema de coberturas amansardado, conhecido como «telhado pombalino», de duas águas com inclinação desigual, sintetizando o conhecimento das soluções centro-europeias com a tradição portuguesa das coberturas sanqueadas, de doce curvatura.

José-Augusto França, que valoriza Eugénio dos Santos pela sua «modernidade clássica» em contraponto a um Mardel que julga mais comprometido com as heranças «Rocaille», refere outras obras da possível autoria deste último, dentro do seu «período joanino» (que estende até 1750), quase todas ligadas à vocação laica, de criador de equipamentos e de infra-estruturas, que Mardel manifestou: as transformações do Palácio da Mitra, em Xabregas; a «Casa das Varandas», ao lado da Casa dos Bicos, em Lisboa; a sua (única) Igreja de São Nepomuceno (1737, demolida); o Cais da Pedra; e a reconstrução da vila de Ourém.

Os Clérigos
e Nicolau Nasoni

«A Torre dos Clérigos é o Porto espremido para cima» — assim define poeticamente Teixeira de Pascoaes o monumento que é ainda hoje ex-libris daquela cidade (cf. citado in «Guia de Portugal»).

Obra-prima de Nasoni e da arquitectura religiosa do Barroco nortenho, o conjunto da igreja, casa e torres dos Clérigos foi iniciado em 1732, sendo a torre começada em 1748 (ou 54?) e terminada em 63. Nasoni compreendeu bem a tradição arquitectónica e urbana da «Cidade Invicta», com os tradicionais perfis das igrejas ao longo das colinas definindo-lhe um contorno global, e com as típicas fachadas das casas «esguias e altas» que preenchem os loteamentos vindos da tradição «gótica», estreitos e profundos.

O arquitecto conseguiu uma notável síntese de todos estes dispersos valores do ambiente citadino na sua obra: a uma planta extremamente alongada corresponde o volume «excessivamente» esguio da torre, que se destaca do conjunto pela neutralidade imposta ao corpo intermédio (entre a fachada da igreja e a torre); para além de tudo também exacerba a utilização do granito em atitude muito «barroca» dando-lhe uma imaginária (e extraordinária) leveza e elegância.

Como que «fundida» na própria forma e história da cidade, da qual se tornou indissociável, «Os Clérigos» (como é conhecido o conjunto) tornaram-se significativamente objecto de proezas de escaladores, como se fora uma estrutura de sentido «natural» e existência orgânica.

Nicolau Nasoni (1691-1773) nasceu em Itália e aprendeu em Siena. Neste país trabalhou em pintura decorativa. Em 1725 chegou ao Porto, onde trabalhou sobretudo ligado às encomendas da igreja. Logo pintou a capela-mor da Sé, até 1731, na qual também executou a galilé lateral em 36.

Sabendo identificar-se gradualmente com a tradição nortenha e portuguesa da construção, modernizou-a e inovou-a com obras profundamente originais, construídas na sua maioria no Porto e arredores: a Igreja do Senhor de Matosinhos, de 1743; a Igreja da Misericórdia, de 1749 (onde uma localização «apertada» nas ruas estreitas do centro antigo da cidade é notavelmente valorizada pelo sentido «gráfico» imposto à fachada); o vasto Palácio Episcopal (de 1734); e o famoso «Palácio do Freixo» (por volta de 1750), à beira do Douro, concebido com uma liberdade compositiva «rocaille» que quase o torna formalmente precursor da Arte Nova...

Nos arredores, Nasoni executou outras obras notáveis, onde utiliza com frequência as escadarias exteriores de sentido cenográfico, e uma decoração realista e densa das fachadas, baseada nos brasões dos proprietários (como notou Robert C. Smith). Solares na Prelada, em Ramalde, Chantre e Santa Cruz do Bispo, além do famoso Solar de Mateus, em Vila Real de Trás-os-Montes, são exemplos entre outros.

O Teatro de São Carlos e Costa e Silva

Construído no Chiado, Lisboa, em 1792-3, frequentemente comparado com o análogo teatro «alla Scala» de Milão (na fachada) e com o São Carlos de Nápoles (na planta), «este edifício, cujos planos foram traçados por Costa e Silva, arquitecto de formação romana, nada tem que ver com o barroco da primeira metade do séc. XVIII; o teatro lisboeta de S. Carlos, criação de um grupo de capitalistas nascidos sob Pombal (os Quintelas, os Cruz Sobrais, os Caldas), erguido no tempo incrível de seis meses, é um edifício de exterior tipicamente neoclássico. E é ele que, finalmente, dá uma continuação lógica às obras pombalinas. Obra da burguesia e não da corte, pois a música tinha ganho entretanto uma nova camada social, este edifício sóbrio, de grande pórtico, está tão afastado da Ópera do Tejo, de Bibiena, como da Basílica da Estrela» (José-Augusto França).

Obra radical no seu corte com as persistências «rocaille», mas não enjeitando certa continuidade com a expressão austera e os ritmos urbanos elementares do pombalino (cujos quarteirões o envolvem, e entre os quais ele se integra coerentemente), o Teatro de São Carlos será o mais equilibrado representante do neoclassicismo na capital, entre projectos falhados (o Erário Régio), deixados incompletos (o Palácio da Ajuda), ou tardios (Teatro D. Maria II).

José da Costa e Silva (1747-1819) estudou em Itália (Bolonha) entre 1769-79. Regressado a Lisboa, completou a capela-mor da Igreja do Loreto, no Chiado, iniciando uma «Aula de Desenho» em 1781, por decisão da rainha.

Em 1789 projectou um grandioso e novo Erário Régio, nunca realizado (as obras chegaram a iniciar-se entre 90 e 97, no actual Jardim do Príncipe Real, Lisboa) tornando-se entretanto arquitecto das Obras

Públicas. Em 92, além do Teatro de São Carlos inicia as obras do Asilo de Runa (nos arredores de Torres Vedras), para militares, quase pronto em 1807, acabado em 1827.

Em conjunto ou em alternância com outros architectos, projectou e iniciou um novo e imenso Palácio Real, na Ajuda, para substituir o provisório entretanto ardido (1795), mas que ficou desde o início do séc. XIX uma obra interrompida e incompleta. Dirigiu esta obra entre 1802 e 1812. Chamado à corte (refugiada no Rio de Janeiro desde as invasões francesas) em 1812, aí morreu em 19.

Autor talentoso, o seu trabalho foi prejudicado pela época instável em que projectou, como de resto sucederá desde então com inúmeros autores portugueses até meados do séc. XIX — representando esta fase necessariamente uma «época pobre» da architectura portuguesa.

O Palácio da Pena em Sintra

Obra-símbolo da corrente romântica em Portugal — e única nas dimensões que atingiu — o Palácio da Pena foi construído aproveitando as ruínas de um antigo convento encastrado em plena serra de Sintra.

Impulsionado pelo rei-consorte D. Fernando II de Saxe-Coburgo, apaixonado pelas artes, desenhador, e contando com o apoio técnico do engenheiro Wilhelm Ludwig, barão de Eschwege, constitui outro vasto conjunto «sem autor», caracterizador de uma época culturalmente refugiada do gosto pelo passado medieval idealizado, pelo mito de um regresso a uma natureza selvagem e «pura». José-Augusto França fez notar a sua contemporaneidade com os idênticos «castelos» da Baveira — caso do Hohenschwangau, pelos Wittelsbach —, idênticos no discurso formal como no programa e intenções...

Os vestígios manuelinos, arabizantes do antigo convento terão inspirado uma reconstrução imaginativa e «livre» de constrangimentos estilísticos que resultou numa síncrese de temas neomanuelinos, neogóticos, neo-árabes e orientais.

As obras iniciaram-se e desenvolveram-se entre 1839 e 49; em 41 com uma grandiosa torre circular, e em 42 com as galerias de arcos góticos, rematando numa torre «de minarete». Em 1843 construiu-se

o pórtico com ponte levadiça, e em 44 os pórticos «da Criação do Mundo» e «do Tritão», de evocação árabe e granadina...

As obras foram retomadas em 1868, prosseguindo até à morte de D. Fernando, em 1885. O resultado é um conjunto desigual no pormenor, com certa organicidade de implantação e espectacular dimensão paisagística. Como referia um autor romântico, em 1842, visitando o palácio: «existem no Reno e nos Alpes Bávaros castelos de reis e de príncipes (...) e todavia como parecerão pobres e imperfeitos nos seus ornamentos se os compararmos com as delicadas laçarias e fantásticos arabescos que na Pena se elevam (...) desenhando-se admiravelmente, com a sua cor alvíssima, no azul-escuro de um céu meridional, e produzindo a mesma impressão que os sonhos e canções arábicas» (Lichnowski, citado por J.-A. França).

O «Salão Portugal» e José Luís Monteiro

Grandiosa estrutura metálica, inserida na chamada «arquitectura do ferro» da segunda metade de Oitocentos, a «Sala de Portugal» foi construída por José Luís Monteiro em 1898, integrada nos programas comemorativos dos 400 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia.

Monteiro, integrado na Comissão Executiva, foi incumbido de fazer o projecto da instalação dos Serviços, do Museu e da Biblioteca da Sociedade de Geografia. Este autor aplica aqui a tipologia das galerias de ferro (correntes então na Europa) sobrepostas em dois níveis, assentes em colunas, e com escadas nos dois extremos da sala rectangular, abrindo o conjunto para um grande espaço central, inserido no piso superior do Coliseu dos Recreios.

Espaço global e polivalente, com iluminação zenital que o torna mais leve e elegante, é um bom exemplo da visão espacial e tecnológica modernizadora dos finais de Oitocentos, dentro de um «estilo internacional» prático e funcional, característico da época.

José Luís Monteiro (1848-1942) nasceu em Lisboa, oriundo de uma família de canteiros dos arredores da capital. Aluno das Belas Artes, desenhador delicado e notável, vai com uma bolsa para Paris, entre 1873 e 78. Técnico da Câmara Municipal de Lisboa desde 1880, vai então integrar-se na equipa que apoia Frederico Ressano Garcia no seu planea-

mento das áreas novas da cidade, na transição para o séc. xx. Foi nomeado professor de Architectura na Escola de Belas-Artes de Lisboa em 1881, cargo que exerceu por longos anos.

No contexto municipal, vai dedicar-se ao projecto de equipamentos urbanos: destacam-se o Mercado da Avenida da Liberdade (1880?), que ficou em projecto; o conjunto da estação ferroviária do Rossio (1886-87), em desenho neomanuelino), e o do anexo Hotel «Avenida Palace» (em estilo clássico afrancesado, de 1890-92); o Quartel dos Sapadores Bombeiros, de 1891, na Avenida Dom Carlos; a nova igreja dos Anjos, de 1897-1910; e o Jardim-Escola Fröebel, no Jardim da Estrela, projecto de 1882 em delicada estrutura de madeira.

Trabalhando para a encomenda privada, Monteiro realizou diversos projectos de habitações: «chalets» nos arredores de Lisboa (Chalet Biester, em Sintra; dos condes de Tomar, na Cruz Quebrada; do conde de Castro Guimarães, de 1885 a 1904, no Torel, Lisboa; e o da condessa de Cuba em Paço de Arcos. Construiu ainda a grandiosa habitação da Herdade de Santos Jorge, no Rio Frio, por volta de 1918.

A Casa da Rua Alexandre Herculano e Ventura Terra

O edifício de habitação n.º 57, na Rua Alexandre Herculano (onde viveu o seu autor, Ventura Terra), insere-se na chamada área das Avenidas de Lisboa que adaptam o modelo de «boulevard» oitocentista, parisiense e burguês, à capital portuguesa.

Distinguido com o Prémio Valmôr de 1903 (galardão destinado a valorizar proprietários e autores dos «melhores prédios» construídos na capital), é talvez o melhor projecto de arquitectura doméstica de Terra.

Nele o autor define um verdadeiro estilo próprio, reconhecível em certas características de expressão e de pormenor: uma composição clara ligada à simplicidade decorativa (contra os excessos do eclectismo reinante na arquitectura da época), na fachada de contorno nítido e depurado, revestida a pedra branca; vãos esguios e elegantes (com as persianas laterais articuladas, de recolha lateral, que Terra quase sempre usa), dispostos de forma assimétrica, anunciando a irreverência compositiva da Arte Nova; e uma entrada térrea, discreta e fora do eixo vertical principal definido pelos avarandados, conduzindo a um corredor interno

de distribuição que se cruza com os salões principais — os quais abrem para as traseiras e para a frente, dando assim uma transparência inesperada ao espaço interno. Um friso de azulejos de desenho *art nouveau*, logo abaixo da cornija, moldura e remata com cor e figuração todo o conjunto.

É a esta via de simplificação decorativa e geométrica, traduzida em obras despojadas, que se pode com alguma propriedade chamar de «Arte Nova lisboeta», embora com evidente filiação francesa.

Ventura Terra (1866-1919), nascido em Seixas do Minho, no Norte do País, foi um autor talentoso que por obra das circunstâncias teve brilho fugaz. Desde 1881 frequentou a Escola de Belas-Artes do Porto, e em seguida as Beaux-Arts de Paris, onde desde 86 trabalhou no «atelier» de Victor Laloux.

Aluno brilhante e premiado, regressou a Portugal em 96, ganhando então o concurso para a remodelação do vasto edifício das Cortes em São Bento, na capital (o velho convento no qual trabalhara Baltasar Álvares, 300 anos antes), que realizou com seguro desenho clássico.

Terra foi o autor que, praticando sobretudo em Lisboa, se pode de certo modo opor a Raul Lino como veremos: pela geração (dos anos 70, «pré-últimato» inglês, internacionalista), pela formação (Paris) e até pela prática (gosto pelo programa urbano, cosmopolitismo).

Realizou notáveis edifícios de habitação na capital, vários deles premiados (Rua Alexandre Herculano n.º 25, Prémio Valmôr de 1911; palacete da viscondessa de Valmôr, na Av. da República, prémio de 1906; Rua Marquês da Fronteira n.ºs 18-20, prémio de 1909).

Foi também autor de vários equipamentos característicos do final da Monarquia e inícios da República, usando um proto-funcionalismo servido pela «arquitectura do ferro» (Liceus de Camões, de 1907 e de Pedro Nunes, de 1908; Teatro e Cinema «Politeama», de 1913; Banco Lisboa & Açores, na «Baixa», de 1906). Morreu prematura e acidentalmente em 1919.

A «Casa do Cipreste» e Raul Lino

Com esta sua casa própria, construída em 1912 em São Pedro de Sintra, Lino aproximou-se da proposta tecnológica, arquitectónica e gráfica

do que poderia ter sido uma «Arte Nova» de raiz portuguesa: para o «Cipreste», ele chegou mesmo a desenhar e «fabricar» uma telha aperfeiçoada, dentro da expressão tradicional, pensada para produção em série — mítica e simbólica aproximação ao ideal industrialista dos continuadores de Morris ou Ruskin...

No «Cipreste», Raul Lino recuperou de forma «telúrica» o acidentado terreno onde antes existira uma antiga pedreira; e acreditando no «espírito próprio» que cada casa deve ter, criou um ambiente global irrepetível, de sabor tardo-romântico ou, se se quiser, transromântico.

Genicamente orientado para a serra de Sintra e para os seus palácios, o «Cipreste» esconde no seu interior um corredor em curva, estruturante da compartimentação geral, que parte de um pátio com expressão claustral (separado da rua por um simples muro) e desemboca num átrio revestido com azulejos de «toque» *jugendstil*, iluminado por um envidraçado que olha ao longe a montanha, e, no primeiro plano, o exuberante jardim.

Raul Lino (1879-1974), nascido em Lisboa, foi personalidade única no panorama artístico nacional, sobretudo articulando a tradição portuguesa com as inovadoras correntes europeias do início do séc. xx.

Mas, autor de extensa obra teórica, foi paralelamente o doutrinador de um certo conceito de arquitectura doméstica, de feição romanticamente ruralista, algo desfasada do seu tempo; e desempenhando cargos oficiais, foi responsável por orientações mais conservadoras (e mesmo reaccionárias) da arquitectura portuguesa, nas décadas de 30-50.

Culto e esclarecido, Lino cultivou sempre a convivência com as outras artes (da música à literatura e ao teatro), fugindo deste modo ao sector mais estrito dos architectos. Na sua formação pesou sempre a educação anglo-saxónica (Windsor, 1890) e germânica (estudou com Albrecht Haupt em Hannover, em 1893-37) da juventude, reflectida numa visão espiritualista e «profunda» da cultura.

Depois de viajar por Marrocos (1898-1901), onde foi sensível à tradição muçulmana da construção, faz uma série de moradias de gosto arabizante e meridional (Casa Monsalvat, de 1901; Casa Silva Gomes, de 1902; Casa O'Neill, em 1902, e «Vila Tânger», de 1903, nos Estoris), onde desenvolve os temas dos pátios, dos alpendres e avarandados.

Nos programas urbanos lisboetas foi correcto, mas menos inovador: a casa na Av. Fontes Pereira de Melo (de 1906, demolida); a casa de Elisa Vaz, na Av. da República, de 1912 (demolida); a casa de António Sérgio, na Lapa, de 1925, são os exemplos marcantes,

na habitação. Também produziu equipamentos e lojas (Cinema «Tivoli», de 1924; Loja «Gardénia», no Chiado).

Com o advento do Modernismo dos anos 30, a sua linguagem tornou-se austera e «seca» («Loja das Meias», no Rossio, de 1938; casa própria, Rua Feio Terenas, 1939).

Seguir-se-á um longo período de obra teórica e apagamento projectual, crescendo o seu desfasamento face a um mundo em que, segundo disse, «a arquitectura morreu!».

O «Éden Teatro» e Cassiano Branco

Obra mais significativa do despontar do Modernismo arquitectónico em Portugal, no final dos anos 20, é a do Cinema e Teatro Éden, na Praça dos Restauradores, em Lisboa.

De um primeiro projecto (1929) que parece ser apenas a remodelação do edifício então existente (que os novos regulamentos para salas de espectáculos tinham tornado obsoleto), num desenho «Art Deco» de sentido gráfico e ainda demasiado inconsistente, Cassiano Branco passa a uma segunda proposta que assume como obra totalmente de raiz, agora num traço «artes decorativas» pesado e «forte» (1930), onde já se adivinha um desejo de monumentalidade, para atingir a notável obra-prima representada pelo projecto final de 1931.

Nos desenhos deste último surge uma obra já liberta de peias estilísticas e decorativas que se transfigura numa escala e estética francamente futurista, recordando as «fábricas» de Sant'Elia: obra de pedra, vidro e luz, emergindo como que alheada do conjunto urbano da praça, com as suas enormes faixas verticais transparentes a toda a altura, culminadas pelas pirâmides luminosas, num adivinhar da nova vivência nocturna e cosmopolita da cidade...

Incompatibilizado com o cliente, Cassiano foi então substituído por Carlos Dias, que adaptou e «reduziu» o projecto à obra realmente construída, em 1933. Mesmo assim, é ainda um notável edifício, sobretudo nas duas persistências do projecto de 31: o átrio com escadórios cruzados e serpenteantes, como que suspensos no espaço; e a empena lateral, com as «caixas» salientes e verticais de ferro e vidro.

Cassiano Branco (1898-1969) foi talvez o mais notável autor da geração do chamado «Primeiro Modernismo» arquitectónico em Portugal (anos 25-40). Formou-se em 1926 na Escola de Belas-Artes de Lisboa, e nesta cidade produziu o seu mais impressionante edifício «Art Deco» — o Cinema Éden — e o mais imaginoso, dentro das linhas puristas e abstractas de um modernismo mais radical: o Hotel «Vitória», na Avenida da Liberdade, de 1934. No Porto participou no projecto do Coliseu, na Rua Passos Manuel, outra obra máxima do Modernismo no País (onde também trabalharam Júlio de Brito e Mário de Abreu, de 1939).

Figura «forte» e personalidade conflituosa, cedo se empenhou na actividade política de esquerda, o que lhe acentuou o isolamento face ao regime salazarista e à sua profissão. Praticamente sem encomendas oficiais nos anos 30 (época em que os seus colegas de geração as recebiam com frequência), trabalhou assiduamente para os construtores civis do sector privado, em Lisboa, no projecto de prédios de habitação para os «novos bairros» da cidade.

Para estes desenhou tão convencionais plantas como inventivas fachadas (Rua do Salitre, n.º 179-A, de 1934; Avenida Álvares Cabral, n.ºs 44-48, de 1936; Rua Nova de São Mamede, n.ºs 3-9A, de 1937; Avenida Defensores de Chaves, n.º 27, de 1937), tirando partido plástico dos avarandados simétricos e das volumetrias geométricas.

Desenhou ainda moradias urbanas de expressão purista mas animada movimentação de volumes (Avenida António José de Almeida, n.ºs 10, 14, 16 e 24, de 1933; Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 87, de 1937, demolida); projectou o espelhado Café Cristal, na Avenida da Liberdade, n.º 131, em 1940-42, também já demolido.

Homem de visão larga e arrojada, projecta conjuntos algo utópicos para a acanhada dimensão do investimento da época; ficaram «no papel» uma «Cidade do Filme Português», em Cascais, e um plano de «Cidade Balnear» de grande escala, para as praias da Costa da Caparica, ambos datados de 1930. Em 1958, imagina e desenha uma notável «Ponte sobre o Tejo», prenúncio da obra realizada pouco depois.

Nos finais da década de 30 investe, irónica e talvez inesperadamente, na linguagem revivalista própria do gosto oficial (que se ia definindo nos inícios da Segunda Guerra, dentro de uma tendência conservadora internacional): primeiro «a brincar», com o parque infantil e didáctico «Portugal dos Pequenitos», em Coimbra (1937-44), e o lúdico Hotel do Luso (1938), e depois «a sério» com as obras lisboetas (Cinema «Império», de 1948, prédio na Praça de Londres, de 1951).

Como arquitecto de infra-estruturas, trabalhou em pontes e barreiras, e também em equipamentos para Angola.

O Banco em Vila do Conde e Siza Vieira

Obra exemplar entre muitas de Siza Vieira, este edifício comercial (Banco Borges & Irmão) consegue transfigurar os esquemas locais de loteamento e proporção da construção tradicional, numa forma de grande plasticidade e carga poética.

Como um «OVNI» pousado sobre Vila do Conde, num típico terreno nortenho «estreito e profundo», o volume unitário conjuga forma prismática e cilíndrica com notável simplicidade e leveza, valorizado ainda pela aplicação da cor branca e pela utilização de pedra-mármore clara e raída.

Com uma «pequena graça» «high-tech» dada pelo elevador de mecanismo aparente, situado nas traseiras, e o sábio e controlado uso da pormenorização e dos materiais «limpos» e «sólidos», permanece como das obras mais significativas deste autor, na sua fase de «revisitação» do Modernismo dos anos 20-30 (projecto e construção entre 1978 e 1986, Prémio Nacional de Arquitectura da Associação dos Arquitectos Portugueses-Crédito Predial Português, em 1987).

Álvaro Siza Vieira, nascido em 1933, é o mais notável e conhecido dos autores portugueses actuais.

Inicialmente virado para a escultura, cursou Arquitectura na Escola de Belas-Artes do Porto, trabalhando com Fernando Távora entre 1958 e 60, e sendo o seu primeiro projecto de 1954-7 (conjunto de moradias em Matosinhos, Rua Afonso Henriques, 354).

Pode falar-se de uma primeira fase da sua obra ligada ao organicismo de Alvar Aalto, nas décadas de 50-60, com obras notáveis como o Restaurante da Boa Nova, em Leça da Palmeira (1958-63), a piscina também de Leça (1961-66), de geometria já mais «contida»; de uma fase de grande «secura», com uso do betão aparente, na década de 60-70 (casa na Av. dos Combatentes, Porto, e Casa Alcino Cardoso, em Moledo do Minho, de 1971-74); e dos traçados progressivamente mais complexos e puristas (banco em Oliveira de Azeméis, de 1971-74, Casa Beires, na Póvoa do Varzim, de 1973-76).

Com as transformações políticas de 74, a sua obra «abre-se» a programas mais sociais, num desenho simples e modulado, neo-racionalista (conjuntos de habitação colectiva em São Victor, Porto, de 1974-77; na Bouça, Porto, em 1973-77; e em Évora, Malagueira, 1977).

Com obra internacional elaborada ao longo da década de 80 (edifício em Kreuzberg, Berlim; projecto de casino em Salzburg, 1987; apartamentos em Schilderswijk, Haia, de 1987-89; plano de Macau, de 1984), Siza foi finalmente reconhecido no seu país como notável autor que é, tendo então iniciado encomendas mais significativas e importantes, como os edifícios da nova Faculdade de Arquitectura do Porto (1985-), a escola de Setúbal (em curso) e sobretudo o plano de reconstrução do Chiado queimado, em Lisboa (1988).

Em paralelo, galardoado com o prémio internacional Alvar Aalto (em 1988), Siza prossegue as «pequenas obras» com grande sentido do espaço e fluente liberdade compositiva (casa em Ovar, de 1980-84, recordando Adolf Loos).

5.

ARQUITECTURA POPULAR: UMA VISÃO REGIONAL E TRADICIONAL DO ESPAÇO PORTUGUÊS

Conteúdos, Métodos, Conceitos

A abordagem à arquitectura popular, também chamada «vernáculo» ou «regional», estabelece as relações essenciais entre as necessidades humanas e o espaço, ou «meio», onde elas se processam.

Podemos agrupá-las em três grandes vectores:

— A ocupação construída do «território» (onde é possível estudar, numa macroescala, os tipos de povoamento, as estruturas rurais ou urbanas elaboradas, os tipos de «tecido» construídos). Aqui cabem ainda os pequenos elementos «soltos» pelo espaço rural e urbano, como as sebes e muros, as pontes e caminhos, o mobiliário e o grafismo.

— A casa, ou «habitat», organismo a relacionar com os elementos externos (com as outras habitações, com as áreas de produção, com os espaços públicos) e internas (ligação «lojas» — espaço habitado; «quartos» — cozinha; e ligação casa — elementos anexos de apoio). Neste grupo podem seriar-se as tipologias da casa, englobando análises morfológicas (segundo as coberturas, fachadas, pormenores) e/ou espaciais (em função da compartimentação e funcionalidade internas).

— A arquitectura complementar das anteriores, ligada às actividades de produção como o armazenamento e a secagem (os tipos de construções anexos ao «habitat»; os ligados à exploração da terra e dos animais, e os ligados ao aproveitamento das fontes primárias de energia). Assim se podem caracterizar sucessivamente: arquitectura «do pão» (sequeiros, moinhos), «da pesca» (abrigos de barcos), «do gado» (atafonas, palheiros), «do vinho» (adegas, lagares), «da água» (fontes e poços), «dos artesãos» (olarias, ferrarias).

A geografia humana e física (desde Vidal de la Blanche, e em Portugal com o contributo notável de Orlando Ribeiro), bem como a antropologia (com C. Lévi-Strauss e Amos Rapoport, e em Portugal os trabalhos pioneiros de J. Leite de Vasconcelos, Leite de Ataíde e, depois,

de E. Veiga de Oliveira e Fernando Galhano), foram as áreas científicas mais importantes e «fundadoras», para a formação de uma aproximação de carácter científico à Arquitectura Popular.

A arquitectura, através de estudos disciplinares, monográficos ou de conjunto, que foram empreendidos (com Raul Lino nos anos 20-30, e depois, na década de 50-60, em trabalho colectivo do Sindicato Nacional dos Arquitectos), bem como a história (com Mário T. Chicó e Pais da Silva) complementaram, e por vezes lideraram (no caso da arquitectura), esse esforço de rigor e de estudo objectivo.

Partindo de uma tradição oitocentista assente em interpretações «deterministas», para as quais o meio condicionava totalmente a acção do homem (ou seja, o tipo de povoamento, o modelo de casa), evoluiu-se depois para leituras mais «funcionalistas» (onde se impôs uma visão mais técnica, pormenorizada e dinâmica das influências do meio) e finalmente, para interpretações «culturalistas» ou «antropologistas», as quais, sem deixarem de aceitar influências e condicionalismos do meio e das necessidades funcionais, põem o acento no peso da tradição cultural das comunidades, que constituem como que um «fundo permanente» para a sua capacidade adaptativa.

Descrições e Interpretações

Definida por oposição e complementaridade, a arquitectura popular pode referir-se aqui a um universo predominantemente «rural» (excluindo o «urbano», que é determinado por regras espaciais mais evolutivas e datáveis — como se pormenoriza no capítulo sobre a «casa») e destacado da influência «erudita» — esta com regras próprias e cronologia específica — embora em muitas situações do caso português seja difícil estabelecer uma fronteira nítida entre as duas.

Orlando Ribeiro foi o primeiro a clarificar na globalidade os modelos de ocupação do espaço português, apoiado na sua formação histórico-geográfica: falava de uma «Civilização do Granito» típica do Norte, articulada com valores de rudeza morfológica, climática e agro-pastoril, e com uma ocupação do território que oscilava entre a forte aglomeração (Trás-os-Montes), e a total dispersão (Minho); e de uma «Civilização do Barro» própria das áreas meridionais horizontais e planálticas, a sul do Tejo, com uma luminosidade ligada ao uso de materiais «macios»,

tratados a fogo e revestidos a cal, em função de uma vida mais aberta ao exterior, mais assente na terra, mais organizada em espaços de povoamento concentrado e interligado (Alentejo).

Esta leitura, que remete para dois grandes universos geo-climáticos, o do «Atlântico» (granito) e o do «Mediterrâneo» (barro), mas também histórico-culturais (o Portugal celta-suevo «cristão»; e o Portugal romanizado e «moçárabe») completa-se e complexiza-se com inúmeras leituras de pormenor e desenvolvimento:

— A existência de uma terceira área geo-climática, de articulação com a chamada «Hispanidade» (o «interior»).

— A maior diversidade de materiais de construção utilizados (o xisto, que abrange também áreas do Sul e Norte; a madeira, nas áreas de moderna colonização litoral, com uso dos «palheiros»).

— Os dados da arqueologia que referem outros possíveis modelos ancestrais: Leite de Vasconcelos falava inclusivamente de uma antiquíssima «cultura palafítica» com casas assentes em estacaria de madeira, sobreelevadas do solo pantanoso e húmido no Norte, possíveis antecedentes dos actuais «sequeiros»; Veiga de Oliveira estuda as pré-históricas «casas redondas», bem assentes na terra, que tanto surgem no Alentejo (Castro Verde) como nos castros minhotos pré-romanos.

Arquitectura Popular nas Regiões do «Portugal Europeu»

Com o «Inquérito à Arquitectura Popular» levado a cabo por equipas itinerantes de arquitectos, com exigências sistemáticas (1956-61), aperfeiçoaram-se os conhecimentos sobre as sub-regiões da arquitectura popular em Portugal, que até então se tinham confinado a uma visão romântica, desde o fim de século apegada à ideia da existência de uma «Casa Portuguesa» com vocação unitária (como defendia Raul Lino). Apoiado na leitura então recente de Orlando Ribeiro, o trabalho realizado acentuou as relações de contexto cultural e funcional, aparentando as áreas nortenhas e interiores com as respectivas regiões vizinhas galegas e meséticas, ou o sector a sul do Tejo com a vertente andaluza e da Estremadura espanhola.

Deste modo o «Inquérito» articulou-se com uma leitura internacionalista, mais do que com uma visão «portuguesa» das arquitecturas regionais, já que esta poderia descambar num suporte para as ideologias nacionalistas oficiais que então as vanguardas culturais lusas pretendiam combater...

Tornou-se claro que a arquitectura vernácula em Portugal se enquadrava nas do conjunto dos países meridionais (em função da área geo-cultural mediterrânea), embora delas constituindo um «finisterra de charneiras». De facto nela predominava secularmente a construção com materiais tirados da terra (pedra, barro), a construção baixa, com coberturas de pouca inclinação — sem porém deixar de haver em paralelo uma penetração quer de factores aparentemente de raiz mais «oriental» (os rotulados de sabor islâmico) quer de factores supostamente mais «nórdicos» (as construções em altura com estrutura de «gaiola» de madeira, de qualquer modo em contextos mais urbanos).

Dividido o País em «zonas», pôde de qualquer modo caracterizar-se uma série de tipos diferenciados:

1. Numa área de noroeste, marcada por forte dispersão, habitações graníticas sobradadas, aproveitando as encostas em meios pisos, com loja de animais no térreo, amplos avarandados de madeira, cobertura de telha solta, e os «espigueiros» de pedra para armazém do milho multiplicados por uma micropropriedade endémica.

2. Num nordeste bem interior, de povoamento isolado, concentrado em aldeias, com casas mais sumárias de granito ou xisto, de dois pisos, sem revestimento exterior, com cozinha simples sem chaminé e um sentido mais «aberto» ou «comunitário» do território.

3. No sector interior central (as «Beiras»), de novo com habitações usando a pedra solta, a telha de cana, os dois pisos com loja, e os alpendres de madeira com escada exterior anexa, muitas vezes envidraçados para protecção contra um vento agreste.

4. Na faixa litoral «estremenha», de Aveiro a Setúbal, uma imensa variedade de materiais, técnicas e formas, desde a casa «palheira» de estrutura inteiramente de madeira, nas dunas (Mira), à casa de adobe ou «taipa» da Gândara, já rebocada, térrea, com cozinha e anexos rurais separados nas traseiras, em «pátio» imperfeito; passando pela casa da região «saloia» (Sintra, Cascais, Loures, Almada), de alvenaria calcária, rebocada e caiada, com corpo térreo de cozinha e volume branco e cúbico, torreado, de dois pisos, com escada interna ou exterior.

5. No sector sul (Alentejo), a casa do «monte», descendente da «villa» romana, ou a casa de aldeia, térrea, caiada, com grande chaminé

na fachada, vãos reduzidos, beiral trabalhado e moldura de cor com pigmento terroso; forno anexo à habitação ou isolado no espaço vizinho; abrigos dos animais separados.

6. Finalmente, no sector meridional litoral, a casa térrea e caiada apresenta já uma série de pormenores requintados, nas chaminés mais pequenas, nas faixas de cor e platibandas; surgem as açoteias em parte da cobertura, com abobadilha de tijolo; os fornos separados da casa e acoplados aos anexos; a casa «da serra», de cobertura única inclinada, e a casa de telhados múltiplos, de «tesoura», mais ligada aos arredores urbanos, que Orlando Ribeiro estudou em pormenor.

Outras Áreas: A Construção Popular e a Diáspora

Nas ilhas atlânticas começa para esta arquitectura, desde o séc. xv, uma miscigenação (com a tradição africana) ou adaptação (aos materiais vulcânicos e aos fenómenos sísmicos), que a fez evoluir para modelos renovados. Resultante da mistura de povoadores das mais diversas origens, e de uma lenta e secular evolução local, isolada da origem mas sofrendo outras e bruscas influências (flamengos, «brasileiros»), a arquitectura popular insular afirmou-se. O seu estudo recente (Arquitectura Popular dos Açores, 1982-85, para a AAP) permitiu chamar a atenção para a importância das tradições culturais enraizadas nas comunidades «em viagem».

Assim, essas tradições, provindas de áreas geográficas muito distantes e completamente diferentes do novo ambiente (espacial e construtivamente), não se perderam, antes se souberam adaptar a situações funcionalmente distintas, e até de modo por vezes «irracional», por simples apego ao «fazer como se sabe», resistindo à mudança.

— Na Madeira, verifica-se uma nítida transposição de modelos arquitectónicos da área de Lisboa (Casa de Colombo, Porto Santo), e também do Norte Atlântico, sendo de destacar a presença de casas com cobertura de palha, em inúmeras variantes construtivas (Santana); a chaminé tem uma presença muito fraca e o «habitat» fragmenta-se em corpos independentes (há por exemplo casas térreas com «cozinhas separadas» no Caniçal), havendo um tipo de casa popular dominante, com planta rectangular, de pequenas dimensões, térrea e coberta com 4 águas muito

inclinadas — o que parece poder ser resultante da evolução da antiga cobertura palheira (ver Orlando Ribeiro).

— Nos Açores, é imensa a diversidade de tipos de casa, com características próprias em cada ilha, dentro do tipo geral de casa de pedra: caiada, térrea e com «balcão» em Santa Maria, com bojudo forno e grande chaminé sempre acoplados; de janela-porta-janela, colorida e com inúmeras subvariantes, em São Miguel; requintada no desenho dos vãos e molduras basálticas na Terceira ou Graciosa; formando conjunto com cisternas ou palheiros, em rudes corpos de dois pisos, com fornos interiores sem chaminé, no Faial ou Pico; de novo térrea, alongada, colorida nas faixas caiadas, nas Flores; severa e com loja e cozinha térreas, em negros volumes de dois pisos, no solitário Corvo. São de referir ainda os originais moinhos de vento «flamengos» (ver Veiga de Oliveira) e os polícromos «impérios» terceirenses, de origem misteriosa...

— Nas Canárias, onde a segunda comunidade mais importante foi durante séculos a portuguesa, surge, em curiosa fusão com as tipologias andaluzas (o «pátio», a «destiladera», os «balcones»), a influência vernacular portuguesa (vinda sobretudo da Madeira e Açores). Esta presença foi intensa, sobretudo nos aspectos morfológicos (coberturas e beiral, molduramento dos vãos, modulação), e afirmada nomeadamente nas ilhas de La Palma, Tenerife e Lanzarote.

— Em Cabo Verde, sedimentou-se um «diálogo» entre a casa rectangular europeia (com planta de janela-porta-janela, cobertura de 2 ou 4 águas) e a redonda de provável padrão africano, com produção de tipos mistos.

O tema estender-se-á depois aos espaços continentais de África, do Brasil e da Índia, com as suas áreas de influência respectivas. Estas constituíram-se assim em regiões com certa autonomia cultural e caracterização própria — fenómeno inevitável pela distância e isolamento em relação à génese portuguesa — mas sem nunca perderem uma relação clara com as suas origens.

São notáveis inúmeros exemplos vernaculares de núcleos de colonização, podendo salientar-se os seguintes locais, por neles ainda existirem vestígios significativos (embora sobretudo em concentrações urbanas, mais do que como construções dispersas, por imperativo evidente do tipo de ocupação):

— Na costa africana, a ilha de Goreia (actual Senegal), a povoação de Cacheu (Guiné-Bissau), as velhas construções de Luanda (Angola), a famosa ilha de Moçambique, na costa a norte do seu território.

— No litoral sul-americano, os conjuntos de Olinda-Recife, no Pernambuco, as chamadas «casas grandes» do Recôncavo da Bahia (agregados rurais de exploração da cana-de-açúcar), a própria cidade de Salvador com as pequenas vilas envolventes (Cachoeira, Itaparica), Alcântara do Maranhão, Parati, cerca do Rio de Janeiro, e muitos outros conjuntos com expressão vernácula. Em todos eles se podem observar as típicas casinhas caiadas, com frente de janela-porta-janela, com os vãos moldurados com cores vivas, beiral e as típicas coberturas telhadas. No Brasil há ainda a destacar as cidades mineiras (Ouro Preto, Mariana), as do «sertão» (Goiás, de fundação pombalina) e as do Sul (Laguna, em Santa Catarina, estado com povoamento açoriano setecentista), onde a arquitectura popular apresenta aspectos idênticos aos atrás referidos; mais a sul (Uruguai), a antiga praça-forte de Sacramento é o exemplo meridional extremo destas construções.

— Na costa índica, a casa popular e solarenga, com forte influência local, mas em síntese com temas portugueses, surge disseminada um pouco por todo o território goês, sendo de destacar as casas dos arredores e no interior dos núcleos de Mapuçá (Bardês) e de Margão (Salsete); além destas áreas, ainda se encontra significativa arquitectura deste tipo em Damão e Diu.

Em pormenor, podem destacar-se ainda algumas características concretas desta arquitectura, a título de exemplificação:

— Nos aspectos construtivos, as inúmeras casas com estrutura em «gaiola» de madeira, imitando quase ingenuamente o solar setecentista de pedra, em Ouro Preto como noutras cidades de Minas Gerais.

— Nos tipológicos, a planta em «L», com cozinha «puxada» e o semipátio com rotulados, do Maranhão — qual solar minhoto.

— Nos formais, o sub-beiral triplo das casas de Margão — interpretação muito própria da sensibilidade «hindu» — das coberturas lusas. Esta cidade goesa possui aliás um notável conjunto de habitações com caiação e pormenores de forte sabor «mediterrâneo».

— Ainda nos aspectos formais, as «karepas», de algumas velhas casas de Macau, lâminas de madrepérola substituindo as persianas de madeira na protecção dos vãos, possível influência «em segunda via» de uma tradição que existe também em Goa.

Todos estes aspectos, do pormenor aos tipos gerais, permitem relacionar a produção vernácula das terras colonizadas com a de origem portuguesa.

*Hoje,
os Clandestinos e os Emigrantes*

O universo descrito atrás para Portugal Continental foi profundamente modificado ao longo do último quarto de século, devido à forte urbanização sofrida por todo o território, a qual, cortando com o tradicional isolamento, introduziu novos modelos e tipos de casa, bem como novos materiais e tecnologias construtivas; a emigração com destino europeu dos anos 1960-70, a extensa ocupação clandestina nos arredores das cidades maiores modificaram assim de forma radical — e por vezes brutal — as cores, as formas, a paisagem global do «hinterland».

A uma primeira reacção cultural de rejeição dos novos valores, motivada pelo corte brusco com a tradição, tem vindo a sobrepor-se um gradual interesse por compreender as causas e características das mudanças, com aproximações de tipo urbanístico (planos de loteamentos clandestinos, intervenção das autarquias), sociológico (razões socioculturais para os novos tipos de casa dos emigrantes regressados), até arquitectónico (seriação dos tipos novos de casa regional-de-migrante, sua possível valorização estética).

6.

A CASA EM PORTUGAL: UMA LEITURA EVOLUTIVA DAS TIPOLOGIAS DE HABITAÇÃO

O tema da casa familiar, ou do espaço de habitar «doméstico», é um dos assuntos centrais para caracterização de uma cultura construída; porque no fundo é nesse tipo de espaços que se concentra e afirma muita da expressão «íntima» e do entendimento profundo do espaço pela comunidade, ou seja, de como esse colectivo «sente» que deve usar o espaço.

Assim, mais do que na abordagem a outros programas de arquitectura, ou nas leituras estilísticas relativas à chamada arquitectura erudita, podem aqui encontrar-se características ou raízes tradicionais da arquitectura portuguesa. Sobretudo se tivermos presente, como foi visto antes, que a afirmação dessas características se fortalece na preferência por espacialidades elementares e por expressões plásticas simplificadas — ou seja, de certo modo «contra» um entendimento respectivamente «complexo» e «erudito» da construção...

Sobre o assunto, além das investigações com base arqueológica desenvolvidas nas últimas décadas por etnólogos e historiadores como Veiga de Oliveira e Jorge de Alarcão, respectivamente sobre os períodos pré-romano e romano, que puseram em campo a importância da casa de implantação redonda e rectangular na definição dos primeiros povoados castrejos (V. Oliveira), ou a caracterização da casa urbana em alguns núcleos romanizados em Portugal (J. Alarcão), há que referir os iniciadores das recolhas de campo, com uso da fotografia e do desenho, nos finais dos séc. XIX (Rocha Peixoto, Leite de Vasconcelos), e, também desde esta época e ao longo dos anos 20-30, a obra de pesquisa e teorização de Raul Lino. À corrente cultural desencadeada pelos trabalhos destes últimos autores se deu o nome de «Casa Portuguesa», que caracterizou todo o «olhar» do primeiro quartel do séc. XX, e assumiu carácter ideológico, com pendente nacionalista, na procura a-histórica de «tipos regionais» de habitação tradicional no País.

Outras leituras, mais actualizadas focaram sobretudo os tipos de casa rural (Inquérito do Sindicato dos Arquitectos), ou a casa erudita (Carlos de Azevedo), pelo que são referidos nos capítulos respectivos.

Sobre a casa urbana, é nomeadamente só a partir dos finais de Idade Média (sécs. XIV-XV), devido aos espécimes ainda existentes, e à ausência de documentação escrita conhecida, que se torna possível um ensaio de entendimento de evolução tipológica; nesse campo, os contributos mais importantes continuam a ser os de Veiga de Oliveira e da sua equipa, relativos à casa de tradição nortenha, divulgada depois pelo Brasil, e, depurada dos aspectos mais ideológicos, a teorização e divulgação de Raul Lino, que empreendeu uma tentativa de análise da evolução global da «arquitectura doméstica».

Assim, com os condicionalismos referidos, partindo de uma abordagem sistemática sobre a organização do espaço interior e a estrutura construtiva das habitações, é possível ensaiar a enumeração de uma série de tipologias da arquitectura doméstica ou de habitação em Portugal. Falar-se-á aqui sobretudo da arquitectura urbana corrente, de expressão vernacular, já que o meio rural foi abordado com mais desenvolvimento no capítulo dedicado à «Arquitectura Popular», e a obra erudita tratada com destaque nas anteriores leituras. Nesse contexto, falar-se-á dos diversos aspectos estruturais, espaciais e morfológicos que envolvem a definição das tipologias, bem como evolução destas no tempo.

Da Herança Medieval aos Modelos Pós-Renascentistas

Haveria que tentar em primeiro lugar estabelecer uma relação tipológica e construtiva entre as «villae» e «insulae» romanas da Península, a habitação pré-romana e os tipos medievais que depois vão surgindo.

Estes vestígios deixados pela Idade Média na habitação em Portugal agrupam-se sobretudo em dois tipos construtivos: o prédio com «andares de resalto», e o «com as águas em bico». Sem se conhecer exactamente a sua origem, poderá provavelmente filiar-se cada um deles em dois grupos de influências; a da «arquitectura de madeira», que exhibe este material em complexas peças cruzadas nas fachadas e paredes resistentes internas, provinda do Norte europeu (com bastantes exemplos no Porto, Lamego, Guimarães, Vila Real e Chaves; e a «arquitectura de alvenaria»,

assente em espessas paredes portantes argamassadas, e mais própria das regiões do Sul mediterrâneo, patente em Setúbal ou Alcácer do Sal, por exemplo. Claro que esta divisão tem um carácter esquemático. Por exemplo, em Lisboa coexistem naturalmente os dois modelos, que aliás se interpenetram: há casas «com as águas em bico» que apresentam ressaltos na fachada feitos de madeiramento; também no Norte a tipologia construtiva tem uma expressão mista, sendo a estrutura de madeira (a «gaiola») quase sempre assente num piso térreo com paredes resistentes em «perpeanho» — granito ou outra pedra resistente. O «rotulado» (entrançado de finas ripas de madeira) usado como protecção exterior dos vãos surge generalizado, desde Tavira até ao Minho. Como espaço de encontro comercial e cultural no extremo europeu, que Portugal é, já na época, justifica-se esta simbiose de técnicas.

As construções inseriam-se no espaço das pequenas cidades e burgos dentro de um claro comprometimento urbanístico com o sistema de loteamento medievo (o «lote gótico»), ordenado e planeado como um todo, se bem que adaptativo e deformado sobre o terreno disponível: é a «cidade-edifício», com as típicas «paredes-meãs», comuns a cada dois lotes edificados, logo fisicamente indissociáveis — um dos principais problemas postos à recuperação actual, individualizada, dos imóveis.

Eram casas com «loja» no piso térreo (para animais ou comércio, consoante mais perto da vida rural ou mais sofisticadamente citadina) e com salas e alcovas nos seguintes (estas interiores, sem ventilação directa para a rua); a cozinha correspondia normalmente aos fundos da habitação, em ligação com o quintal e o campo. As ligações entre andares eram feitas por «escadas-corredor», alongadas. As casas possuíam plantas alongadas, com uma frente de rua estreita; mas em Alfama, por exemplo, para melhor acomodação ao terreno ou por via de uma outra tradição, surgem ainda hoje as plantas de dimensões sensivelmente quadradas.

Esta organização interna persistirá ao longo dos sécs. XVI-XVII, acrescida com mais pisos (exigidos pela valorização e densificação do solo urbano) e com gradual aperfeiçoamento tecnológico, chegando-se por vezes aos cinco-seis andares.

O modelo «culto» renascentista vai-se introduzindo por via da residência senhorial, implantada em meio urbano e rural, conhecida em Portugal como «solar». São casas de maiores dimensões, de frente mais larga sobre a rua, e com regras de composição proporcionadas, de influência erudita. A casa «burguesa» recebe essa influência, apresentando tendencialmente uma fachada mais larga que alta, correspondendo

gradualmente a uma visão do espaço urbano, mais individualista, e à afirmação de um poder familiar, autónomo do conjunto do aglomerado.

Mais afirmativa, essa atitude procurará um prestígio social através do aumento das dimensões da casa, cujo pé direito passa de 2,20 m para os 3,00/4,00 m por piso. A proposta de casa urbana pós-renascentista, de nítida influência italiana, tem assim um carácter fragmentário, enquanto produção de cidade, e vai longamente coexistir com os tipos medievais referidos atrás.

Entretanto, as exigências «modernas» das cidades, que recomeçaram a crescer, provocam também uma série de mudanças: o aumento de largura dos arruamentos, a demolição das velhas portas de muralha (para facilitar o trânsito das carruagens); uma maior atenção às áreas de acesso às habitações (o «átrio»), os cuidados com a higiene e conforto público (as galerias cobertas).

Haveria aqui que estabelecer paralelos com as tipologias de habitação urbana das diversas áreas ultramarinas entretanto colonizadas pelos Portugueses, nomeadamente para estudo das influências culturais locais sobre os modelos transportados (sobretudo nas cidades da Índia, África e Brasil, mas também nas ilhas atlânticas, dos Açores a Cabo Verde, passando por Madeira e Canárias).

Do Período Pombalino até Meados do Século XIX

É no séc. XVIII que se generaliza nas cidades uma nova tipologia de ocupação habitacional, a do prédio de andares com 2 fogos por piso, normalmente o «esquerdo-direito» com escada central e 4 andares. Imposto definitivamente (sobretudo em Lisboa) com a reconstrução depois do sismo de 1755, esta tipologia corresponde a uma notável síntese, com carácter modernizante, das anteriores duas formas principais (a casa «estreita e alta» do lote «gótico» e a casa solarenga de desenho italianizado), e síntese também dos dois velhos sistemas construtivos mais importantes (a alvenaria e a estrutura de madeira).

Assim, inovador no aspecto tecnológico, o prédio pombalino articula a construção tradicional de paredes-mestras espessas de alvenaria com a tradicional «gaiola» armada em madeira, a qual para melhor resis-

tência anti-sísmica «trabalha» agora com autonomia — se as paredes de pedra ruírem, a estrutura de madeira persistirá...

Inovador também como organização espacial, o prédio pombalino mantém as regras de composição clássica da fachada, atingindo porém uma expressão nova como habitação colectiva. Um saguão interior ao quarteirão recebe os despejos. Herança da velha casa com «loja», esta permanece a função dos níveis térreos (e também por vezes da «sobre-loja»); o antigo «andar nobre» do solar ainda persiste, embora apenas formalmente, pois as janelas do segundo nível são as únicas dotadas com sacada de ferro; as «mansardas», com um novo sistema de cobertura, ajudam à definição social e hierarquizada deste renovado modelo de casa, síntese adequada à nova classe média urbana que desponta.

O modelo afinado nesta época vai persistir por mais de um século, mas gradualmente simplificado e alterado; corresponde à casa popular urbana dos inícios do séc. XIX; influencia as alterações e reconstruções de casas de padrões mais antigos (que recebem a inevitável janela de «mansarda»); serve de base às primeiras inovações estilísticas com carácter romântico/revivalista (a platibanda cerâmica; o revestimento da fachada com azulejos; as janelas de verga ogival). Nelas todas — utilizado com mais ou menos rigor — se vai mantendo o tipo estrutural e o modelo de espaço interior pombalino.

Quanto às traseiras das casas, com o aumento das preocupações higienistas vão surgindo também as estruturas metálicas ligeiras que servem de suporte às sumárias instalações sanitárias (uma pia num cubículo de madeira); permanecendo as cozinhas do lado de trás das habitações, esse espaço evolui para a criação das «marquises» anexas a elas e assentes também na estrutura metálica; ao mesmo tempo generaliza-se a instalação de canalizações de água para despejos de esgoto.

Os Séculos XIX e XX

A rápida evolução tecnológica dos finais de Oitocentos põe à disposição da construção habitacional uma série de novos materiais (o ferro, o aço e logo de seguida o betão armado; a vidraça industrial) e de sistemas técnicos (o elevador eléctrico) que permitem rápidas e definitivas mudanças nas tipologias domésticas. A evolução é então feita pela maior diversificação dos tipos disponíveis (as «vilas» operárias, o prédio

burguês, o palacete com jardim), com definitiva autonomização de edificações para outras funções (indústria, equipamentos), e pela sofisticação dos tipos já existentes (ex: o prédio «burguês», cada vez com maior número de pisos, tem também uma maior complexidade funcional e mais compartimentos internos). Assim, há como que uma «especialização» de funções, «na vertical» (os sótãos e últimos andares para os mais pobres, os pisos inferiores para os mais abastados, o rés-do-chão para a porteira), e «na horizontal» (uma área «de criadagem», englobando marquise fechada, cozinha e sanitários; uma área «privada» com os corredores — outra novidade que ajuda à especialização das funções de cada compartimento, evitando o seu atravessamento — além dos numerosos quartos; e ainda uma área de uso mais «social», de receber, com os salões do lado da frente).

Podem a partir de então considerar-se três fases esquemáticas na evolução técnico-espacial da casa urbana, até hoje:

— A fase dos construtores chamados «gaioleiros» (1880-1930), com aumento gradual das dimensões dos imóveis, do seu «pé direito» (até cerca de 3,40 m), da inovação tecnológica (ferro, vidro, elevadores), e com abundância decorativa e debilitação estrutural (alvenarias fracas, «gaiola» interna só parcialmente usada).

— A fase dos edifícios mistos de betão armado e alvenaria (1930-40), ainda internamente com uso de madeira, e de ferro nas «marquises»), que engloba o chamado «Primeiro Modernismo», com redução da área média do programa habitacional de cada fogo, simplificação e modernização construtiva e de acabamentos (coberturas em terraço; pisos com lajes e cintas de betão armado, inicialmente só nas áreas de serviço; o pé direito baixa para 2,80 m; formas decorativas geométricas de betão e estuque).

— A fase dos edifícios com estrutura de betão, mas ainda utilizando paredes resistentes de tijolo (1940-60), que nos anos 40 corresponde ao prédio do «Estado Novo», revivalista, apresentando já uma estrutura de pilares e vigas de betão, mater e escadas de serviço salientes), e seguindo uma planta em «rabo de bacalhau», que permite a eliminação do «saguão» central fechado e a ventilação directa para o exterior de todos os quartos; neles persistem ainda os resíduos decorativos (baixos-relevos de pedra, coberturas em coruchéu). Já nos anos 50, esta fase corresponde ao inovador bloco de habitação isolado e em altura, com formas totalmente abstractas e «modernas», ou ao bloco de quarteirão com pouca profundidade de ocupação do lote (12-15 metros) e programa interno simplificado

(desaparece ou reduz-se muito a área «de criadagem» nas traseiras, acompanhando as mutações sociais, bem como a escada de serviço saliente, já que as estruturas são totalmente incombustíveis).

Desde o início dos anos 60, o espaço de habitar recebe uma enorme quantidade de inovações espaciais e formais, fruto da internacionalização dos novos preceitos urbanísticos e do «habitat» provindos do Centro da Europa, por via da «Carta de Atenas», e que vão da mistura do espaço de serviço com a sala (a «kitchenette», a «sala comum»), ao desenvolvimento do fogo em dois ou mais pisos (o «duplex»), e até ao desaparecer das áreas de lojas térreas, com as estruturas sobreelevadas assentes em «pilotis», abertas, servindo apenas para estacionamento... Institucionaliza-se, pois, pelos anos 60 e 70, o modelo da «máquina de habitar» pensada e propagandeada por Le Corbusier, em blocos de muitos pisos, com galerias de serviço em vez das caixas de escada interior (sobretudo na «habitação social») e gradual valorização do viver nos andares mais altos.

A massificação destas tipologias, em contextos turísticos, suburbanos ou de «casa económica», tem levado a um abaixamento de qualidades do modelo, e gerou mesmo nos finais dos anos 70 e 80 uma reacção (por parte dos projectistas) de «regresso ao urbano», ou seja, de preferência por habitações de poucos pisos, em quarteirão novamente tradicional. Mas o modelo «moderno» do «habitat» (com grande diversidade tipológica mas clara unicidade tecnológica, em torno do betão), permanece apesar de tudo dominante e cheio de potencialidades futuras, aumentadas pela evolução da construção e correlativos sistemas de apoio (pré-fabricação, modulação de componentes, «edifícios inteligentes»).

7.

A CIDADE PORTUGUESA: UM MODO CARACTERÍSTICO DE ESPAÇO URBANO

Introdução

Complementar da visão architectónica, o estudo das cidades onde aquela se insere ajuda a enquadrá-la e a dar-lhe um sentido de conjunto — em termos de espaço — e de continuidade, em termos de tempo.

É objecto deste capítulo focar apenas os aspectos caracterizadores das cidades de origem ou de inspiração portuguesa, bem como referir sucintamente os mais interessantes espaços urbanos existentes, que se foram consolidando ao longo dos séculos.

Tomando uma atitude complementar em relação à arquitectura, não se pretende tanto fazer uma «história» da cidade em Portugal — para isso servirão de base as referências bibliográficas no fim do volume — como dar um sentido interpretativo ao sistema urbano «inventado» ou aperfeiçoado no País e depois continuado pela Expansão nos vários continentes, com características tão peculiares; deseja-se, isso sim, acompanhar o despontar desses aspectos, o seu apogeu, a sua decadência ou, se preferirmos, a sua «modernização».

Essas características são patentes logo na própria escolha do sítio de implantação urbana da maioria dessas cidades, como referimos na obra «O Lugar da Cidade Portuguesa», que é aqui retomada e desenvolvida.

De facto, foi já referida ou pelo menos pressentida em vários estudos de carácter histórico e geográfico a existência de uma personalidade própria nos espaços urbanos de raiz portuguesa ou, se preferirmos, como que uma idiossincrasia que começa pelo próprio «sentido do lugar» afirmado na escolha de determinados sítios para implantação. O geógrafo Orlando Ribeiro, numa preciosa síntese sobre a cidade portuguesa, diz a esse propósito que «Em Portugal quase não há cidades de planície (...) Algumas evidenciam a preferência 'castreja' pelos lugares altos, escarpados e bem defendidos, outras combinam a colina frágosa e o recesso

do litoral, típicos dos sítios urbanos mediterrâneos. Quer provenham de civilizações locais, isolados e arcaizantes, quer de um alargamento das relações do comércio marítimo para além do mar interior, por várias vezes no decurso da história se havia de manifestar esta atracção pelos lugares inexpugnáveis, de tal modo que haverá poucos países com tantas cidades e vilas alcandoradas como Portugal».

A estas observações, referidas sobretudo às urbes do continente europeu, há que juntar as referências de outros autores aos espaços urbanos de além-mar, nomeadamente no Brasil, segundo refere Robert Smith: «Como Lisboa e Porto, de acordo com o uso português, a Bahia foi fundada sobre uma escarpa alta, dominando larga extensão de água».

Assim, há que aprofundar a análise das razões ou factores afirmados ao longo da história na escolha de áreas com determinadas características geográficas ou morfológicas para fixação das cidades portuguesas, bem como referir as características mais assinaláveis dessas ocupações, as suas tendências de crescimento espacial e a própria evolução e transformação da sua estrutura, desde os espaços metropolitanos medievos até às experiências transatlânticas.

Utiliza-se aqui a palavra «cidade» com o sentido de espaço urbano, sem preocupação de distinguir a vila ou a povoação do centro administrativamente considerado «cidade» — a vontade globalizante deste capítulo para isso aponta. Há que fazer também referência à confusão possível entre a «localização» dos centros urbanos e a sua «situação», ou entre factores locativos e situacionais; aqui interessa-nos sobretudo uma interpretação que agregue esses dois aspectos: a nível geral do território, tem sentido falar de «localização» se referirmos por exemplo a tendência de implantação das cidades no litoral português; mas torna-se necessário o conceito mais concreto de «situação» quando se fala da pequena escala, da escolha de colinas ou vales para essa mesma implantação.

As necessidades de defesa, a proximidade da água, a capacidade dos terrenos para aceitar a construção, o abrigo dos rigores climáticos, são factores tradicionais que ao longo da história interferiram na escolha do sítio; as necessidades políticas, administrativas, religiosas ou económicas, as de prestação de serviços, as equidistâncias dos centros urbanos entre si ditadas pelas respectivas áreas de influência, são factores de localização geral sempre actuantes. Modernamente, as exigências de acessibilidade e a facilitação dos transportes têm adquirido gradual importância, tendência empolada ainda mais com o advento da Revolução Industrial e a ideia-mestra do crescimento económico (núcleos nascidos

e desenvolvidos a partir de cruzamentos de nós viários são então frequentes).

Todos estes factores, de um modo ou de outro, contribuíram para a definição do quadro locativo urbano em Portugal, como aponta Jorge Gaspar: «A escolha de determinado sítio para a instalação de um aglomerado pode obedecer a variadas razões, de natureza mágica, religiosa, militar, económica, lúdica, mas em qualquer dos casos tem um conteúdo funcional». A esta visão prática há que acrescentar aqui uma complementar leitura antropológica que ponha em evidência constantes de um «temperamento» urbanístico colectivo português...

Antecedentes Históricos do Urbanismo em Portugal

Da Cultura Castreja à Romanização

«A proximidade de um rio reforça a protecção e assegura, ao longo do vale, a convergência dos caminhos. Tal é a imagem das três principais cidades (Lisboa, Porto e Coimbra), nascidas todas do embrião de uma colina isolada de um retalho de planalto, ao mesmo tempo a mais inacessível e a mais próxima da margem. (...) Onde a colina fragosa domina a enseada, o estuário ou o curso de água navegável, a cidade, ponto ou lugar de detenção na margem do rio, liga-se a estrada ou abre-se, pela via do mar, às relações distantes». Orlando Ribeiro procura, depois da descrição deste quadro sintético do «locus» urbano português, fundamentar as características deste na existência de uma tradição castreja muito antiga ou, pelo menos, na presença de uma cultura proto-urbana e pré-romana a ocidente da Ibéria (de provável raiz celta), que a implantação da urbanidade racionalizadora dos invasores latinos não chega a extinguir completamente.

Efectivamente, a cultura celta da Idade do Ferro gerou centros conhecidos, de que é emblemático o da Citânia de Briteiros, povoado fortificado nortenho, cerca de Guimarães, cuja ocupação se prolongou na fase romana.

De novo nos diz Ribeiro: «Se é certo que muitos castros se arruinaram, (...) outros transformaram-se completamente no sentido ideal das cidades romanas, obedecendo no seu arranjo aos conceitos urba-

nísticos correntes no tempo do Império. As ruínas de Conímbriga (...) revelam uma povoação com ruas, praças, residências opulentas, banhos e instalações industriais, tal como os Romanos edificaram em outros lugares dos seus vastos domínios. Mas o nome e o sítio (céltico 'briga', latim 'oppidum') mostram uma eminência fortificada, esporão rochoso e muralhado que se levanta, dominador, acima do agro fértil, no lugar baixo e plano por onde corria a estrada».

Santarém e Beja (então Scallabis e Pax Julia), na época de Vespasiano duas importantes cidades sedes de «conventus» (como Braga — Bracara Augusta —, de fundação anterior mas aproveitada pelo civilizador), fundadas pelos Romanos em sítios penhascosos ou em proeminências naturais, parecem confirmar esta tendência para a fusão da tradição urbana latina, geométrica e mais própria de planuras, com um enraizado gosto indígena por escarpas ou elevações. O quadro territorial da época imperial privilegiava também nitidamente a ocupação do interior em detrimento do litoral, como mais uma vez refere Ribeiro: «À parte Salacia (Alcácer do Sal) e os portos do Algarve, a vida marítima não parece avultar. A uma poderosa organização do espaço, baseada num perfeito sistema de viação terrestre, opõe-se certo abandono dum litoral extremo batido pelos ventos, em frente de um mar sem ilhas. Tal será a significação da preponderância das cidades interiores como centros administrativos (...)»

A época romana traduz-se assim no predomínio dos sítios urbanos importantes localizados no interior e implantados em áreas muitas vezes com relevo acidentado. Podem salientar-se como exemplos, além dos três centros dos «conventus» já referidos: no Alentejo, oito sedes de «civitates» (divisões territoriais), entre as quais Ebora Liberalitas Julia (hoje Évora), Miróbriga (actuais ruínas perto de Santiago do Cacém), Arucci (Moura) e Myrtilis (Mértola); do rio Tejo ao Douro, por entre várias sedes de «civitates» de localização incerta, Sellium (Tomar), Egitânia (Idanha-a-Velha), Viseu, Aeminium (Coimbra), Bobadela (cerca de Oliveira do Hospital), talvez Lamego e Sabugal, além da natural excepção, Felicitas Julia Olisipo (Lisboa, no litoral); a norte do Douro, Aquae Flaviae (Chaves); litorais, só no Algarve, Ossónoba (Faro) e Balsa (perto de Tavira), também sedes de «civitates», provam a existência de uma vida ribeirinha activa, embora secundária no conjunto do território.

De modo diverso do território a sul do Douro (que terá igualmente uma mais marcada ocupação muçulmana a partir do séc. VIII), as urbes do Norte, absorvidas gradualmente pelos povos germânicos desde

o séc. v, sofrem um processo de «desromanização» em simultâneo com o da ascensão do sentido religioso cristão na definição dos lugares centrais e dos símbolos colectivos: é a cidade paleocristã e suevo-visigótica nascente, com a sua instabilidade e insegurança intrínsecas, que assiste ao processo de fragmentação das funções centrais, fragmentação marcada pelo conflito entre a «civitas» e o «castellum». A «civitas», com a Sé, inovadora basílica cemiterial, sítio do novo poder herdeiro do «forum» civil-religioso (lugar do bispo, provindo muitas vezes da antiga classe senatorial da decadente e fragmentada administração romana); e, a nova classe com o «castellum», sede de um poder militar recém-instalado, menos «urbano», mais violento. Esta bipolaridade — uma inovação face ao centralizado espaço romano — vai persistir no tempo, consolidar-se na cidade medieva e ser provavelmente importante como fundamentação de características estruturais da futura cidade portuguesa da Expansão.

Dos Muçulmanos à Reconquista

A tradição urbana — firmada na Romanização e «sacudida» pelas sucessivas fixações bárbaras (visigóticas, suevas) — será depois prolongada ou retomada sobretudo pelos invasores muçulmanos, que apesar de tudo vão alterar as características gerais da ocupação interna do espaço urbano, dada a sua afirmação cultural mais individualista, intimista e fragmentária: «As cidades muçulmanas obedecem a conceitos de certo modo opostos aos do urbanismo romano: casas que abrem para a intimidade dos pátios interiores, ruelas estreitas e tortuosas onde cada esquina oferece um refúgio para o ataque ou a defesa, becos sem saída que levam a residências particulares e subtraem a vida familiar ao bulício da rua» (Orlando Ribeiro). «Em vez da rua, elemento de passagem, elemento dinâmico, a casa, elemento de fixação, elemento estático, entendia-se nas cidades muçulmanas como célula de base do assentamento urbano» (A. H. Oliveira Marques). Assim, a cidade muçulmana terá importância na Península sobretudo como prolongamento e garantia de continuidade da tradição urbana antes firmada, aproveitando as cidades já existentes; e embora distorcendo as suas malhas e criando algumas extensões novas (Alfama é o seu paradigma), não altera os aspectos caracterizadores antes referidos.

Mas os conteúdos e símbolos da cidade vão sofrer mutações, pela introdução de um universo cultural bem distinto, baseado na tradição

das civilizações do Médio Oriente: a fusão destes valores com os de raiz ocidental entrará a partir de então para a «alma» das urbes ibéricas.

Assim, surgem ou valorizam-se diversos temas, como a compartimentação em bairros separados (cada um com sua mesquita) das várias comunidades «estrangeiras» em presença que tanto influiu na importância futura do sentido da coexistência «bairrista» dos grupos urbanos; como o «peso» funcional do espaço de mercado, fortíssimo num sistema tão dependente do mundo rural como do mercantil; ou como a oposição geográfica entre a cidade aristocrática (a alcáçova, na «Alta») e a plebeia (a almedina, na «Baixa»); finalmente, temas como o papel desempenhado pelo proprietário rural que investe na compra de espaço urbano, como modo de valorizar o seu capital, por oposição ao sentido «burguês» do investimento em bens móveis — vão preparar os alicerces dos futuros grupos sociais que dessa mesma atitude «estática» vão viver.

A presença muçulmana ajudará também à preservação do próprio funcionamento das cidades, em período de «desurbanização» intensa a que por toda a Europa se assiste ao longo dos primeiros séculos da Idade Média, e nessa medida provocará uma primeira assimetria entre a tradição urbana do Norte e centro peninsulares (onde o islão permaneceu menos tempo), e a do Sul, onde perdurou por séculos. «Das 47 capitais de províncias da Espanha de hoje, 35 foram fundadas pelos Romanos e apenas doze se podem contar como medievais, sendo quatro unicamente de fundação islâmica. Em Portugal, de onze capitais de província, nenhuma se pode atribuir a alicerce islâmico. (...) Porém, se os Muçulmanos não fundaram cidades, aceitando as que já encontravam, nem por isso a sua influência na vida urbana foi menor. Das mesmas 47 capitais, umas 20 revelam nitidamente o cunho muçulmano» (A. H. de Oliveira Marques). Com 4 ou mais séculos de ocupação islâmica podem considerar-se 29 dos núcleos atrás referidos, significativamente todos situados a sul do rio Douro!

Deste modo, enquanto nas referidas regiões setentrionais do País os centros urbanos nos sécs. XII a XVI são escassos em número e diminutos em extensão e importância funcional, já as áreas a sul apresentam uma outra vitalidade, podendo falar-se, no espaço português, quase de uma «fronteira» entre um território com ocupação predominantemente rural e mostrando tendência para a disseminação do povoamento (onde bárbaros germânicos como os Suevos se tinham instalado) — para cima do Mondego e da serra da Estrela — e um outro com assinalável papel desempenhado pela vida urbana, e forte concentração das comunidades, desde as costas algarvias ao vale do Tejo. Do longo perdurar desse

contraste fala ainda Orlando Ribeiro, a propósito do «numeramento» (estatística da população) executado em 1527: «De 33 aglomerações 'urbanas' com mais de 500 fogos (2000 a 2500 habitantes), 25 ficam no Sul, 3 no centro e 5 no Norte (...) Assim, apenas o vale do Tejo, o Alentejo, especialmente a parte oriental, e o Algarve parecem ter mantido desde a Antiguidade, ininterruptamente ou renovada, uma tradição urbana (...)».

Durante a Idade Média, a própria arquitectura vai fortalecer essa tradição — como que indo ao seu «reencontro» — pela predominante implantação meridional dos monumentos do Gótico «urbano» que se viu antes (por oposição ao «Românico rural» do Norte) e logo de seguida pelo surgimento da Primeira Renascença «cívica» igualmente nas áreas centro-meridionais, elegendo agora Évora, Tomar ou Coimbra como cidades a engrandecer... Consultando o «Duarte d'Armas» (levantamento das fortificações existentes na primeira metade do séc. XVI), verifica-se também que a sua listagem de «castelos» ao longo de toda a fronteira (de Castro Marim a Caminha) assinala 22, do total de 55 praças, a sul do Tejo (perto de metade, para uma fronteira bem menor em extensão), confirmando para esta época a importância dos espaços construídos nessa área.

A Primeira Dinastia e o Ressurgir das Cidades

Mas o primeiro grande surto de crescimento urbano depois da Nacionalidade é bem anterior a Quinhentos, tem um sentido centralizador e exprime uma vontade de unificação territorial: na continuidade com os primeiros esforços de D. Sancho I, ainda no séc. XII, para reconstrução das despovoadas terras de fronteira, vai ser com D. Afonso III (1248-1279) e com seu filho D. Dinis, na transição para o séc. XIV, que uma consolidação e mesmo um relançamento da vida urbana se processará. As reformas urbanas que então se ordenam e implementam, só para referir a área da nova fronteira com Castela, chegam a abranger cerca de 4/5 do total das fortalezas, muralhas e castelos existentes.

No período de D. Dinis, além do projectar de extensões planeadas em Lisboa (Rua Nova), e da fundação de novos núcleos (como Vila Real de Trás-os-Montes e Vila Nova de Cerveira), também muitas das praças

renovadas ou ampliadas apresentam esquemas que, embora simplificados, indicam a recuperação de uma tradição de geometria urbana que tinha estado até então muito «esquecida»; essa tradição ressurgiu curiosamente agora de forma mais evidente em exemplos situados de novo no Alto Alentejo — onde parece ter afinal perdurado mais intensamente a urbanidade antiga (no fundo, talvez ainda marca distante da «área de influência» da capital lusitana, Mérida).

De facto, Óbidos, mas também Monsaraz, Alegrete, Vila Viçosa ou o Redondo sugerem similitudes de traçado que as relacionam com as fundações reais do Norte de Espanha (séc. XII) ou do Sul da França (sécs. XIII-XIV), as «bastides» — mas de novo e sempre delas diferem pela escolha de lugares altaneiros, para além de apresentarem uma estrutura muito mais simples e elementar.

Das várias povoações que nos chegaram com desenvolvimento significativo da Idade Média, há que referir alguns casos cuja diferenciação em termos de estrutura atesta a crescente complexidade do fenómeno urbano na época. Braga, Porto, em parte Lamego, e Évora são exemplos claros do crescimento que o senso comum mais associa a essa época, de tipo radioconcêntrico, com séries de duas ou mais «camadas» de crescimento «circular» (muralhadas ou não) — podendo os três centros nortenhos relacionar-se com o gradual aumento de importância da urbe como núcleo bispal ou condal, tema característico de um «urbanismo românico». Guimarães e Guarda apresentam-se como típicas estruturas alongadas, com contorno muralhado nítido. Já Trancoso, Torres Vedras, Castelo de Vide e Silves são casos de crescimento «à sombra» do castelo fortificado que permaneceu num dos extremos da nova cintura da povoação. Leiria, Santarém ou Lisboa apresentam uma estrutura mais irregular que atesta a sua permeabilidade ao agente transformador muçulmano. Finalmente, registe-se a geometria patente de Chaves, Caminha, Viana do Castelo, Melgaço e, mais a sul, de Tomar, Montemor-o-Novo e, mesmo, Aveiro, com razões diversas mas formalmente convergentes: a primeira por evidente persistência do traçado romano; as quatro seguintes, vilas (designação que surge no período românico com a actual acepção) ditas «régias», que a partir do séc. XIII prevêm novas áreas destinadas ao poder nascente dos artesãos e comerciantes (o tema do «burgo»); as últimas por serem arranjos tardo-medievos, já imbuídos da vontade regularizadora pré-renascentista.

Há que referir aqui a possibilidade de ensaiar outras leituras para a compreensão da localização das urbes fortificadas nas áreas interiores do território nacional nesta época. São por um lado estudos de carácter

mítico/esotérico, como os de Juan G. Atienza, que valorizam o papel fundacional de certas ordens religiosas: «Portugal era, con Galicia, la tierra que contenia, junto a Irlanda y a la Bretaña francesa, el testimonio secreto de una civilización portadora de la Tradición Arcana, esa Tradición que luego se extenderia hacia el interior de la Península marcandola con su impronta de mitos, de ritos y de símbolos. (...) El rey (Afonso Henriques) asigna al Temple la protección del monasterio (de Alcobaça) y de la comarca mágica de Fátima y Tomar, donde se levantara, en 1160, la sede principal del Temple portugues y las subsidiarias de Almourol (sobre una isla de Tajo) y Bode, complementadas con Pombal, Penela, Castelo Branco, Idanha, Nisa, Marsanto y Ceras, hasta el puerto de Obidos (hoy a diez quilometros del mar tierra adentro)».

São também os trabalhos de sentido mais positivista iniciados por Fernando Gonçalves, referentes ao papel urbanizador doutras ordens religiosas (aliás já em relação à ocupação urbana em África): «Para além de a empresa da Ordem da Espada manifestar um sentido evidente — a conquista da soberania sobre uma cidade — nela também é possível divisar significados que se relacionam com aquilo que se pode designar por 'instinto de construção'. (...) Ainda que com base nos elementos recolhidos não seja possível pôr termo à controvérsia sobre a real existência da Ordem da Espada, conclui-se que um seu conhecimento mais profundo se justifica na medida em que nela poderá residir um dos paradigmas instaurativos da urbanística portuguesa». No fundo, trata-se de contribuições também providas de uma cultura oriental, embora aqui destilada pela filosofia religiosa cristã, que se encontram por vias diversas com os «apports» urbanos, também de sentido oriental, dos Muçulmanos.

Mas é sobretudo a interpretação em termos gerais do carácter e evolução das fixações urbanas do interior que aqui nos interessa. E se essa evolução vai tender mais modernamente para padrões de fixação em sítios «de planura» (como sucederá com Noudar, Ourém, Óbidos ou Monsaraz, perdida a função primordial de defesa, dando lugar respectivamente a Barrancos, Vila Nova de Ourém, Caldas da Rainha ou Reguengos de Monsaraz, e passando as primeiras a um estatuto meramente «arqueológico»), há pelos fins da Idade Média uma outra «canalização» do seu ameaçado sentido castrejo para uma prática menos funcional mas mais poética, criadora de novos modelos de vida urbana. A colina transformar-se-á de bastião militar activo em lugar de memória, sinal da tradição de um modo antigo de implantar as cidades que um temperamento colectivo muito especial não desejou perder...

Uma Primeira Síntese

Com a Baixa Idade Média vai afirmar-se de facto uma tendência divergente (contemporânea das referidas fixações interiores e sua complementar) nas urbes portuguesas, sob o ponto de vista locativo e estruturador do território: é a gradual LITORALIZAÇÃO dos principais núcleos urbanos, que sendo ribeirinhos vão crescer mais e aumentar a sua importância, por comparação com os núcleos do interior (e a mudança de capital para Lisboa em meados do séc. XIII situa no tempo a transição). Esta tendência já vinha de longe, desde que o espaço «nacional» se definia por alastramento da Reconquista para sul, ao longo da faixa ocidental ibérica, onde deveria procurar uma nova centralidade própria, diferente do antigo «centro de gravidade» romano, árabe ou mesmo visigótico. Mais uma vez citamos Orlando Ribeiro: «Assolada por piratas mouros e normandos, a orla marítima do Norte foi objecto de especiais cuidados antes e durante os primeiros tempos da monarquia: restauro e fortalecimento de povoações, vantagens concedidas a povoadores que então se deslocaram do interior, organização de uma marinha de defesa.»

Mas é com o acentuar das relações comerciais marítimas internacionais que acompanham desde o séc. XII o renascimento das cidades, e valorizam as actividades portuárias (para além da paralela ocorrência de fenómenos naturais particulares da terra portuguesa, como o lento e gradual assoreamento dos principais rios, inutilizando aquelas funções nas cidades fluviais terra adentro, até então mais importantes), que o fenómeno se vai tornar determinante: a pouco e pouco, Silves, Alcácer do Sal, Santarém, Coimbra, Lamego ou Braga, fluviais mas interiores, vão assistir ao crescimento (e em muitos casos à predominância) de Portimão, Setúbal, Lisboa, Figueira da Foz, Porto e Viana do Castelo, núcleos que junto ao estuário desafogado ou já na costa atlântica asseguram com mais garantias as actividades dependentes do transporte por água.

Essas urbes, agora em pleno desenvolvimento, articulam uma estrutura mais aberta ao exterior com o desenvolvimento por novas cinturas de muralhas mais complexas; não deixam de ter certas semelhanças com os antigos núcleos fortificados já referidos (aproveitamento de colinas e outros acidentes morfológicos, estrutura interna de relativa regularidade), até porque na maior parte dos casos derivam historicamente desse tipo de instalações; mas ensaiam agora uma litoralidade nova e começam a criar a dialéctica espacial e funcional da «Alta» defensiva e da «Baixa»

comercial... Desta transição lenta mas firme para as costas e para os estuários (sobretudo no litoral a norte do Tejo), nascerá finalmente a cidade que se pode apontar como modelo já especificamente português de urbe, de que nos interessa agora a caracterização mais pormenorizada.

Essa cidade, ainda formalmente castrense, já funcionalmente portuária ou ribeirinha, agrega dentro de si uma dinâmica com notável força criativa de «sítios» e de originais ambientes construídos, que a Expansão vai aproveitar.

Características na Expansão: Uma «Diáspora Urbana»

A cidade portuguesa adquire nos finais da Idade Média (sécs. XIV-XV) aspectos que a vão cristalizar num modelo bem claro com dimensão de intemporalidade. Caracterizemo-lo, com a ajuda das citações de Orlando Ribeiro.

É nesta fase marcante — e estamos no dealbar de Quatrocentos — eminentemente LITORAL: busca o mar, o recesso, o estuário para desenvolver uma dinâmica de tipo COMERCIAL. «A função do porto é de todas a primacial; por isso, as três maiores cidades (Lisboa, Porto, Setúbal) abrigam-se em estuários e das dez maiores (...) apenas quatro não ficam à beira mar».

Litoral e quase obrigatoriamente MARÍTIMA (e aqui atlântica ou pelo menos fluvial), vai também caracterizar-se pela procura de uma orientação específica, um gosto climático TRÓPICO — um «tropismo» adaptativo, que aqui procura o quadrante meridional. «Podem multiplicar-se exemplos de cidades e vilas assentes na margem direita, expostas e abertas ao Sul, que têm do outro lado o seu arrabalde: Barcelos e Barcelinhos, Amarante e o bairro de Além da Ponte, Porto e Vila Nova de Gaia, Coimbra e Santa Clara, Abrantes e o Rossio ao Sul do Tejo, Lisboa e a outra banda (...)».

Mantêm além destas, o gosto castrejo pela fixação em sítios altos e acidentados, que a tornam assim compósita, BIPOLARIZADA: o centro de vocação residencial e altaneiro, associando-se à elevação que guarda a memória do local de defesa colectiva; o centro de negócios e das trocas portuárias preenche o espaço de transição para o rio ou mar, em baixa e rasa superfície de aterros e praias. «Alcandorada na colina onde

se abrigam as funções mais nobres e prestigiosas, vê desenvolver-se na terra chã um arrabalde de comércio, indústria, circulação. Daí a divisão entre Alta e Baixa, ou Ribeira, que se nota em algumas».

Estas características básicas da cidade portuguesa — o pendor litoral e comercial, o sentido marítimo e trópico e a bipolaridade — tal como surgem pelos sécs. XIV-XV, são adaptativas e vão enriquecer-se, sem se perderem, pelos contactos com novos ambientes, adquirindo se se quiser diferentes qualidades como mutações dentro do seu sentido inicial;

Esse processo torna-se até mais original (nos sécs. XVI-XVII) quanto, embora pertencente à mesma «família» urbana meridional, este modelo se distancia relativamente ao da cidade espanhola colonial contemporânea — por razões complexas, às quais não será alheia a continuidade da autonomia e da unidade política portuguesa desde o séc. XII, única na Península Ibérica, bem como uma diferente tradição urbana presentida já na romanização (a ideia de «finisterra» *versus* o foco «mediterrâneo»). Assim, enquanto podemos reconhecer aspectos como a interioridade na escolha dos sítios, a monumentalidade na escala, e a estrutura geométrica centralista na urbe hispano-americana, já na de raiz lusitana surgem temas opostos como os da litoralidade, do casticismo paisagista, de entendimento sequencial da estrutura urbana.

De facto, à «alma» CÊNTRICA e ESTÁTICA da urbe hispano-americana — cujo ponto fundacional, intersecção dos dois eixos orientadores da retícula, rectilíneos, é o da instalação da «plaza mayor», espaço aberto e centro de todos os poderes — opõe-se o sentir «EX-CÊNTRICO» e «INSTÁVEL» da de raiz lusa, com a sua sucessiva colocação dos «largos» (o da câmara, o da igreja, os dos conventos), ao longo da irregular «Rua Direita» principal, constituindo-se esta no seu «cordão identificador», e culminando nos espaços de abertura ao campo, os «Rossios».

A Dimensão Atlântica: Cidades nos Arquipélagos

«Primeiro marco da expansão portuguesa, os arquipélagos da Madeira e dos Açores (...) são uma réplica da fisionomia humana de Portugal numa paisagem física que o continente desconhece». Como nota Orlando Ribeiro, são terra estranha, feita só de ilhas inseguras, entre o isolamento

oceânico, as avalanchas, os terramotos e as erupções vulcânicas, e vítimas frequentes da pirataria: nela se vão instalar as primeiras urbes de raiz portuguesa fora da Península Ibérica. Depois e paralelamente, estendidas às Canárias, a Cabo Verde e a Fernando Pó e São Tomé.

Em estudos anteriores já se analisara o percurso do processo de urbanização do Atlântico: «...As fixações urbanas começaram, certamente acompanhando o povoamento em geral, pelas ilhas mais próximas do Continente (e portanto mais depressa descobertas e visitadas); e, dentro de cada arquipélago, pelas mais pequenas e mais facilmente desbraváveis, no fundo mais parecidas com o mundo que se conhecia; daí o binómio Porto Santo - Madeira, ou Santa Maria - São Miguel». Esta tendência de ocupação urbana de oriente para ocidente, afirmada primeiro nas sucessivas datas de fundação das vilas açórico-madeirenses, culmina com as elevações a cidade: «...se a primeira cidade atlântica vem a ser o Funchal (1508), em breve se seguem Angra (1534) e Ponta Delgada (1542), esta colmatando a sorte de Vila Franca, capital 'natural' micaelense que a má fortuna de uma catástrofe natural (1522) impediu de continuar como tal. Cabo Verde, terra de mais difícil ocupação por razões climáticas e morfológicas permitiu apenas a fundação (...) de uma só cidade quinhentista, a Ribeira Grande, em 1533, na ilha de Santiago».

Nas Canárias, onde parece ter havido intervenção directa portuguesa no desenvolvimento urbano de Las Palmas de Gran Canária (no bairro fundador de La Vegueta, onde existe a «calle de los Portugueses») e em Santa Cruz de La Palma (cujas analogias de situação e de estrutura com a então vila da Horta, no Faial, são notáveis), a avaliação da participação de raiz lusa é contudo mais complexa, em função da sua mistura com a predominante castelhana. Quanto aos arquipélagos de São Tomé e de Fernando Pó, participam já de uma dinâmica de urbanização equatorial e africana adiante falada.

É sobretudo nos Açores e Madeira que a relação com o modelo de localização urbana atrás referido pode ser sentida, como já escrevemos a propósito do Funchal: «Certamente que a tradição metropolitana ibérica terá influenciado fortemente quer a escolha dos sítios e a implantação dos núcleos construídos quer a sua própria organização interna e carácter geral, em suma, a sua 'personalidade urbana' (...) com a grande percentagem dos espaços urbanos instalados nas costas meridionais (tendência de instalação litoral), virados aos quadrantes de sul ou sulsul-nascente, como era tradição em Portugal Continental. Nos dois arquipélagos, só uma cidade contraria essa tendência (Ribeira Grande de São Miguel), e só uma vila importante se assinala no quadrante norte

(Santa Cruz da Graciosa): é um verdadeiro 'tropismo cultural', que as condições climáticas ajudam a permanecer, e a que os factos insulares dão renovada personalidade própria. A fixação junto a ribeiras, ou perto de enseadas abrigadas, é quase sistemática, como antes no continente o era a procura das margens de um rio, ou a protecção de um estuário.»

Os paralelismos possíveis com espaços urbanos do continente são também inúmeros, sob o ponto de vista da sua estrutura interna; citem-se as analogias entre Vila do Porto de Santa Maria e Monsaraz do Alentejo (dentro do tipo das vilas fortificadas da zona oriental daquela província), ou as semelhanças (também locativas e funcionais) entre o Funchal e Setúbal — no quadro já mais avançado do tipo de urbe litoral «aberta», nos estuários. E poderíamos referir e desenvolver ainda outras parecenças, como entre Angra e Tomar (na tipologia geométrica do quarteirão, na bipolaridade estabelecida entre rua direita e «cais»); ou entre Ponta Delgada e Lagos (na morfologia geral do espaço urbano, na adopção de tipologias do edificado análogas). Interessa salientar que, hesitante entre a adopção de modelos urbanos do tipo de predominante função defensiva do interior do País, e os de nítido gosto ribeirinho, o urbanismo destes dois arquipélagos assinala bem a época da sua formação, que assiste à charneira entre as formas medievais ou «fechadas» e «modernas» ou abertas de cidade.

Já em Cabo Verde e nas Canárias, voltando agora à orientação dos povoados nas ilhas, as condições climáticas subtropicais obrigam a uma primeira «distorção» adaptativa, pois torna-se necessária a sua implantação noutros quadrantes, de norte ou de poente para o primeiro arquipélago, de nordeste, com frequência, para o segundo (donde vem a brisa refrescante e húmida): e é portanto nesses litorais que os núcleos mais marcantes se desenvolvem...

Em suma, se a cidade atlântica de raiz portuguesa, como se define entre os sécs. XV e XVI, prolonga e aplica no oceano as características antes apontadas para a urbe continental, também as enriquece com valores mais diversificados, desde a nova dimensão INSULAR que impregna o universo urbano, até à «multiplicação» de orientações geográficas, o que confirma o seu sentido TRÓPICO, bem como a assunção da sua carga TRADICIONALISTA — talvez numa reacção à maior velocidade exigida de instalação e desenvolvimento.

As cidades das ilhas atlânticas, que estabilizaram o seu crescimento depois do séc. XVIII, mantiveram por isso e até hoje um equilíbrio formal e espacial notável. São disso exemplo vilas com simples estrutura linear como Vila do Porto (Santa Maria), Santa Cruz (Graciosa), Lajes (Pico)

ou Ribeira Brava, Santa Cruz e Machico (Madeira), como o são as pequenas cidades que entrecruzam a irregularidade dos caminhos com um reticulado mais ou menos elementar: Ribeira Grande e Ponta Delgada (São Miguel), Praia e Angra (Terceira), Horta (Faial) e Funchal (Madeira).

A Cidade Luso-Brasileira

«As cidades do Brasil colonial, posto que se diferenciem, por muitos aspectos, das que Portugal erigiu em seu solo metropolitano e em Marrocos, África Meridional e Ásia, conservaram, sob as mais diversas condições, o cunho inequívoco da mãe-pátria, que as características regionais não conseguiram apagar; e podem, por isso, a justo título, ser consideradas antes como cidades portuguesas do Brasil do que como cidades brasileiras» (Paulo F. Santos).

A constatação destas afinidades é geral nos estudiosos do urbanismo brasileiro, mesmo que com olhar crítico sobre o seu valor como «apport» cultural: há nessas cidades um «casticismo» peculiar e ao mesmo tempo uma analogia com as urbes da metrópole que é evidente e, até certo ponto, atraente. Robert C. Smith, Mário T. Chicó, Leonardo Benevolo, Ramon Gutierrez ou Murillo Marx, entre outros, referiram aspectos funcionais (os «Rossios», a «Rua Direita», a «Alta» e a «Baixa»), características de estrutura (o tipo de malha «informal», medievo-renascentista, relativamente regular ou mesmo geométrica), de imagem (o perfil integrado na paisagem, feito de igrejas e conventos) e de localização, que explicitam e reforçam a comparação.

Os aspectos de situação geográfica são apontados por Murillo Marx deste modo: «O mapa do Brasil revela um desequilíbrio notável. As suas aglomerações urbanas se concentram ao longo da costa. (...) A desproporção se torna ainda mais impressionante, se considerada a população das aglomerações. As maiores, quase todas, confirmam a norma e se localizam à beira-mar ou perto dele. As duas grandes metrópoles, São Paulo e Rio de Janeiro, tornam gritantes essa distribuição desigual dos Brasileiros, que as capitais estaduais em grande parte, repetem de Belém do Pará a Porto Alegre.»

E se passarmos ao tema da escolha concreta do sítio urbano, novas analogias se estabelecem, de novo com Murillo Marx: «As primeiras fundações se fizeram no litoral para a sua ligação com a metrópole

lusitana e com o resto do império voltado, conformado e cimentado pelo mar. Por isso, o porto foi essencial e decisivo para situar uma feitoria nova.»

Mas a esta necessidade litoral junta-se a herança medieva, definindo ambas a já referida bipolaridade da urbe lusa: «A exemplo de ambas (Lisboa e Porto), para defesa, (a Bahia) foi cercada de muros com torres e portas entremeadas com fortes. Os melhores sítios, o alto das colinas, como em Portugal foram reservados às igrejas e conventos, aos edifícios públicos e solares, ao passo que o comércio funcionava em baixo ao longo do cais.» (Robert C. Smith).

Façamos um parêntese para reforçar o nosso ponto de vista: o de que foi também pela aptidão ou PREDISPOSIÇÃO da comunidade lusa ao lugar litorâneo e alcandorado para fixação urbana que as cidades surgiram deste modo, e não tão-só para consciente e programadamente as poderem defender melhor ou para com elas estabelecer melhor função portuária: a prová-lo estão o contemporâneo Recife, capital pernambucana de fundação holandesa (séc. XVII), que para os mesmos objectivos funcionais escolhe sítio raso e pantanoso (como mais tarde os ingleses vão escolher Bombaim na Índia); e os diversos portos da América espanhola, que funcionam separados das cidades principais, estas situadas de preferência no interior.

Este gosto, evidentemente ligado a um entendimento específico da paisagem, causa de resto estranheza aos invasores neerlandeses. Josué de Castro refere esta crítica de Barlaeus, nos tempos do Maurício de Nassau, à tipicamente portuguesa Olinda, irregular, declivosa e vizinha ao Recife: «embora reconhecendo que Olinda fora ‘notável por belos edifícios e templos’, condena a sua situação imprópria nas seguintes palavras: ‘o sítio, por amor das colinas que ela abrange em seu perímetro, é assaz acidentado, de sorte que dificilmente o poderia munir a indústria humana’»; considerada pelos holandeses impossível de fortificar, e sobretudo de ‘compreender’, ela vai ser por isso deliberadamente queimada e destruída pelos ocupantes.

Efectivamente, não é fácil entender, como diz Paulo F. Santos, que «...naquela aparente desordem, que leva a admitir (...) a inexistência de um traçado prévio ou de uma ideia directriz, existem uma coerência orgânica, uma correlação formal e uma unidade de espírito que lhe dão genuidade (...) como expressão espontânea e sincera de todo um sistema de vida, e que tanta vez falta à cidade regular, traçada em rígido tabuleiro de xadrez.»

Mas voltemos à escolha dos sítios: a riqueza das situações geográficas novas da costa brasileira vai permitir a criação de novas soluções

de implantação: em grandes baías (onde se gera um autêntico microcosmo urbano, com diversos escalões de hierarquia, desde os sítios de engenho à grande cidade, passando pela vila), como sucede no «Recôncavo» de Salvador da Bahia ou na Guanabara do Rio de Janeiro; na foz de rios imensos, povoados de ilhas fronteiras (como em Belém ou São Luís); nas lagoas existentes perto do litoral, como, já no séc. XVIII, em Porto Alegre e Rio Grande; e mesmo em não raras situações costeiras (M. Marx): «Algumas ilhas, ou melhor, os canais que as separam do continente, mais protegidos das correntes marítimas e dos ventos, propiciaram o estabelecimento de São Sebastião e de São Francisco do Sul» — como mais tarde da cidade do Desterro, em Santa Catarina.

A extensão e novidade do território a ocupar pela cidade luso-brasileira deu-lhe assim, como vimos, novas cambiantes, dentro das características básicas apontadas: sublinhou e elevou à «escala americana» a cidade, dando-lhe uma DIMENSÃO LUXURIANTE (de que o Rio de Janeiro é paradigma); descobriu-lhe a orientação para os quadrantes de norte ou de poente, em INVERSÃO TRÓPICA típica do hemisfério sul; do Prata ao Amazonas, obrigou a uma hierarquização urbana do território, surgindo as grandes áreas do Nordeste (com centro na Bahia), do Sudoeste (Rio - São Paulo) e dos «extremos» (Norte e Sul, como Belém - São Luís e São Vicente - Rio Grande), como que grandes «países» só fragmentariamente governáveis, numa ESCALA CONTINENTAL que nunca conseguiu, porém, ser imperial.

A Cidade Portuguesa no Oriente

O sentido da localização litoral dos espaços urbanos, alcandorados (agora sobretudo por razões estratégicas), foi também transportado para zonas tão distantes como o Japão (Nagasaki), a China (Macau), o Sudeste Asiático e a Oceânia (Malaca, Flores), ou ainda a Península Arábica. Se as implantações no Extremo Oriente, nomeadamente Macau, se identificam profundamente com os modelos atrás referidos, já no Médio Oriente, muito condicionadas pelo imperativo militar, pelas pré-existências urbanas e pela agressividade dos territórios vizinhos, as fixações resumem-se na maior parte dos casos à função guerreira, sem gerar um espaço urbano que se possa dizer maduro

(como em Marrocos) — a atestar pelos vestígios chegados até hoje (de que são exemplos as fortalezas de Soar, Mascate e Ormuz, no Golfo Pérsico).

A área onde realmente se chega a processar em plenitude um desenvolvimento urbano — pelo tempo de permanência e pela capacidade de enraizamento afirmados — apesar de constrangimentos algo idênticos, é a Índia, sobretudo ao longo da costa ocidental da Península Indostânica.

Ao contrário do que defende Mário T. Chicó (o haver «dois tipos de cidade — o comumente empregado no povoamento continental, e o que se inspirava na cidade ideal do Renascimento e que apareceu na Índia»), não nos parece ter existido uma frontal oposição entre o tipo de cidades da Índia de influência portuguesa e as brasileiras suas contemporâneas, pelo menos no que toca aos aspectos de organização global do território, de localização e até de estrutura interna.

Se uma necessidade evidente de maior celeridade na sua edificação, devido às urgências de defesa, as condiciona de modo diverso do das americanas, reforçando a necessidade de modernização das estruturas militares, não parece ter sido este factor suficiente, uma vez mais, para alterar o sentido enraizado e profundo dos tipos de cidade, feitoria ou cidadela implantados.

Assim, se as fortificações em si são mais «modernas» ao modo de Quinhentos, em confronto com as equivalentes contemporâneas do Brasil — as de Damão (a norte de Bombaim) ou Meliapor (no estado de Madrastra) *versus* as de Salvador da Bahia — já a comparação global das suas malhas urbanas permite constatar, para além dos aparentes contrastes, uma mesma regularidade dos arruamentos e na distribuição das funções centrais; ao contrário, Baçaim, cujas fortificações têm forma regular, apresenta uma malha bem mais irregular, de tipo alongado, no interior amuralhado, como aliás acontece com Chaul, Cranganor, Cochim e Cananor — os exemplos que Chicó refere como tendo «certa regularidade».

Chaul, perto de Bombaim, hoje em ruínas, parece ser exemplo típico de uma urbe fruto de crescimento lento no tempo, com estrutura linear, ao longo da estrada principal de acesso, que vai ter ao castelo, o qual é uma fortaleza de transição das construções tardo-medievais para as fortificadas, e que só mais tarde recebe uma muralha envolvente unificadora; isto para não falar de Goa — cidade velha —, que apesar de pré-existente à ocupação lusa, foi certamente reconstruída pelos conquistadores a pensar em grande parte no arquétipo que Lisboa repre-

sentava. Em contrapartida, as estruturas urbanas brasileiras de São Luís do Maranhão e de Belém do Pará, são de nítida geometria, e não muito posteriores às de Baçaim e de Damão. Torna-se assim aconselhável um entendimento da cidade indo-portuguesa dentro de uma muito maior diversidade de padrões, tipos e variantes (de estrutura, de localização, de forma) — e não por simples contraste com a do Brasil.

Mas voltemos às questões locativas e da escolha do sítio na Índia: do Malabar Sul ao golfo de Cambaia, o tipo de ocupação urbano-militar lusitana procura a partir de 1500 a foz dos rios (Damão, Cochim, Cranganor), as ilhas costeiras (Goa, Diu), os recessos do litoral (Chaul), ou os promotórios e penínsulas (Cananor, Baçaim).

As analogias de ambientação geográfica e de implantação são mesmo suficientes para tentar, para o período dos sécs. XVI-XVII, embora em termos muito gerais, uma comparação caso a caso, entre situações concretas de ocupação na Índia e no Brasil (como já analisámos noutro texto), escolhendo entre os exemplos mais significativos: tanto em Goa como na Bahia, cria-se um espaço territorial que recorda a representação em microcosmo do «longínquo» espaço metropolitano, quer em termos de «hinterland», quer como cidade. «No enclave do Malabar como no recôncavo baiano, tal analogia detecta-se na escolha de áreas ribeirinhas, litorais e insulares, para fixação principal, com implantação 'introvertida' e protegida do corso e do mar (Goa ao longo do Mandovi, Bahia dentro da enseada de Todos-os-Santos). Centenas de igrejas e de pequenas instalações rurais completam o quadro, com algumas povoações médias, insistindo numa densificação da área habitada que lhe dá coesão e reforça a similitude referida com a metrópole (...) Curioso é o gosto pela ocupação de ilhas costeiras ou próximas: Goa, Bardês e Salsete — a tríade deste território até ao séc. XVIII, ou Itaparica e Frades no recôncavo, sempre pontuadas por cidadezinhas como Margão (Índia) ou Itaparica (Brasil)».

Estas últimas, consideradas as «zonas de centralidade», fazem também parte dos dois todos mais vastos, continentais; e esse espaço imenso «...em confronto com os fracos recursos disponíveis leva à necessidade de o 'partir' em fragmentos (os essenciais ao domínio e poucos mais), que um entendimento talassocrático da ocupação reforça, e cujo reverso é a existência de extensas áreas intermédias por povoar. Tanto na Índia como no Brasil se vão definindo gradualmente várias zonas de permanência, que esquematicamente embora, se poderiam agrupar em três principais: o 'Norte', ou terra de fronteira, 'tampão' de interesses contrários, com preocupação militar dominante (o complexo de Cam-

baia, de Diu a Baçaim e Chaul, ou, no Brasil, a área de Maranhão e Pará, com Belém ou São Luís); o 'Centro', ou zona de dominação principal, que a equidistância geográfica aos restantes enclaves torna 'naturalmente' a sede de um governo geral, a curto ou médio prazo, com evidente vocação administrativa (é a região de Goa ou a de Bahia-Olinda); e finalmente o 'Sul', área de maior instabilidade ou de interesse secundário, onde por razões várias se torna difícil assegurar o enraizamento ou ele é menos essencial numa primeira fase (de Cochim a Cananor, ou do Rio a São Vicente).»

Podem comparar-se também os tipos de estrutura de cidade nos dois continentes: desde Goa (com ocupação desde 1510) e Olinda (fundada no Pernambuco em 1534), centros urbanos que procuram um domínio efectivo da terra, com implantação mais cautelosa aproveitando elementos naturais (barras, recifes), e onde o sistema muralhado é substituído ou completado por uma estrutura mais 'orgânica' ou 'livre' da malha interna, por sua vez adaptada ou distorcida pelo relevo local ou pré-existências; até a alguns centros desenvolvidos já a partir do séc. XVIII, como Margão (Salsete) e Ouro Preto (Minas Gerais), embora fundados relativamente afastados do litoral, que apresentam ainda a característica estrutura linear e irregular da rua «directa» principal e a sequência de «largos» pontuados por igrejas que definiram a cidade medievo-renascentista em Portugal.

Os Espaços Urbanos em África

Entendida a África não como um território uno, ou meta a atingir e colonizar (no período que aqui nos ocupa, do séc. XV ao XVIII), mas antes como «fragmentos» de um percurso para chegar à Índia ou explorar o Brasil, a ocupação em termos urbanísticos não se apresenta tão clara e coesa, podendo considerar-se, em esquema, as seguintes áreas geográficas individualizadas:

— As cidades ou cidadelas fortificadas do Norte de África, constituindo ocupações pioneiras (desde Ceuta, em 1415), as quais, sendo embora constantemente litorais, parecem ainda inspirar-se num modelo «fechado» de urbe muralhada — concepção talvez em «regressão» por razões defensivas — ou seja, parecem basear-se nas tipologias da cidade interior portuguesa dos finais da Idade Média, e não nas experiências

mais «abertas» das ilhas atlânticas. Nestas cidadelas se produzirão «re-encontros» de culturas urbanas já referidas, como a mulçumana e a cristã, dos quais o caso de Mazagão (hoje El Jadida) foi o mais duradouro e significativo, com obras de arquitectura notáveis e uma estrutura urbana desenvolvida (foi ocupada desde 1515 até 1769), mas sem esquecer os de Safim (1508 a 42), Azamor (1513-42) e até Mogador («jóia» numa ilha costeira, ocupada em 1506, por 4 anos — actual Essaouira).

— As múltiplas e pontuais fixações, a que poderíamos chamar proto-urbanas, ao longo da costa ocidental, da Mauritânia ao cabo da Boa Esperança, passando pelo golfo da Guiné, as quais, entre a ocupação de ilhas costeiras (Goreia, no Senegal), de feitorias litorais (Cacheu, na Guiné-Bissau, vila em 1605; São Jorge da Mina, no Gana, cidade em 1486 ocupada até 1637), de arquipélagos vizinhos (São Tomé, cidade em 1535, Santo António da ilha do Príncipe, Fernando Pó) ou de convidativas baías (Luanda, fundada em 1574) e rios (São Salvador do Congo), vão repetindo e ensaiando as modalidades marítimas e comerciais da cidade-fortificada ou da cidade aberta-insular, já faladas.

— As instalações ao longo da costa oriental, que pertencendo administrativa e funcionalmente ao então «Estado da Índia», lhe seguem de perto os modelos: ou são urbes construídas em ilhas costeiras (a de Moçambique, ocupada desde 1506, com analogias evidentes com a ilha de Diu no Guzarate, donde aliás os seus pedreiros foram originários), ou então cidadelas fortificadas na costa (como Mombaça, no Quénia, ocupada de 1527 a 1698), isto entre os exemplos mais significativos.

Desde o Século XVIII: Transformação de um Modelo

A Evolução na Metrópole

Entre os sécs. XVI e XVIII — embora sem apresentarem a dinâmica que detinham no anterior período medieval, nem tão-pouco o ritmo de crescimento das cidades coloniais suas contemporâneas — as urbes

portuguesas na Península Ibérica mostram algum desenvolvimento, traduzido sobretudo no ordenamento de novos espaços urbanos ou na criação de pequenas extensões planeadas.

Este crescimento lento é compreensível à luz de um país pouco povoado que então investia quase todos os seus recursos humanos na expansão marítima e na gestão dos espaços coloniais.

Com uma fase de crescimento naturalmente mais pronunciado no séc. XVI, essas cidades viram as extensões então lançadas ser lentamente preenchidas ao longo do período seguinte e até Setecentos, com sucessivas contribuições arquitectónicas, inicialmente renascentistas, depois ligadas ao ideário da Contra-Reforma e do desenho barroco.

Três cidades foram sobretudo marcadas por obras de prestígio com sentido urbano: Évora, cidade que D. João III chegou a pensar fazer capital, com o notável aqueduto quinhentista e a rede de chafarizes correspondente; Tomar, com as grandiosas obras de criação da nova praça frente à Igreja de S. João Baptista, ainda com D. Manuel, e depois com os novos claustros do conjunto templário; Braga, com a intervenção de D. Diogo de Sousa, entre 1505 e 1532, que ordenou os «campos» (praças urbanas extramuros) da Vinha, das Carvalheiras e de Santana, além do Largo Carlos Amarante, que foram depois agregadores de inúmeros edifícios públicos, entre igrejas, hospitais e conventos, suficientes para conter toda a expansão urbana até ao século XIX.

Mas de um modo geral, de norte a sul, todas as urbes da época acusam ainda hoje alguma marca quinhentista, da «Rua Nova», do convento reformado ou reconstruído, ou da Misericórdia dando novo sentido ao «Rossio» local. Viana do Castelo, Porto, Coimbra, Caldas da Rainha, Santarém, Tavira, serão exemplos entre vários, sem esquecer Lisboa — onde além de uma verdadeira grande extensão urbana quinhentista de expressão regular — o «Bairro Alto» — se podem apontar a definição da grande praça ribeirinha com o paço real e a alfândega (o «Terreiro do Paço»), e a praia de Belém com um mosteiro e uma graciosa torre militar...

Empobrecido gradualmente ao longo do séc. XVII, o que se reflecte na falta de dinâmica urbana e das hipotéticas extensões «barrocas» então correntes ao modo europeu, o País reforça porém uma série de povoações com notáveis redes de muralhas e baluartes, na sequência da guerra da independência com Espanha (1640-68) e das que se lhe sucedem neste conturbado período.

No Alentejo podem destacar-se Elvas (com fortificações desde 1643, por Rui Correia Lucas e outros) e Estremoz (murallas à «Vauban» desde fins do século XVII), nas Beiras a vila fortificada em «estrela» de Almeida, com obras já de Setecentos, no Minho a de Valença, interessantemente bipartida em dois núcleos ligados por ponte. Embora menores em importância, muitas outras cidades fortificadas se poderiam referir, desde Olivença, anexada a Espanha em 1801, até à litoral Setúbal, abaluartada em Seiscentos.

Note-se a importância que deverá ter tido neste contexto a criação da «Aula de Fortificação» pelo rei (1647), e a obra de Serrão Pimentel («Método Lusitânico de Fortificar as Praças Regulares e Irregulares») da mesma fase, continuada possivelmente em Azevedo Fortes (na obra «Engenheiro Português») e com Manuel da Maia, já em Setecentos.

Sinais de Mudança

É com D. Pedro II (1683-1706), no final do séc. XVII, que a estabilidade política regressa, em paralelo com o renovado investimento na colonização do Brasil, factos que permitirão o gradual surgimento de novo surto urbanístico, já informado por diferentes ideias e temas. Preparando a intervenção joanina e pombalina, já em pleno séc. XVIII, de cariz europeizante e iluminista, iniciar-se-á aqui uma transformação do modelo tradicional de cidade portuguesa, o qual progressivamente se descaracterizará, dando lugar a tipos urbanos de cidade interior, de desbravamento ou controlo de território e de vocação exploratória — no «continente» como nas colónias — servidos cada vez mais por uma estrutura geométrica rígida e centralizada a partir da «praça» fundadora (com uso dos chamados «traçados reguladores»). É também o sinal da afirmação dos temas urbanísticos internacionais, de cariz classicizante, sobre o anterior padrão «ribeirinho-paisagístico»... o qual naturalmente procura articular-se com as novas tendências, criando situações «de síntese» urbana por vezes com cargas originais, como se verá.

Enquanto na segunda metade de Seiscentos se confirma uma atitude tradicionalista nas áreas urbanas transatlânticas, há que assinalar a consolidação dos espaços públicos já existentes nos principais centros coloniais, e refazendo-se então sistematicamente os grandes edifícios. Assim sucede no Brasil, depois da restauração aos invasores holandeses,

como em Recife (Igreja Jesuíta, 1686-90), no Rio de Janeiro (São Bento, 1668) e sobretudo em Salvador da Bahia, onde se reedificam os espaços notáveis da Igreja Jesuíta (entre 1654 e 1694, actual Sé) e da Sé (1660-74); e também na Índia, firmando as poucas possessões sobrantes, em Velha Goa, com a reconstrução da igreja de São Francisco (1668) ou a edificação da de São Caetano (1656-1661). No final do mesmo século assinalam-se algumas fundações pioneiras do novo surto expansionista americano (Colónia de Sacramento, no Rio da Prata, Uruguai, em 1680, já com retícula bem regular); e em Portugal, destacam-se as tentativas falhadas de traçar uma «praça maior» no Porto (em 1687, e por iniciativa de D. Tomás de Almeida, em 1715), e a instauração de um barroco de «monumento e paisagem», de arquitectura com impacto urbano, pela construção em Lisboa da Igreja de Santa Engrácia desde 1681.

O Período Joanino-Pombalino

Um entendimento «moderno», urbano e global, da Lisboa de Setecentos começa com D. João V (1706-1750), que tenta acompanhar a escala dos velhos problemas e dos novos anseios da cidade, com a notável obra de abastecimento de água (Aqueduto das Águas Livres, com a arcaria de Alcântara, o arco monumental das Amoreiras e o gigantesco depósito, a «Mãe d'Água», no Rato, além dos ramais (São Bento, Necessidades), e da rede de chafarizes (Rato, Santos).

Isolado e arrabaldino, é de referir aqui o conjunto de Santo Antão do Tojal (1728-32), residência do patriarca cerca de Lisboa e projectada «à italiana» por Canevari, composto por habitação e «jogo de água», aqueduto, igreja e largo fronteiro — definição exemplar, em jeito de «programa mínimo», dos temas fulcrais do Barroco romano, com intenção de marcação pré-urbana.

Embora ficando em Lisboa — no que toca a equipamento — apenas dentro da restrita dimensão arquitectónica (nova Ópera no Paço), ou mesmo apenas na fase de projecto (nova patriarcal), a actuação joanina destaca-se em termos de simbólica urbana com a gigantesca obra do Convento de Mafra, espécie de Escorial nos arredores da capital, que gerou a estrutura de uma vila nova na sua imediação (Mafra), de malha irradiante algo à moda do tridente romano. Esta dimensão simbólica

só será retomada — fora de tempo e incompleta — pela fundação de Manique do Intendente, de cariz já neoclássico, perto de Santarém, «povoação ideal» composta por uma praça hexagonal, igreja e palácio, deixada incompleta por Pina Manique, chefe da polícia no período de D. Maria (1794-1807).

Na sequência da fase joanina — e portanto sem estabelecer um corte, pelo menos ao nível da concepção urbana — mas já plenamente assumindo a dimensão urbanizadora de sentido utilitário colectivo e apoiada em técnica tratadística, virá o consulado pombalino (1750-1775, durante o reinado de D. José), com a notável reconstrução do centro de Lisboa, arrasado depois do terramoto de 1755 (a «Baixa», em obra desde 1756, com a qualificada «praça maior» não assumida e aberta ao rio, que é afinal o novo Terreiro do Paço), e com o plano de um inovador conjunto industrial, encostado ao centro de distribuição de águas das Amoreiras, também na capital (e o incentivo à cidade industrial da Covilhã, no interior norte do País).

No Porto, sob a direcção dos Almadás, apoiados por Pombal, planeia-se uma malha de arruamentos rectilíneos a partir do centro tradicional (onde falhara a citada «praça maior»), como a Rua de São João, de 1757; e abre-se a neoclássica Praça da Ribeira (1765, por influência inglesa), numa cidade onde pouco antes (sobretudo entre 1732 e 1749) se firmara a contribuição arquitectónica de Nasoni, cujas torres de igrejas barrocas pontuam e inovam o perfil da cidade.

No restante território peninsular, pequenas fundações com objectivos fiscais, fronteiriços e colonizadores (Vila Real de Santo António, no Algarve; fundada em 1774), ou pensadas como suporte de exploração económica (Olhão, no Algarve; a vila piscatória de Porto Covo, na costa do Alentejo) seguem à risca um depurado traçado geométrico, que inclui a praça geradora e os quarteirões modulados — e completam esta «visão global» de ocupação e controlo do espaço nacional, tão cara ao pensamento iluminista (sem esquecer a reforma pós-terramoto de Setúbal e a vila da Nazaré).

As áreas coloniais mostram também uma clara continuidade de intenção urbanística actualizada e informada, entre os períodos joanino e pombalino, sobretudo no que refere a terra brasileira — continuidade provada pelas datações das ordens régias instauradoras, pelos seus conteúdos e pela expressão dos planos conhecidos, todos eles com cariz rigoroso e geométrico.

Podem referir-se, atravessando o tempo dos dois reinados, e situados na área do «sertão» interior: Vila Boa de Goiás, fundada em 1739,

com carta régia de 1736; Mariana, em Minas Gerais, fundada em 1745 (traça do brigadeiro Alpoim); Vila Bela da Santíssima Trindade (Mato Grosso), fundada em 1752 ou 57, com carta real de 1746; Vila Nova de São José (Rio Negro), com carta de 1755; Oeiras (no Piauí), com carta fundadora datada de 1761. Na área do Amazonas, Nova Mazagão (no Pará) permitia a instalação dos providos da anterior cidadela africana (com projecto de Inácio Mariz Sarmiento, em 1770).

Quanto ao Sul do Brasil, perdida ou ameaçada Sacramento, era então urgente a «marcação» contra o colonizador espanhol, podendo referir-se as fundações de Desterro (actual Florianópolis, em Santa Catarina), firmada entre 1747 e 1752, a de Laguna (sem data de fundação certa), a de São Pedro do Rio Grande (vila em 1747, consolidada em 1752-5), e a de Porto Alegre, actual capital do estado do Rio Grande (fundação em 1743, plano ordenador em 1772).

Em várias destas fundações o respectivo documento conhecido refere a criação da «praça» e das respectivas ruas em linha recta; sobre as cidades do Sul diz mesmo a Provisão Real de 9 de Agosto de 1747 que se «... assinalará um quadrado para a praça de quinhentos palmos de face, e em um dos lados se porá a igreja, a rua ou ruas se demarcarão ao cordel com largura ao menos de quarenta palmos, e por elas e nos lados da praça se porão as moradas por boa ordem...» — confirmando a nova procura de rigor geométrico e a clara concepção centralizante do espaço urbano.

Claro que nem todas as fundações urbanas procuravam este novo rigor, continuando a haver muitas fixações mais ou menos espontâneas: A «brutal» Ouro Preto, em muitos aspectos, revive ainda o modelo linear de «rua direita» irregular, assente sobre colinas e vales, agora no interior de Minas Gerais: mas mesmo aí, uma praça central de forma regular, sede do poder administrativo e militar, induz uma tentativa de «reforço urbanístico» do seu centro principal.

Nas outras possessões, com papel secundário em relação ao Brasil, há a assinalar esforços urbanizadores pelo menos em Angola (Novo Redondo, fundada em 1769 e reformada em 1785, com quarteirões regulares; Benguela, fundada de novo por Sousa Coutinho, entre 1764 e 1772; e a falhada construção da Fundação de Nova Oeiras perto de Luanda, pela mesma época), e em Goa (onde Pombal tenta a reconstrução «impossível» da arruinada Velha Goa — com planos, não executados, entre 1774 e 1777; e a instalação de Nova Goa - Pangim, com plano de 1776, mas só desenvolvida já no séc. XIX).

A Cidade Portuguesa nos Séculos XIX e XX

Inserindo-se perifericamente no tipo de crescimento geral das cidades europeias, que na primeira metade de Oitocentos iniciam uma expansão acelerada da sua área urbana em paralelo com a «industrialização selvagem» dos tecidos, as cidades em Portugal mostram na mesma fase uma transformação muito mais lenta — a sucessão de crises políticas e a instabilidade daí decorrente para isso contribuem — que se traduz sobretudo nas primeiras concentrações industriais (aproveitando geralmente vales e linhas de água) e nos humildes ajardinamentos e arborizações de velhos «largos» e «rossios».

Lisboa de novo se constitui em caso exemplar, com o desenvolvimento de áreas fabris sobretudo em Alcântara e Chelas, actividades essas que começam a gerar um proletariado urbano que se fixará e implantará pouco a pouco em bairros populares ao longo dos vales referidos. Paralelamente, a definição de uma «imagem burguesa» nos antigos espaços públicos da capital implicou a sua arborização e ocupação com jardins, com destaque para os do Passeio Público, junto ao Rossio, espécie de alameda gradeada (já iniciado em 1764), muito usado pela Corte na primeira metade de Oitocentos; e também para o de São Pedro de Alcântara, plataforma de colina ajardinada em 1839 junto ao velho «Bairro Alto» sinal de que, apesar de todos os sinais de mudança, o centro da cidade continuava muito tradicionalmente ainda a ser o Chiado e a Baixa.

Este centro, no entanto, reformado por Pombal desde 1756, abrirá então geométrica e potencialmente o caminho para a expansão urbana sobre os planaltos interiores, a norte da cidade, e em meados da centúria, Lisboa «hesita» precisamente entre a continuação da sua tradicional ligação ao rio Tejo, dentro do «espírito» ribeirinho secular (o aterro litoral entre o Cais do Sodré e Santos, desde 1860, deveria ter permitido a construção de um novo «bairro da Boavista», de tipo residencial, ao longo da costa), ou a escolha mais «europeia» do crescimento em «mancha de óleo» nos vastos e funcionais espaços livres para longe da água. São experiências da época o lançamento de novas extensões pontuais e limitadas (limitadas em área e na possibilidade de crescimento), como as dos bairros «em xadrez» de Campo de Ourique (1878, 1906) e da Estefânia (1880).

Optando decididamente pela segunda hipótese, com a abertura no sentido norte, desde o centro, da Avenida da Liberdade (1879),

segundo o modelo do «boulevard» parisiense, continuada depois pela vasta extensão planeada das Avenidas Novas (1888-1910, por Ressano Garcia) — ainda hoje suporte principal da «área de negócios» da capital — Lisboa vai reservar, em atitude muito funcionalista e prática, toda a faixa ribeirinha para a construção da complementar área portuária e industrial de tipo moderno. O reverso destas expansões será a habitação operária, agrupada precariamente, primeiro em «pátios» (dentro de velhos palácios), depois nas originais «vilas» (bairros de iniciativa privada), segregados do tecido urbano geral (como as «ilhas» do Porto).

Assim, as premissas mercantilistas de Setecentos e a velha tradição de urbe marinheira serão suplantadas, em Lisboa como nas outras cidades portuguesas principais, pela nova dinâmica capitalista e liberal do séc. XIX — imposta «de fora para dentro», desde a Europa industrial — facto em termos urbanísticos confirmado pela aplicação dos planos de extensão reticulada, funcionalista e viária, que privilegiam a novidade da «velocidade terrestre» dada pelos comboios e depois pelos «carros eléctricos».

Esta atitude de planeamento das malhas assentes na rede viária, nos transportes mecânicos e na retícula monótona de quarteirões «sem fim» surgirá de seguida ou em paralelo nas cidades secundárias do País, que se renovam muitas vezes apenas embrionariamente através do lançamento de uma única, longa e rectilínea avenida: exemplos são a da Boavista, no Porto, ou a dos Combatentes, em Braga. Um caso corrente, nas pequenas cidades de província, é o da dinâmica de crescimento gerada pelo caminho-de-ferro, cuja estação urbana, sempre implantada um pouco longe do centro antigo, ficará ligada a este por extensa avenida, por vezes geradora de uma pequena retícula de acompanhamento: casos típicos são os de Viana do Castelo (Av. dos Combatentes), da Figueira da Foz (Rua da República e bairro a norte) ou de Aveiro (Avenida Central), para citar apenas alguns.

Cidades novas, de raiz, são poucas nesta época em Portugal — é preciso fazer notar a pobreza nacional ao longo de toda a centúria, a sua consequente fraca dinâmica de crescimento, a dependência do exterior e o papel secundário e periférico que o País assume, no quadro económico da Europa Central e do Norte — Espinho, extensa e monótona retícula nos arredores do Porto, é um exemplo planeado «ex-novo» (sede de concelho em 1899, com vocação balnear), e, litoral embora, representa o abandono decisivo do modelo urbano tradicionalmente intimista e «paisagístico» portugueses.

A retícula de padrão internacional, meramente funcional e sem grandes pretensões formais, é um sistema que as áreas coloniais vão adoptar pelos finais do século, sempre que se prevê uma nova cidade ou o crescimento da existente. Podem referir-se Mindelo na ilha de São Vicente (1858, desejada nova capital da colónia de Cabo Verde), a Praia em São Tiago, também em Cabo Verde (1882), Bissau, na Guiné (plano de 1919, por José Guedes Quinhones), Moçamedes, em Angola (1880), Beira e Quelimane, em Moçambique, Pangim (Nova Goa) e Vasco da Gama (Mormugão, porto industrial) na Índia de administração portuguesa, e em Macau a extensão planeada a partir da Avenida Almeida Ribeiro, já nos inícios do séc. xx (1910); mas a mais interessante, pela dimensão e equilíbrio da concepção, é a de Lourenço Marques, em Moçambique (hoje Maputo), vasta quadrícula regular que transformará o antigo presídio em capital da colónia, e ainda hoje corresponde à quase totalidade da cidade (projecto de António José de Araújo, 1887).

O séc. xx, depois da crise do 1.º quartel (implantação da República, Guerra de 1914-18), e desde o início do «Estado Novo» (governo autoritário, desde 1926), assiste em Lisboa ao crescimento de áreas residenciais especulativas, para a classe média, servidas com arquitectura temperadamente modernizante e convencional (Bairro das Colónias, Bairro Azul, anos 30), sem enquadramento num plano geral; este só surgirá com Duarte Pacheco, ministro das Obras Públicas e presidente da Câmara (1932-43), que inicia então a fase moderna do planeamento urbano, com legislação sistemática e organismos oficiais próprios, dando-se início aos «planos de urbanização».

Baseados nas ideias da «cidade-jardim», constroem-se então alguns bairros para as classes pobres, que nunca serão verdadeiramente integrados na cidade, funcionando como *ghettos*: Alvito (1938), Encarnação (1948), por Paulino Montez, são disso exemplos.

O «Plano de Urbanização de Lisboa» (1938-48), que confirma a «colonização» teórica e técnica de expressão francesa no Portugal da época, é da autoria do urbanista De Gröer, que continuava um trabalho iniciado nos anos 29 por Alfred Agache. O plano, inspirado numa tradição de urbanismo eclético, entre o desenho monumental académico e as teorias de zonamento da «cidade-jardim» de raiz saxónica, dá à capital a dimensão, a rede viária e os equipamentos que ainda hoje a caracterizam: auto-estradas, cidade universitária, áreas expropriadas para habitação social do Estado, parques urbanos e um aeroporto. A sua aplicação, mercê da força e capacidade do poder político de então, foi relativamente sistemática e rápida, sendo de destacar

os planos parciais do Restelo e sobretudo de Alvalade, por Faria da Costa (primeiro urbanista português), construídos desde 1948, ao longo da década de 50 — mostrando notável equilíbrio entre as concepções do zonamento celular (com as «unidades de vizinhança») e a articulação com a «cidade dos quarteirões» existente, na área das avenidas de 1900.

No período entre finais dos anos 30 e meados dos 50, é notável a quantidade de planos de urbanização executados quer para quase todas as cidades e vilas de Portugal quer para as urbes coloniais (através do «Gabinete de Urbanização do Ultramar») das ilhas atlânticas, África, Índia, Macau e Timor; sem que essa produção correspondesse porém à sua implementação prática em muitas situações. No pós-guerra, e ao longo dos anos 60 e 70, a tendência geral nas grandes cidades foi, como na restante Europa, para a aplicação dos novos conceitos do urbanismo internacional, inspirados na «Carta de Atenas» do chamado «Movimento Moderno», com construção isolada de blocos em altura, assentes em sistemas de pilares, com espaços verdes entremeados, e separação da rede rodoviária e pedonal — em suma, uma cidade diluída e fragmentada: Olivais (1959), Chelas (anos 60) e Telheiras (anos 70) são grandes áreas de expansão de Lisboa, algumas ainda em construção, que adoptam esse tipo de ordenamento — como outras nos arredores da capital (Nova Oeiras, anos 50), ou no Porto (Ramalde, Pasteleira) e nas restantes cidades de província. Assim, por adopção inevitável de um modelo «europeu» mais aperfeiçoado, se distanciam ainda mais as urbes portuguesas da concepção da cidade tradicional ribeirinha, distanciamento confirmado e acentuado pelos vastos crescimentos suburbanos das décadas de 50-80, que criaram as «Áreas Metropolitanas» de Lisboa e Porto, à semelhança do fenómeno geral do crescimento urbano moderno.

A mudança do fenómeno urbano para esta «grande escala» vem permitindo porém, desde meados da década de 80, um distanciamento teórico, que viabiliza um repensar global da cidade, e incentiva uma nova tendência de valorização da cidade antiga (em Lisboa, com os gabinetes de recuperação dos bairros históricos de Alfama, Mouraria, Bairro Alto), de valorização da faixa litoral (com os planos para a recuperação da zona ribeirinha, em Lisboa, Porto, Viana do Castelo, Tavira) e do retomar da importância cultural das funções do centro da capital (plano de recuperação do Chiado, em Lisboa, por Siza Vieira), agora com uma dimensão internacional e nova crença na «capitalidade».



1. Convento de Cristo em Tomar: Claustro de D. João III, ou «dos Filipes» (1557-1562), obra maneirista por Diogo de Torrvalva, tendo por fundo o corpo da igreja manuelina (1510-11, por Diogo de Arruda, que aproveitou a charola medieval): exemplo da conjugação de estilos distintos e contraditórios, dentro do sentido tradicionalista e integrador da arquitectura portuguesa.



2. Conventinho de Valverde, nos arredores de Évora, de cerca de 1550-60 (em primeiro plano, escola por Manuel Tainha, dos anos 60 do século xx): simplicidade, ruralidade, sentido de paisagem.

3. Igreja de São Paulo, Macau, China (1602-1626): padrões clássicos preenchidos por artistas nipónicos, ou o sentido ecléctico e a capacidade de absorção da arquitectura portuguesa





4. Capela da Senhora da Rocha, Armação de Pêra, Algarve: fruto da tradição moçárabe, provinda das influências visigóticas, muçulmanas e cristãs elaboradas ao longo da Idade Média.

5. Igreja da aldeia nortenha de Covas do Barroso, Trás-os-Montes: o Românico português, rural, simples e de pequena escala.





6. Igreja da Graça, em Santarém, de meados do século xv: a divulgação da temática gótica, dentro do «ciclo batalhino», lançado pela Igreja de Santa Maria da Vitória, na Batalha.



7. Castelo do Penedono, Beira: pequena fortificação reconstruída em Quatrocentos: o difícil povoamento do interior português.



8. Igreja matriz de Mértola, Alentejo: sobre um interior de mesquita muçulmana (de finais do século XII), a gramática graciosa e decorativa do manuelino (reforma no início do século XVI).

9. Capela do monte de São Tomé de Meliapor, nos arredores de Madrastra: a mesma presença manuelina, num santuário quinhentista da Índia (1547, alterado no século XVIII).





10. Igreja matriz da Ribeira Grande, ilha de São Miguel, Açores: o «Barroco Atlântico», regional, decorativo, basáltico e rude, de meados do século xvii.

Depois de 1500, até 1780



11. Fachada da igreja do Colégio Jesuíta em Baçaim, arredores de Bombaim, Índia (de 1636): a tradição clássica da «arquitetura chã», com desejos de monumentalidade.



12. Fachada da igreja jesuíta de Diu, no Guzarate, Índia (construída em 1601 por Gaspar Soares): a cal e a cor.

13. Igreja de São Francisco, Diu, Guzarate, Índia: a austera imagem franciscana dos pórticos de três arcos, em contexto hindu.



Depois de 1500, até 1780



14. Altar-mor da Igreja da Mãe de Deus, em Damão-Praça, nos arredores de Bombaim: talha dourada com inspiração indo-portuguesa.



15. Igreja do Espírito Santo e cruzeiro em Margão, Salcete, Goa: poderá falar-se de uma «arquitetura chã indo-portuguesa».

16. Igreja matriz de Nossa Senhora do Rosário, Cachoeira, arredores de Salvador da Bahia: o desenho «chão» no Nordeste brasileiro, e na passagem para o século XVIII (1693-1747).





17. Sé de Goa, Velha Goa, Índia (iniciada em 1562): a maior igreja portuguesa, no coração da «Goa Dourada», contemporânea da Sé de Portalegre (no Alentejo) e como esta do tipo «hallenkirche».

18. Igreja do Colégio de Salvador da Bahia (1654-94, actual Sé), no Brasil, e na então capital do comércio da cana-de-açúcar.





19. Portas da fortaleza de São Jerônimo, Damão, arredores de Bombaim, Índia (1614-27): a fortificação «à italiana» com decoração de sabor vernáculo.

20. Portas da fortaleza de Santa Cruz, na ilha de Anhatomirim, Santa Catarina, Brasil (iniciada em 1739): influências formais do Oriente?





21. Solar de «Água de Peixes», arredores do Alvito, Alentejo (fins do século xv): o estilo manuelino na arquitectura civil, ou um proto-renascimento de raiz portuguesa e inspiração mudéjar.

22. «Claustro dos Geraís», da Universidade de Évora (1566-74, por Manuel Pires, António e Afonso Álvares, alterado no século xviii).





23. Solar das Necessidades, Livramento, ilha de São Miguel (século XVIII): a «casa de quinta» rural do Atlântico, no período de D. João V e do ouro do Brasil.

24. «Casa grande» do engenho Freguesia (meados do século XVIII), na margem da baía de Todos-os-Santos, arredores de Salvador, Brasil: a «casa de quinta» portuguesa como sede da exploração do açúcar.





25. Janela mainelada neo-manuelina no «Palace-Hotel de Buçaco» (1888-1907, por Luigi Manini), nos arredores de Coimbra: o mais característico revivalismo romântico português.

26. Átrio de habitação em Aveiro, com azulejos, ferros e mobiliário de influência «Art Nouveau»: os modelos europeus na arquitectura portuguesa.





27. Elevador de Santa Justa (1902, por Raul Mesnier du Ponsard), na Baixa de Lisboa: a «Arquitetura do Ferro» industrial ao serviço da «cidade das colinas» lusitana.



28. «Vila Bertha» (1902-08, por Joaquim Tojal), conjunto de habitação popular em Lisboa: ferro e tijolo ao serviço de programas urbanos proto-modernos.

29. «Mercado dos Lavradores», no Funchal, ilha da Madeira (1940, por Edmundo Tavares): a arquitectura modernista dos inícios do betão armado actua na modernização das cidades.





30. Pousada de Valença, Minho (anos 50, por João Andresen): a arquitectura moderna inspirada nos modelos e materiais da tradição vernácua.

31. Pavilhão da Faculdade de Arquitectura do Porto (1987, por Siza Vieira): o desenho purista, depurado e abstracto, como imagem simbólica da arquitectura actual — e futura.





32. Corpo da fachada da Igreja dos Jerónimos, em Belém, Lisboa (iniciada em 1498-1500, por Diogo Boytac, continuado por João de Castilho e por Diogo de Torralva); a obra máxima do manuelino.



33. Terreiro do Paço (por Eugénio dos Santos e Carlos Marçel), a praça real integrada na nova Baixa lisboeta depois do terramoto de 1755: o sentido «chão» revisitado pelo Iluminismo português.

34. As arcadas do «Aquaduto das Águas Livres», Alcântara, Lisboa (1729-48, por Manuel da Maia, Custódio Vieira e outros): a dimensão grandiosa da obra pública de D. João V.





35. Igreja de Santa Engrácia (actual Panteão Nacional), de 1681-1712, por João Antunes: a fusão do dinamismo barroco «à romana» com a «carrure» tradicionalmente nacional.



36. Pormenor da fachada do cinema «Éden», Lisboa (Cassiano Branco e Carlos Dias, 1931): entre a Art-Deco e o Futurismo, a maior obra modernista da cidade.



37. «Império» do Espírito Santo, Ilha Terceira, Açores: um pequeno templo-altar de rituais festivos, com origem medieval, mas ainda vivos nas «ilhas atlântidas».



38.
«Balcão» de casa goesa
(em Santa Cruz),
evocação provável do alpendre
solarengo português
na Índia.



39.
Avarandado em madeira,
nas traseiras de uma habitação,
Alcântara, Maranhão, Brasil:
o quintal
adaptado aos trópicos.



40. Casa com telhados «múltiplos» e de «tesoura», em Tavira, no Algarve: a casa meridional, de alvenaria caiada, com ressaibros orientais.



41. Conjunto rural em Salzedas, nos arredores de Lamego: construções à volta de um pátio, ligadas por «pontes» (galerias) entre si: a casa do Norte, a pedra e a madeira.



42. Mértola, junto ao rio Guadiana: marca de uma tradição urbana implantada desde a romanização e prolongada pelos Muçulmanos, mais forte no Sul do País.

43. Lisboa, «cidade-padrão» para a génese das cidades portuguesas ultramarinas: formação ribeirinha, à beira do Tejo, entre colinas e vales, inventando «baixas» e «altas».





44. Tomar, no Ribatejo: a cidade geométrica mais exemplar, de formação medieval e templária, espraiada desde o castelo à beira do rio Nabão.

45. Angra do Heroísmo, cidade da ilha Terceira, Açores: fundada no século xv, com uma extensão geométrica e planeada no século xvi, típica urbe comercial transatlântica.





46. Óbidos, vila medieval muralhada: sequência ordenada de rua «directa» (ou «direita») e de «largos», típica do urbanismo português depois transposto para além-mar.

47. Tavira, cidade medieva que «procurou o mar» espalhando-se pela «baixa» litoral, na sequência dos Descobrimentos portugueses.

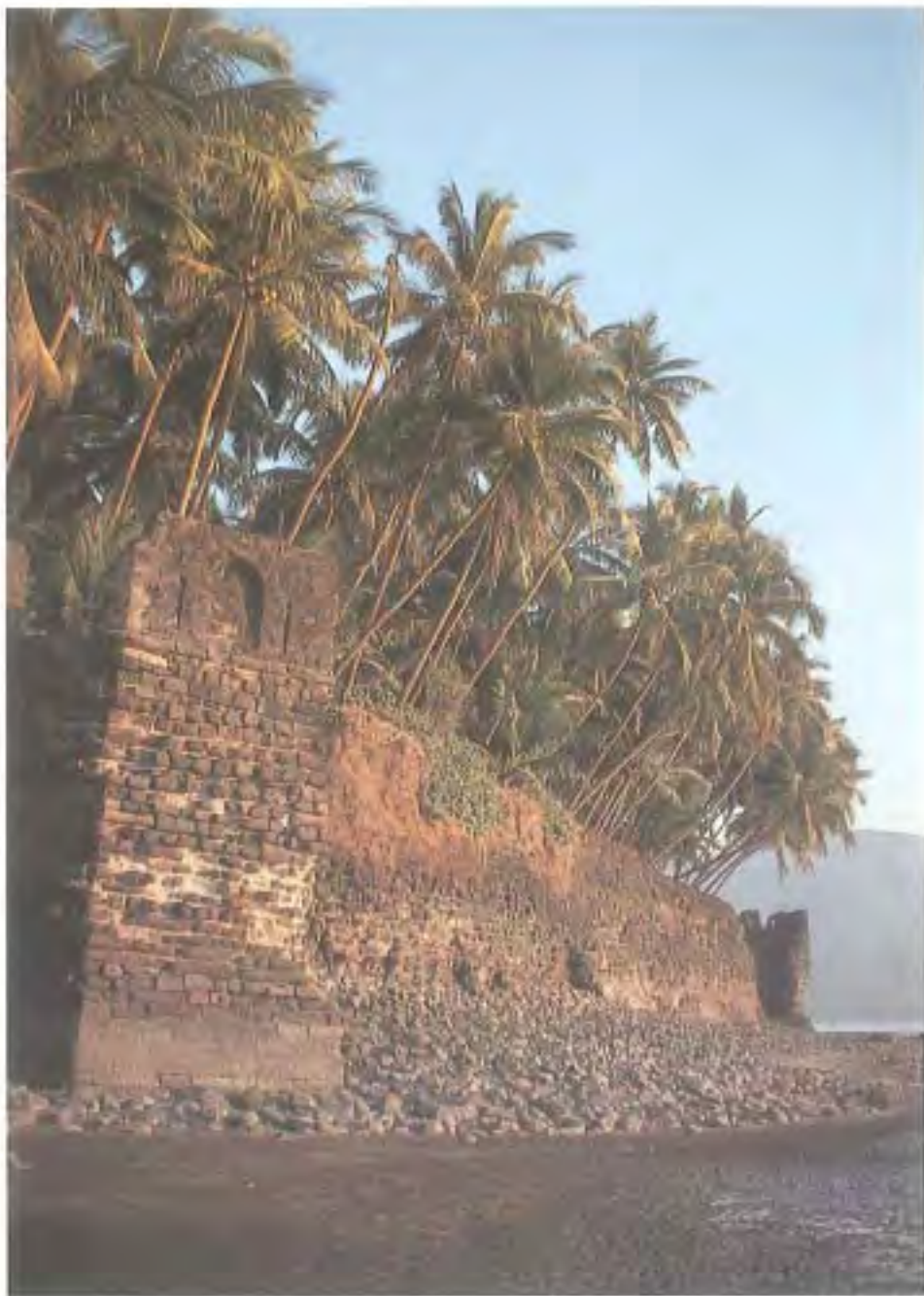




48. Olinda, no Pernambuco, Brasil: cidade quinhentista, agrária e «orgânica», cuja estrutura, entre colinas e vales, recorda a da cidade de Goa.

49. «Vila Rica» de Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil: de fundação quase espontânea pelos pesquisadores de ouro, no século XVIII, organizou-se ao modo das cidades nortenhas de Portugal.





50. Muralhas de Chaúl, nos arredores de Bombaim, Índia: fundação quinhentista sobre base muçulmana, foi uma típica feitoria fortificada das «Províncias do Norte», entre especiarias e comércio.

BIBLIOGRAFIA *

Capítulo 1

- PANOFSKY, ERWIN — *L'Œuvre D'Art et Ses Significations*, Editions Gallimard, Paris.
LÉVI-STRAUSS, CLAUDE — *Mito e Significado*, Edições 70, Lisboa 1979.
MENDES, JOSÉ M. AMADO — *A História como Ciência*, Coimbra Editora, Coimbra 1988.

Capítulo 2

- CHUECA GOITIA, FERNANDO — *Invariantes Castizos de la Arquitectura Española*, Editorial Dossat, Madrid 1979.
RIO-CARVALHO, MANUEL — «Para Uma Compreensão da Arte Nova», in *revista «Colóquio»*, n.º 41, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1966.
FRANÇA, JOSÉ-AUGUSTO — *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Livraria Bertrand, Lisboa 1966.
SILVA, PAIS DA — «Nota sobre a Arquitectura dos Jesuítas no Espaço Português», comunicação in *Congresso Histórico do Portugal Medieval*, Braga 1959.
— «Arquitectura e Urbanística em Portugal Continental», in *revista «Arquitectura»*, n.º 134, Lisboa 1979.
RODRIGUES, MARIA JOÃO MADEIRA — «Tradição, Transição e Mudança — A Produção do Espaço Urbano na Lisboa Oitocentista», in *Boletim da Assembleia Municipal de Lisboa*, n.º 84, Lisboa 1979.
LINO, RAUL — *L'Évolution de L'Architecture Doméstique au Portugal*, Institut Français au Portugal, Lisboa 1937.
PESSOA, FERNANDO — «Ibéria», inédito in *revista «Raiz e Utopia»*, n.ºs 7-8, Lisboa.
SANTOS, REYNALDO DOS — «Carácter da Arte Portuguesa através dos Tempos», in *revista «Colóquio»*, n.º 14, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1961.
TÁVORA, FERNANDO; ALVES COSTA, ALEXANDRE — «Algumas Hipóteses para uma Caracterização da Arquitectura Portuguesa e do Interesse da Sua Relação com o Património Construído no Mundo», comunicação in *I Congresso do Património Luso Construído no Mundo*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1987.
FERNANDES, JOSÉ MANUEL — «Editorial — A Propósito de um Livro», in *revista «Arquitectura»*, n.º 137, Lisboa 1980.

* Esta *Bibliografia* é apresentada seguindo a sequência temática do texto.

Capítulo 3

- ALARCÃO, JORGE DE — «Do Paleolítico à Arte Visigótica», in *História da Arte em Portugal*, volume 1, Publicações Alfa, Lisboa 1986.
- Roteiros da Arqueologia Portuguesa: 1 — Lisboa e Arredores* — Instituto Português do Património Cultural, Lisboa 1986.
- Roteiros da Arqueologia Portuguesa: 2 — Ruínas de Conímbriga* — Instituto Português do Património Cultural, Lisboa 1989.
- Roteiros da Arqueologia Portuguesa: 3 — Miróbriga* — Instituto Português do Património Cultural, Lisboa 1990.
- I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana — Setúbal 1985* — Instituto Português do Património Cultural, Lisboa 1986.
- «Arqueologia no Vale do Tejo» — Catálogo da Exposição — Instituto Português do Património Cultural, Lisboa 1987.
- SILVA, TAVARES DA; SOARES, JOAQUINA — *Arqueologia da Arrábida*, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa 1986.
- Museu Regional de Sintra*, «Sintra — I-II 1982-1983», *Revista de Estudos de Arqueologia, Arte e Etnografia*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1987.
- SILVA, AUGUSTO VIEIRA DA — *Dispersos*, 3 volumes, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa 1954-1960.
- MOITA, IRISALVA — «O Teatro Romano de Lisboa», in *Revista Municipal*, n.º 124/5, Lisboa 1970.
- As Termas Romanas da Rua da Prata*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa 1977.
- TORRES, CLÁUDIO; SILVA, LUIS ALVES DA — *Mértola, Vila Museu*, Campo Arqueológico de Mértola, 1989.
- ALMEIDA, CARLOS ALBERTO FERREIRA DE — «Arte da Alta Idade Média», in *História da Arte em Portugal*, vol. 2, Publicações Alfa, Lisboa 1986.
- ALMEIDA, FERNANDO DE — «Arte Visigótica em Portugal», in revista «*O Arqueólogo Português*», nova série, IV, Lisboa 1962.
- CORREIA, VERGÍLIO — «Arte Visigótica», in *História de Portugal*, vol. I, Portucalense Editora, Barcelos 1922.
- PESSANHA, D. JOSÉ DE — *São Pedro de Balsemão* — Instituto Português do Património Cultural, Lisboa 1986.
- LOPES, DAVID — «O Domínio Árabe», in *História de Portugal*, volume I, Portucalense Editora, Barcelos 1928.
- SILVA, AUGUSTO VIEIRADA — *A Cerca Moura de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa 1939.
- ALMEIDA, CARLOS ALBERTO FERREIRA DE — «O Românico», in *História da Arte em Portugal*, volume 3, Publicações Alfa, Lisboa 1986.
- SANTOS, REYNALDO DOS — *O Românico em Portugal*, Lisboa 1955.
- SILVA, AUGUSTO VIEIRA DA — *A Cerca Fernandina de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa 1949.
- CHICÓ, MÁRIO TAVARES — *A Arquitectura Gótica em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa 1954.
- DIAS, PEDRO — «O Gótico», in *História da Arte em Portugal*, volume 4, Publicações Alfa, Lisboa 1986.
- RODRIGUES, JORGE; PEREIRA, PAULO — *Santa Maria de Flor da Rosa*, Câmara Municipal do Crato, 1986.

- ALMEIDA, JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA DE — *Tesouros Artísticos de Portugal* (coordenador), Selecções do Reader's Digest, Lisboa 1976.
- Aspectos da Arquitectura Portuguesa 1550-1950*, catálogo da exposição, edição da Comissão Organizadora das Comemorações do 4.º Centenário do Rio de Janeiro, com textos de Mário T. Chicó, J. H. Pais da Silva e A. E. Viana de Lima, Rio de Janeiro 1965-6.
- DIAS, PEDRO — *A Arquitectura Manuelina*, Livraria Civilização Editora, Porto 1988.
- SANTOS, REYNALDO DOS — *O Estilo Manuelino*, Lisboa 1952.
- SILVA, JORGE HENRIQUE PAIS DA — *Páginas de História de Arte*, Editorial Estampa, Lisboa 1986.
- SILVA, JOSÉ CUSTÓDIO VIEIRA DA — *O Tardo-Gótico em Portugal — A Arquitectura no Alentejo*, Livros Horizonte, Lisboa 1989.
- MOREIRA, RAFAEL — *Jerónimos*, Verbo, Lisboa 1987.
- Évora: A Fortaleza*, Catálogo da exposição, Instituto Português do Património Cultural, Lisboa 1989.
- CÂMARA, TERESA BETTENCOURT DA — *Óbidos — Arquitectura e Urbanismo*, Câmara Municipal de Óbidos e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa 1990.
- HAUPT, ALBRECHT — *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*, Editorial Presença, Lisboa 1985 (1.ª edição na Alemanha em 1890).
- SILVA, JORGE HENRIQUE PAIS DA — *Estudos sobre o Maneirismo*, Editorial Estampa, Lisboa 1983.
- CORREIA, JOSÉ EDUARDO HORTA — «A Arquitectura — Maneirismo e Estilo Chão», in *História da Arte em Portugal*, volume 7, Publicações Alfa, Lisboa 1986.
- MOREIRA, RAFAEL — «A Arquitectura Militar», in *História da Arte em Portugal*, volume 7, Publicações Alfa, Lisboa 1986.
- GOITIA, FERNANDO CHUECA — *El Escorial, Piedra Profética*, Instituto de España, Madrid 1986.
- KUBLER, GEORGE — *Portuguese Plain Architecture — Between Spices and Diamonds — 1521-1706*, Wesleyan University Press, Middletown — Connecticut, 1972.
- PEREIRA, JOSÉ FERNANDES — *Arquitectura Barroca em Portugal*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa 1986.
- CARVALHO, AYRES DE — *D. João V e a Arte do Seu Tempo*, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa 1971.
- GOMES, PAULO VARELA — *A Cultura Arquitectónica e Artística em Portugal no Século XVIII*, Editorial Caminho, Lisboa 1988.
- CARVALHO, AYRES DE — *As Obras de Santa Engrácia e os Seus Artistas*, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa 1971.
- Mosteiro de Tibães*, Instituto Português do Património Cultural, Braga 1988.
- MECO, JOSÉ — *Azulejaria Portuguesa*, Livraria Bertrand, Lisboa 1985.
- Dicionário de Arte Barroca em Portugal*, coordenação de José Fernandes Pereira, Editorial Presença, Lisboa 1990.
- BOTTINEAU, YVES — «L'Architecture aux Açores du Manuelin ao Baroque», in *Colóquio*, n.º 19, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1977.
- AZEVEDO, CARLOS DE — *A Arte de Goa, Damão e Diu*, Comissão Executiva do V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama, Lisboa 1970.
- BAZIN, GERMAIN — *L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil*, Paris 1956. (Edição brasileira: Editorial Record, Rio de Janeiro 1983).

- KUBLER, GEORGE; SORIA, MARTIN — *Art and Architecture in Spain and Portugal and their American Dominions 1500-1800*, The Pelican History of Art, Londres 1959.
- CARVALHO, AYRES DE — *Os Três Arquitectos da Ajuda — Do «Rocaille» ao Neoclássico*, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa 1979.
- FRANÇA, JOSÉ-AUGUSTO — *A Arte em Portugal no Século XIX (1780-1910)*, Livraria Bertrand, Lisboa 1967.
- ANACLETO, REGINA — «Neo-classicismo e Romantismo», in *História da Arte em Portugal*, volume 10, Publicações Alfa, Lisboa 1986.
- RIO-CARVALHO, MANUEL — «Do Romantismo ao Fim do Século», in *História da Arte em Portugal*, volume 11, Publicações Alfa, Lisboa 1986.
- Estética do Romantismo em Portugal*, Grémio Literário, Lisboa 1974.
- FRANÇA, JOSÉ-AUGUSTO — *A Arte em Portugal no Século XX (1910-1961)*, Livraria Bertrand, Lisboa 1974.
- PORTAS, NUNO — «A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal — Uma Interpretação», in *História da Arquitectura Moderna*, por Bruno Zevi, Editora Arcádia, Lisboa 1973.
- ALMEIDA, PEDRO VIEIRA DE; FERNANDES, JOSÉ MANUEL — «A Arquitectura Moderna», in *História da Arte em Portugal*, volume 14, Publicações Alfa, Lisboa 1986-90.

Capítulo 4

- FRANCISCO M. DE SOUSA VITERBO — *Dicionário Histórico dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses* (1.^a edição de 1899 a 1922); Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa 1988.
- ANDRADE, ARSÉNIO SAMPAIO DE — *Dicionário Histórico e Biográfico de Artistas e Técnicos Portugueses (Séculos XIV-XX)*, Lisboa 1959.
- Inventário Artístico de Portugal*, edição da Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa: volume I — Distrito de Portalegre, 1943 por Luís Keil; volumes 2 e 4 — Distrito de Coimbra, 1947-52, por Virgílio Correia e Nogueira Gonçalves; volume 3 — Distrito de Santarém, 1949, e volume 5 — Distrito de Leiria, 1955, ambos por Gustavo de Matos Sequeira; volume 7 — Concelho de Évora, 1966, por Túlio Espanca.
- Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, relativo a edifícios classificados (anos 40-60), Ministério das Obras Públicas, Lisboa.
- LACERDA, AARÃO DE — *História da Arte em Portugal*, Porto 1942-1953.
- SANTOS, REYNALDO DOS — *Oito Séculos de Arte Portuguesa*, Lisboa, s/data.
- SANTOS, REYNALDO DOS — *A Arquitectura em Portugal*, Lisboa 1929.
- VASCONCELOS, JOAQUIM DE — *A Arquitectura Religiosa em Portugal*, Porto 1914-15.
- SEGURADO, JORGE — *Francisco D'Ollanda*, Edição Excelsior, Lisboa 1970.
- MOREIRA, RAFAEL — «Novos dados sobre Francisco de Holanda», in revista «Sintria», n.º 1-2, 1982-83, Câmara Municipal de Sintra, Sintra 1987.
- DESWARTE, SYLVIE — «Francisco de Holanda, Teórico entre o Renascimento e o Maneirismo», in *História da Arte em Portugal*, volume 7, Publicações Alfa, Lisboa 1986.
- BATTELLI, GUIDO; COELHO, HENRIQUE TRINDADE — «Filippo Terzi, architetto e ingegnere militare in Portogallo (1577-97)», in *Documenti inediti dell' Archivio di Stato di Firenze e della Biblioteca Oliveriana di Pesaro*, Florença-Lisboa 1960.
- BIRG, MANUELA — *João Antunes — Arquitecto — 1643/1712*, catálogo da exposição, Instituto Português do Património Cultural, Lisboa 1988.

- WOHL, HELLMUT — «Carlos Mardel and his Lisbon Architecture» in *Revista Apollo*, n.º 134, 1973.
- SMITH, ROBERT C. — *Nicolau Nasoni, Arquitecto do Porto*, Lisboa 1966.
- Associação dos Arquitectos Portugueses — *José Luís Monteiro*, Lisboa 1990.
- TAVARES, ADALBERTO — «Ventura Terra», in revista «*Arquitectura Portuguesa*» n.º 10, de 9/1986-1/1987, Lisboa 1987.
- Fundação Calouste Gulbenkian — *Raul Lino — Exposição Retrospectiva da Sua Obra*, Lisboa 1970.
- Associação dos Arquitectos Portugueses — *Cassiano Branco*, catálogo da exposição, Lisboa 1986.
- D'Aujourd'Hui, L'Architecture* — «Álvaro Siza — Projects et réalisations 1970-1980», revista n.º 211, de 10/1980, Paris 1980.
- Architecti*: «Álvaro Siza Vieira», revista n.º 3, de 12/1989, edição Editora Trifório, Lisboa 1989.

Capítulo 5

- VASCONCELOS, J. LEITE DE — *Etnografia Portuguesa*, Lisboa (anos 10-20, sobretudo volumes II e VI, reedição Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980 e 1985, respectivamente).
- RIBEIRO, ORLANDO — *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Livraria Sá da Costa, Lisboa 1945.
- RIBEIRO, ORLANDO — *Geografia e Civilização*, Livros Horizonte, Lisboa, (anos 60).
- RIBEIRO, ORLANDO — *A Ilha da Madeira até meados do Século XX — Estudo Geográfico*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa 1985.
- DIAS, JORGE; OLIVEIRA, ERNESTO VEIGA DE; GALHANO, FERNANDO — *Sistemas Primitivos de Moagem em Portugal — Moinhos de Água e Azenhas: Moinhos de Vento*, Porto 1959.
- Associação dos Arquitectos Portugueses — «Arquitectura Popular em Portugal», 1.ª ed. 1961, 2.ª ed. 1980, 3.ª ed. 1988, Lisboa.
- OLIVEIRA, ERNESTO VEIGA DE e GALHANO, FERNANDO — «Arquitectura», in *Arte Popular em Portugal*, I volume, Editorial Verbo (anos 60), Lisboa.
- OLIVEIRA, ERNESTO VEIGA DE; PEREIRA, BENJAMIM; e GALHANO, FERNANDO — «Sistemas de Moagem», ed. INIC, Lisboa 1983.
- «Tecnologia Tradicional Agrícola dos Açores», ed. INIC 1987, Lisboa.
- «Notas de Etnografia Insular — Moinhos de Vento — Açores e Porto Santo», Lisboa 1965.

Capítulo 6

- AZEVEDO, CARLOS DE — *Solares Portugueses — Introdução do Estudo da Casa Nobre*, Livros Horizonte, Lisboa 1969.
- ALARCÃO, JORGE DE — *Introdução ao Estudo da Casa Romana*, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra 1985.
- PEREIRA, NUNO TEOTÓNIO — *Evolução das Formas de Habitação Plurifamiliar na Cidade de Lisboa*, policopiado, Lisboa 1979.
- OLIVEIRA, ERNESTO VEIGA DE; GALHANO, FERNANDO — *Casas Esquias do Porto e Sobrados do Recife*, Pool Editora, Recife 1986.

- CALDAS, JOÃO VIEIRA — *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*, dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1987.
- OLIVEIRA, CARLOS S.; CABRITA, A. M. REIS — «Tipificação do Parque Habitacional — Documento Introdutório do Tema», in *1.º Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios de Habitação*, documentos introdutórios e comunicações, L.N.E.C., Lisboa 1985.

Capítulo 7

- SAVORY, H. N. — *Espanha e Portugal (do Paleolítico à Idade do Ferro)*, Editorial Verbo, Lisboa 1974.
- CORREIA, JOSÉ EDUARDO HORTA — «Urbanismo em Portugal», in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Publicações Alfa, Lisboa 1984.
- FERNANDES, JOSÉ MANUEL — «O Lugar da Cidade Portuguesa», in revista *Povos e Culturas*, n.ºs 2-3, dedicado ao tema «A Cidade em Portugal», edição do C.E.P.C.E.P. — Universidade Católica de Lisboa, Lisboa 1987.
- RIBEIRO, ORLANDO — «Cidade», entrada no «Dicionário da História de Portugal», dirigido por Joel Serrão, Iniciativas Editoriais, Lisboa 1963.
- SMITH, ROBERT — «Arquitectura Colonial», in *As Artes da Bahia — I Parte*, Livraria Progresso Editora, Bahia 1955.
- GASPAR, JORGE — «Estudo Geográfico das Aglomerações Urbanas em Portugal Continental», in revista *Finisterra*, vol. x, n.º 19, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa 1975.
- ALARCÃO, JORGE DE — *O Domínio Romano em Portugal*, Publicações Europa-América, Lisboa 1988.
- ALMEIDA, C. A. FERREIRA DE — «Urbanismo Românico», in *História da Arte em Portugal*, volume 3, Publicações Alfa, Lisboa 1986.
- MARQUES, A. H. DE OLIVEIRA — «Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa» in *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa 1988.
- MARQUES, A. H. DE OLIVEIRA; GONÇALVES, IRIA; ANDRADE, AMÉLIA AGUIAR — *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.
- ALMEIDA, JOÃO DE — *Reprodução anotada do Livro das Fortalezas de Duarte D'Armas*, Editorial Império Limitada, Lisboa 1943.
- Castelos — Raia da Beira — Distrito da Guarda*, catálogo da exposição, Instituto Português do Património Cultural/Museu da Guarda, Lisboa 1988.
- GASPAR, JORGE — «A Morfologia Urbana de Padrão Geométrico na Idade Média», in revista «*Finisterra*», volume IV, n.º 8, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa 1969.
- ATIENZA, JUAN G. — *La Mística Solar de Los Templários*, Martinez Roca S. A., Barcelona 1983.
- GONÇALVES, FERNANDO — *A Ordem da Espada e as Praças de África*, policopiado, I Colóquio Luso-Brasileiro do Património, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1983.
- RIBEIRO, ORLANDO — *Introduções Geográficas à História de Portugal*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa 1977.
- SILVEIRA, LUÍS — *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, 4 volumes, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.
- RIBEIRO, ORLANDO — *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa 1962.

- PORTAS, NUNO — *Interrogações sobre as Especificidades das Fundações Urbanas Portuguesas*, policopiado, Porto 1985.
- BRENNA, GIOVANNA ROSSO DEL — «Medieval ou Barroco? Proposta de Leitura do Espaço Urbano Colonial», in revista «*Barroco 12*», Belo Horizonte, 1983.
- RODRIGUES, MARIA JOÃO MADEIRA — «Fundamentos da Teoria do Urbanismo Colonial Português», in revista «*Belas-Artes*», Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes, 3.ª série, n.º 7, Lisboa 1985.
- FERNANDES, JOSÉ MANUEL — «O Funchal e o Urbanismo de Raiz Portuguesa no Atlântico — Estudo Comparativo e de Enquadramento Histórico-Estrutural», in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, D. R. A. C., Funchal 1986-1990.
- FERNANDES, JOSÉ MANUEL — «Ribeira Grande — Do Urbanismo, da Arquitectura Civil, da Simbólica», in «*Semana do Barroco*», Ribeira Grande 1988.
- FERNANDES, JOSÉ MANUEL — *Angra do Heroísmo*, Editorial Presença, Lisboa 1989.
- SANTOS, PAULO F. — *Formação de Cidades no Brasil Colonial*, Coimbra 1968.
- BENEVOLO, LEONARDO — «Las Transformaciones Urbanas del Siglo XVI», in *História de la Arquitectura del Renacimiento*, volume I, Gustavo Gili, México 1981.
- GUTIERREZ, RAMON — *Arquitectura y Urbanismo en Iberoamerica*, Ediciones Cátedra S. A., Madrid 1983.
- CORREIA, JOSÉ EDUARDO HORTA — *Urbanismo Barroco*, policopiado, Lisboa 1989.
- MARX, MURILLO — *Cidade Brasileira*, Universidade de São Paulo, 1980.
- CASTRO, JOSÉ DE — *A Cidade do Recife — Ensaio de Geografia Urbana*, Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, MARIA JOÃO MADEIRA — «Olinda e Recife, uma Situação de Bipolaridade no Urbanismo Colonial Português», in revista «*Belas-Artes*», Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes, 3.ª série, n.º 1, Lisboa 1979.
- MOURA, CARLOS FRANCISCO — «Nagasaki, Cidade Portuguesa no Japão», in revista «*Studia*» n.º 26, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa 1969.
- «Macau», in revista «*Arquitectura Portuguesa*», 5.ª série, n.º 12, com textos de diversos autores, Lisboa 1987-88.
- CHICÓ, MÁRIO T. — «A "Cidade Ideal" do Renascimento e as Cidades Portuguesas na Índia», in revista «*Garcia da Orta*», n.º especial, Lisboa 1976 (separata, 1956).
- FERNANDES, JOSÉ MANUEL — «Índia e Brasil — Para um Estudo Comparativo das Estruturas Urbanas de Origem Portuguesa», in *Congresso do Património Construído Luso no Mundo*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1987.
- CORREIA, VIRGÍLIO — *Lugares d'Além — Azamor, Mazagão, Safim*, Tipografia do Anuário Comercial, Lisboa 1923.
- AARHUS, ARKITEKTSKOLEN; MOÇAMBIQUE, SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE — *Ilha de Moçambique — Relatório 1982-85*.
- PROENÇA, RAUL e outros — *Guia de Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, segundo edição original da Biblioteca Nacional de Lisboa, desde 1927.
- OLIVEIRA, M. PEREIRA DE — «*O Espaço Urbano do Porto*», Instituto de Alta Cultura, Coimbra 1973.
- OLIVEIRA, EDUARDO PIRES; MOURA, EDUARDO SOUTO; MESQUITA, JOÃO — «Braga — Evolução da Estrutura Urbana», catálogo da exposição, Câmara Municipal de Braga, Braga 1982.
- CALDAS, JOÃO; GOMES, PAULO VARELA — *Viana do Castelo*, Editorial Presença, Lisboa 1990.
- FRANÇA, JOSÉ-AUGUSTO — *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Livraria Bertrand, Lisboa 1965.

- FERNANDES, JOSÉ D. SANTA-RITA — *Abrantes Cidade*, Câmara Municipal de Abrantes, 1966.
- CAVACO, CARMINDA — *O Algarve Oriental*, Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, Faro 1976.
- GASPAR, JORGE — *A Área de Influência de Évora*, Lisboa 1972.
- MANDROUX-FRANÇA, MARIE-THÉRÈSE — *Quatro Fases da Urbanização do Porto no Século XVIII*, Porto 1984.
- FERRÃO, BERNARDO JOSÉ — *Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadás 1758-1813*, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto 1985.
- CORREIA, JOSÉ EDUARDO HORTA — *Vila Real de Santo António, Urbanismo e Poder na Política Pombalina*, dissertação de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 1984.
- FERNANDES, JOSÉ MANUEL — «Plans de L'Urbanisme Portugais au XVIIIème Siècle — L'Inde et le Sud du Brésil», in colóquio «*La Vie Régulière*», Paris 1988.
- RODRIGUES, MARIA JOÃO MADEIRA — «Tradição, Transição e Mudança: A Produção do Espaço Urbano na Lisboa Oitocentista», in *Boletim da Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa 1978.
- «Lisboa de Frederico Ressano Garcia 1874-1909», catálogo da exposição, Câmara Municipal de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1989.
- AMARAL, ILÍDIO DO — *Luanda — Estudo de Geografia Urbana*, Lisboa 1968.
- LIMA, ALFREDO PEREIRA DE — «Casas Que Fizeram Lourenço Marques», in revista «*Studia*», n.º 24, Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa 1968.
- GONÇALVES, FERNANDO — «Urbanística à Duarte Pacheco», in revista «*Arquitectura*», n.º 142, dedicada ao tema «Portugal, Arquitectura e Fascismo», Lisboa 1981.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO: CONCEITOS E OBJECTIVOS, CONTEÚDOS E MÉTODOS	5
2. CONSTANTES E CARACTERÍSTICAS DA ARQUITECTURA PORTUGUESA	9
O Contexto Ibérico: Analogias com Espanha	9
Alguns Temas Constantes	11
Algumas Conclusões	14
3. ARQUITECTURA PORTUGUESA: UMA CRONOLOGIA	16
Dos Primórdios ao Final da Idade Média	16
Da Pré-História à Alta Idade Média	16
Do Românico: Geografia, Tipologias, Materiais	22
Do Gótico: Ciclos de Evolução; Afirmação da Arquitectura Civil	27
Depois de 1500 até Finais do Século XVIII	32
Do Estilo «Manuelino» ao Maneirismo (1490-1580)	33
Do «Plain Style» («Arquitectura Chã») ao Barroco (1580-1780)	37
Do Neoclássico aos Finais do Século XX	45
4. AS GRANDES OBRAS E OS GRANDES AUTORES	53
Conteúdos e Critérios	53
Afonso Domingues e a Batalha	54
A Torre de Belém e Francisco de Arruda	55
De Diogo Boytac a João de Castilho: os «Jerónimos»	56
Tomar dos Templários: O Claustro de Diogo de Torralva	57
Francisco de Holanda e a «Fábrica Que Falece...»	58
Filipe Terzi e Baltasar Álvares: de São Vicente à Sé Nova de Coimbra	59
João Antunes e Santa Engrácia	61
O Aqueduto das Águas Livres	63
A «Baixa Pombalina» e Carlos Mardel	63
Os Clérigos e Nicolau Nasoni	65
O Teatro de São Carlos e Costa e Silva	66
O Palácio da Pena em Sintra	67
O «Salão Portugal» e José Luís Monteiro	68
A Casa da Rua Alexandre Herculano e Ventura Terra	69

A «Casa do Cipreste» e Raul Lino	70
O «Éden Teatro» e Cassiano Branco	72
O Banco em Vila do Conde e Siza Vieira	74
5. ARQUITECTURA POPULAR: UMA VISÃO REGIONAL E TRADICIONAL DO ESPAÇO PORTUGUÊS	76
Conteúdos, Métodos, Conceitos	76
Descrições e Interpretações	77
Arquitectura Popular nas Regiões do «Portugal Europeu»	78
Outras Áreas: A Construção Popular e a Diáspora	80
Hoje, os Clandestinos e os Emigrantes	83
6. A CASA EM PORTUGAL: UMA LEITURA EVOLUTIVA DAS TIPOLOGIAS DE HABITAÇÃO	84
Da Herança Medieval aos Modelos Pós-Renascentistas	85
Do Período Pombalino até Meados do Século XIX	87
Os Séculos XIX e XX	88
7. A CIDADE PORTUGUESA: UM MODO CARACTERÍSTICO DE ESPAÇO URBANO	91
Introdução	91
Antecedentes Históricos do Urbanismo em Portugal.....	93
Da Cultura Castreja à Romanização	93
Dos Muçulmanos à Reconquista	95
A Primeira Dinastia e o Ressurgir das Cidades	97
Uma Primeira Síntese	100
Características na Expansão: Uma «Diáspora Urbana»	101
A Dimensão Atlântica: Cidades nos Arquipélagos	102
A Cidade Luso-Brasileira	105
A Cidade Portuguesa no Oriente	107
Os Espaços Urbanos em África	110
Desde o Século XVIII: Transformação de um Modelo	111
A Evolução na Metrópole	111
Sinais de Mudança	113
O Período Joanino-Pombalino	114
A Cidade Portuguesa nos Séculos XIX e XX	117
BIBLIOGRAFIA	153

Esta edição de
A ARQUITECTURA
de José Manuel Fernandes
da colecção
Sínteses da Cultura Portuguesa
Europália 91 — Portugal
foi composta e impressa
por A. Coelho Dias, Lda.
para a
Imprensa Nacional-Casa da Moeda
em Lisboa.
Orientação gráfica de Julieta Matos — INCM.
Capa de Lígia Pinto
com reprodução de pormenor de
«Chegada das relíquias à Madre de Deus»
dos Mestres do Retábulo de Santa Auta, Século XVI,
do Museu Nacional de Arte Antiga.

Acabou de imprimir-se em Junho
de mil novecentos e noventa e um.

ED. 21 110 635
CÓD. 220 010 000
DEP. LEGAL N.º 48 548 / 91
ISBN-972-27-0440-0

SÍNTESES DA CULTURA PORTUGUESA

PORTUGAL — INSTITUIÇÕES E FACTOS
Guilherme d'Oliveira Martins

HISTÓRIA DE PORTUGAL
A. H. de Oliveira Marques

HISTÓRIA DA LITERATURA
Maria Leonor Carvalhão Buescu

CIÊNCIA EM PORTUGAL
Coordenado por
José Mariano Gago

HISTÓRIA DAS ARTES PLÁSTICAS
Maria Adelaide Miranda
Vitor Serrão
José Alberto Gomes Machado
Raquel Henriques da Silva

A ARQUITECTURA
José Manuel Fernandes

HISTÓRIA DA MÚSICA
Rui Vieira Nery
e Paulo Ferreira de Castro

HISTÓRIA DA DANÇA
José Sasportes
e António Pinto Ribeiro

HISTÓRIA DO TEATRO
Luiz Francisco Rebello

HISTÓRIAS DO CINEMA
João Bénard da Costa

UMA HISTÓRIA DE FOTOGRAFIA
António Sena



1002200100008

SÍNTESES

um conjunto de textos que,
numa perspectiva simultaneamente teórica
e histórica, contribuem para identificar
os traços fundamentais de uma cultura.

CULTURA PORTUGUESA

numa língua falada nos diversos
continentes do mundo, um conteúdo
intelectual e artístico profundamente
enraizado na memória europeia.

PATROCÍNIO DE



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS